+ ZAD: Contra o Aeroporto e o seu mundo! pgs. 18 e 19 · Descolarizar a Escola pgs. 35 a 37 · O último charuto de Júlio Carrapato pg. 38

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 14
SETEMBRO-NOVEMBRO 2016
TRIMESTRAL / ANO IV
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

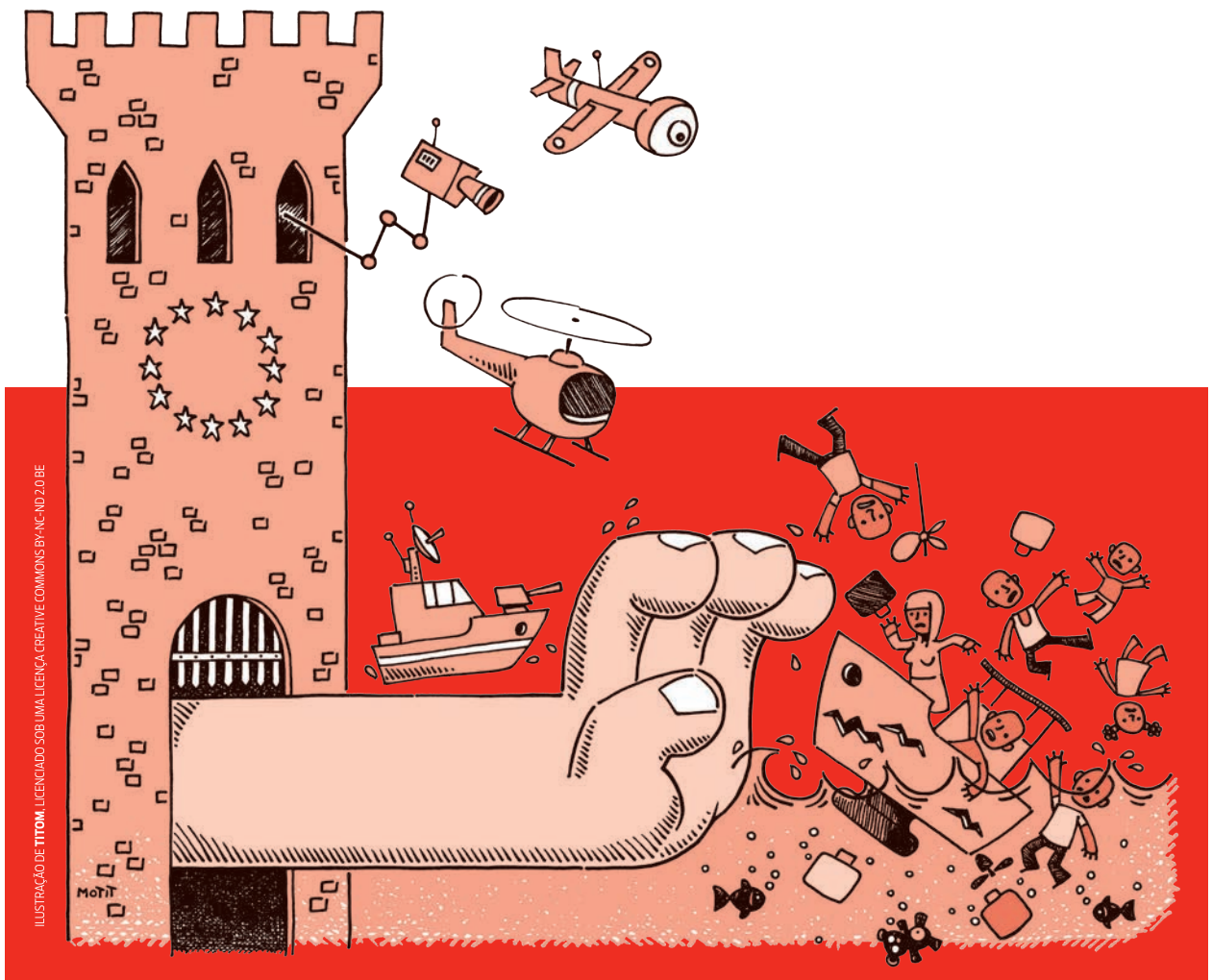


ILUSTRAÇÃO DE **TITTOM**, LICENCIADO SOB UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS BY-NC-ND 2.0 BE

Quem lucra com a tragédia nas fronteiras?

págs. 20 e 21

O drama dos refugiados tem feito correr muita tinta na imprensa. No entanto, a chamada crise de refugiados tem feito correr muito mais dinheiro entre os governos Europeus e a lucrativa indústria do armamento, da vigilância e segurança. Quisemos perceber que empresas têm lucrado com a tragédia que assola milhares de pessoas em fuga da guerra e da fome.

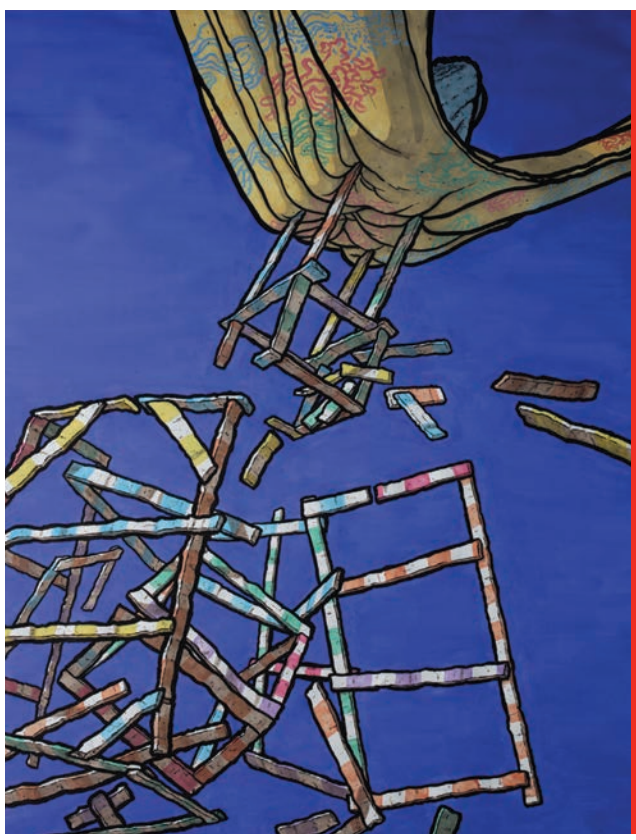


ILUSTRAÇÃO DE **DANIEL VASCONCELOS MELIM**

Prisões: O bode expiatório

págs. 6 a 10

António Pedro Dores, sociólogo no ISCTE, acompanha o sistema prisional português há mais de 20 anos. Um percurso de activismo e apoio aos presos em torno da extinta ACED. Dos direitos dos presos, ao contexto desumano do sistema prisional português, a conversa leva-nos ao desafio urgente que é pôr em causa as prisões.

Resistência em Código Aberto

págs. 11 a 16

O sonho da Internet como uma rede livre de partilha de informação para todos acaba quando descobrimos que agências governamentais por todo o globo e gigantes como a Google a usam como uma forma de vigilância de indivíduos e de censura. Uma viagem com o colectivo 1000101 através das ferramentas e das alternativas que fazem frente à actual tendência de centralização da Internet nas mãos de poucas empresas.

Betão na ria de Aveiro

págs. 3 a 5

"Megalómano, desnecessário", é assim que uma boa parte dos moradores da Coutada, em Ílhavo, descreve o Parque de Ciência e Inovação. A construção desta parceria público-privada não tornou a vida fácil aos que ousaram criticar o projecto pelos seus danos ambientais e sociais, mostrando que o progresso pode ter uma faceta mais negra do que políticos e grandes empresários nos querem fazer crer.

Uma carta de São Paulo

págs. 24 a 27

Os jogos olímpicos no Brasil não conseguiram abrandar uma agitação que se mantém em efervescência no Brasil. Em 2016 as ocupações de escolas pelos seus miúdos secundaristas, levou milhares para a rua onde se cruzam, como em São Paulo, com as franjas sociais mais desfavorecidas.

Quatro anos a perder cabelo

ASSINA O JORNAL MAPA

descobre como em assinaturas.jornalmapa.pt

Alternativa à praxe em Coimbra arrancou para terceira edição

O "Cria'ctividade - Integração Alternativa à Praxe" apresenta-se como um mecanismo para criar novas vivências na cidade de Coimbra, e o cartaz de quatro semanas de actividades inaugurou no passado dia 12 de Setembro.

CRIA'CTIVIDADE
INTEGRAÇÃO ALTERNATIVA À PRAXE

ZITA MOURA
ZITABM@GMAIL.COM

Pelo terceiro ano consecutivo, um grupo informal de estudantes universitários organiza o Cria'ctividade, uma plataforma de integração alternativa à praxe. Estes estudantes pretendem demonstrar à comunidade estudantil e à população de Coimbra que as práticas praxísticas não são a única forma de vivenciar a vida académica da cidade, e, por isso, apresentam um cartaz com 52 actividades de foro cultural, social e desportivo.

Com uma programação que se estende ao longo de quatro semanas, entre 12 de Setembro e 7 de Outubro, o Cria'ctividade "*propõe a Coimbra uma nova forma de se viver a si própria*", lê-se no comunicado oficial do grupo organizador. Os estudantes por trás desta plataforma querem apresentar a cidade aos recém-chegados "*como um espaço heterogéneo e seguro para toda a comunidade, permitindo o estabelecimento de novas relações e formas de estar no meio académico e não-académico, sem hierarquias ou submissão*".

Rita Brás, da República do Bota-Abaixo, conheceu a República onde hoje vive através do Cria'ctividade. O seu primeiro ano de faculdade foi também o ano em que surgiu o Cria'ctividade, e depois de uma experiência negativa com a praxe, Rita decidiu procurar as Repúblicas, cujos contactos vinham listados nas costas do panfleto entregue aos novos estudantes. Relembra que "*na altura, o Cria'ctividade era basicamente organizado por Repúblicas, mas desde aí expandiu-se bastante*". No ano seguinte, já integrava a organização desta Plataforma.

A estudante de Sociologia frisa que o Cria'ctividade "*não é anti-praxe, é uma alternativa, nem há uma posição antagónica*", e que com o avançar do tempo há mais e mais gente a procurar esta plataforma e as suas actividades, sejam estudantes ou residentes locais. Assegura que alguns estudantes de primeiro ano começam por "*estar desconfiados*" e "*com algum medo de represálias*", por participarem no Cria'ctividade. Mas por isso mesmo é que a comunidade local de Coimbra, que está um pouco envelhecida e conhece bem a realidade da praxe, aceita a iniciativa - "*porque urge criar uma alternativa*".

É graças a esta receptividade por parte da comunidade conimbricense que o Cria'ctividade tem vindo a crescer tanto, defende. "*Este ano temos o apoio de cerca de 40 entidades, incluindo espaços culturais, associações, grupos da Associação Académica de Coimbra, Repúblicas, o que torna o programa muito mais rico e muito mais apetecível*". Mas nem tudo tem sido fácil, explica.

"*Apesar de haver mais gente a procurar-nos, também temos uma recepção um pouco mais hostil por parte de algumas pessoas que trajam*", diz a estudante. "*Também por questões do actual panorama político, como as recentes tomadas de posição do Ministro da Educação e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, há algumas pessoas que começam a sentir-se ameaçadas. Se por um lado temos mais adesão, pelo outro temos mais resistência*".

Ainda assim, o Cria'ctividade é um projecto embrionário que já se enraizou na cidade e que não se esgota terminadas as quatro semanas de actividades. O importante é "*criar uma rede*", que permita aos estudantes sentirem-se realmente integrados na cidade em que vivem e que permita à cidade continuar a viver-se a si própria.

Betão na Ria de Aveiro
O Parque da Ciência e Inovação da Coutada

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FOTOGRAFIAS **MIGUEL CRESPO**

Há 3 anos atrás noticiávamos no MAPA os protestos populares no lugar da Coutada, Ílhavo, perante a destruição das suas casas e terras em nome do Parque da Ciência e Inovação (PCI). Um projeto liderado pela Universidade de Aveiro, autarquias de Ílhavo, Aveiro e várias empresas (Visabeira, Martifer, Rosas Construtores, Civilria e os bancos CGD e BES). Moradores e agricultores associados desde 2012 no Coletivo de Intervenção na Defesa dos Interesses dos Habitantes da Coutada (CIDHC) contestavam o interesse público da PCI nos seus 35 hectares de terras, denunciando a operação urbanística e especulativa em causa.

Perderam a batalha. E como em outros tantos exemplos dessa parceria público-privada com financiamentos europeus, sobra uma megalomania sem retorno à vista. Fora o rasgo na Ria de Aveiro, fora a condenação de uma vivência rural e humana pela demagogia do "desenvolvimento". Mas fica também toda uma história a que não falta um sem número de acusações de ilegalidades, cujo elencar João Paulo Pedrosa, da Quercus e do CIDHC, tem dado conta nas redes sociais e nas interpolações feitas aos organismos públicos. E sem hesitar no terreno atravessou-se sozinho frente às máquinas da obra em 2014, valendo-lhe um processo judicial que ainda corre.

O enunciado das irregularidades é preocupante. Mas em nada surpreende face ao habitual quadro de compadrios e desresponsabilização nas obras públicas. Junto do CIDHC e através de João Paulo Pedrosa, quisemos antes saber da situação e do impacto atual que a PCI teve nas gentes e na vida da Coutada. Ouvidos 13 residentes afetados pela PCI, os relatos anónimos por opções próprias, dão conta uma vez mais dos impactes que resultam sempre que a um lugar e às suas gentes é-lhes eleito e imposto o "progresso".

O EMPREGO DA CENOURA OU A CENOURA DOS EMPREGOS

Todos os residentes questionados acabam por fazer um simples exercício de contas: no que é que valeu a pena o PCI? Diz-nos um morador que "a resposta tem que ser dividida em duas partes: aspetos globais e aspetos específicos. Se há vantagens globais neste projeto eu respondo: haverá, com certeza. As universidades são quase sempre motores de desenvolvimento das cidades e das regiões. Benefícios específicos para esta região – muito poucos na minha perspetiva. Este tipo de projetos é concebido para movimentar fluxos mais vastos e dirigidos a outros destinatários. Portanto, não traz benefícios diretos à envolvente mais próxima, pelo menos que possam ser medidos objetivamente. Se me perguntam se acho isso correto eu devo responder que não. Tem de haver uma forma de conciliar as duas coisas." Isto porque "o projeto do PCI é perfeitamente abstrato – tanto podia ser implementado aqui como no outro lado do mundo. É feito num gabinete por pessoas que, provavelmente, nem conhecem a realidade local. Isto é lamentável e, infelizmente, prática corrente. Não admira que tenha sido rejeitado por diversos habitantes locais (que não foram tidos nem achados), a quem foi imposto. Mas este fator "extraterrestre" do projeto põe também em risco o seu sucesso. As ligações institucionais à universidade são frágeis e muito mais frágeis são aquelas ao tecido empresarial local, sobretudo nos dias que correm. Falta-lhe um elo físico e social. Decididamente, não aprendemos com a História."

> O PCI não abriu apenas uma brecha no território, separando casas e quintais. Abriu também uma brecha social
>
> As vantagens são sempre para os mesmos, os políticos, os da universidade, os bancos...

Menos dúvidas demonstram a maior parte das pessoas ouvidas. Responde uma delas: "tenho muita dificuldade em ver algo positivo neste projeto. Não se esqueçam de que ele foi feito há mais de dez anos, no tempo das vacas gordas. Oxalá eu me engane e aquilo não se transforme em mais uma zona industrial abandonada." Daí que outro morador descreva o PCI como "um esbanjamento inútil de dinheiro". "Já viu a área disto? É completamente desproporcionado. Vai destruir um local fabuloso, com boas terras de cultivo, uma bonita paisagem, sem necessidade. Podiam construir o PCI noutro lado que o efeito era o mesmo e, se calhar, ficava mais barato. Até agora houve dinheiro da União Europeia para construir o PCI, mas onde está o dinheiro da contrapartida nacional? Pois é, não há. E depois quem o vai manter? Uma obra desta envergadura é uma amante cara. A câmara de Ílhavo está cheia de dívidas e a universidade está falida. Vão pagar os do costume: os contribuintes". Outra opinião não hesita em prever "mais um elefante branco. Não há dinheiro para manter um projeto como este aqui em Ílhavo. A autarquia tem um buraco financeiro enorme, a universidade

CDIHC

CDIHC

(...) não houve dia em que não me pressionassem, que não me ameaçassem, que não me mandassem bocas, que não passassem para dentro do meu terreno! Tive de deixar a casa que tanto me custou a construir e vir viver para uma casa velha onde nem consigo meter o trator.

de Aveiro tem dinheiro para pagar os salários e pouco mais... Os outros membros da PCI-SA quem são? Empresas de construção civil (o Rosas construtores está em insolvência) e dois bancos nossos conhecidos: CGD e BES. É preciso dizer mais alguma coisa? Isto vai correr mal..."

Analisando o projeto como um investimento um dos residentes considera que este "não é um bom investimento. Em primeiro lugar porque não há de facto nenhum estudo sobre a viabilidade do empreendimento. Para mim, e para qualquer empresa não suicida, isso seria o suficiente para não avançar. Seria demasiado arriscado. Depois, há os benefícios (não quero chamar-lhe lucros). Falou-se muito na criação de emprego na região... Este discurso da criação de postos de trabalho é típico dos políticos em campanha eleitoral. Neste caso, os números variaram dos 20 000, inicialmente, para os 5 000, para depois se quedarem pelos 500, o que diz tudo sobre a sua seriedade". E prossegue numa "questão muito pertinente: a relação entre o montante do investimento e o seu retorno. E aqui parece-me ter existido um investimento infinitamente maior do que o necessário para o retorno pretendido. É que um projeto deste tipo quase não necessita de infraestruturas! Quem conhece este meio sabe que as pequenas empresas (*start-ups*) funcionam em qualquer lado e a ligação a centros de investigação, universidades e afins apenas necessita de um "facilitamento" institucional. Dito isto, é possível estabelecer uma rede de investigação e desenvolvimento espalhada pela região ou até pelo planeta. Neste sentido, parece-me que a condição que serviu de base a este empreendimento (contiguidade à universidade de Aveiro) é um perfeito disparate! Do meu ponto de vista, seria até muito mais favorável ao desenvolvimento se essa rede estivesse disseminada pela região. Poderia, inclusivamente, ser um modo de estimular os vários polos industriais da zona do baixo Vouga que, neste momento, são estruturas desarticuladas e em degradação acelerada."

Outro dos moradores não compreende este projeto "a não ser pela ganância. Quiseram uma área enorme de que nunca irão precisar. O edifício central da universidade é colossal. O que vão meter lá dentro? Computadores? E não me venham dizer que teve de ser construído aqui por precisar de estar junto à universidade. No século XXI ninguém acredita numa justificação dessas. Julgo que isto foi uma manobra hábil para uma empresa privada se apoderar destes terrenos."

UMA RIA DE BETÃO

Consensual é o impacto na paisagem. Recorda-se o antes e o depois. "Esta zona é muito característica pelo seu ambiente e paisagem. É muito sossegada, tem campos de cultivo e muita vida animal. Nasci aqui e custa-me ver este ambiente destruído para lhe meterem uns blocos de betão iguais a tantos outros." Outro morador aponta-nos como "dantes faziam-se aquelas terras lá ao fundo onde estão agora os blocos. Agora o trator só vem aqui por causa daquele bocado de terra, mas qualquer dia esse também vai embora para fazerem mais blocos."

Chamam-nos à atenção de como o betão numa paisagem protegida pode não ser natural, mas ser algo legal: "Já observaram bem a Coutada do outro lado da ria? Vemos lá aqueles mamarrachos que construíram mesmo em cima da margem.... É horrível! Têm um impacto enorme! Destruíram a paisagem toda! Se fossem blocos de apartamentos era especulação imobiliária, assim não é; se fossem as casas dos que lá moravam eram "clandestinos" e "atentados à paisagem", como disse em tempos o presidente da câmara de Ílhavo, Ribau Esteves: assim já é progresso. O progresso é betão. Depois fazem-se uns espaços verdes ajardinados para dar um ar "ecológico". Engraçado, não é? Veja como se fazem as coisas neste país: o PDM de Ílhavo não permitia que se construísse neste local. Então muda-se o PDM e já está! Nós aqui na Coutada participámos na discussão pública desta alteração do PDM. E o que aconteceu? As nossas opiniões foram pura e simplesmente desprezadas."

Pesadas as coisas parece claro, como numa das opiniões recolhidas que o PCI "não trouxe vantagens nenhumas. Se vai trazer algumas não há de ser para nós, aqui na Coutada. As vantagens são sempre para os mesmos, os políticos, os da universidade, os bancos..." Um exemplo mais preciso, "criaram ali uma linha de autocarro que passa no PCI e liga ao centro de Ílhavo. Podia ser uma coisa boa, mas o autocarro passa uma vez por semana – uma vez por semana! Tem algum jeito? Ainda não vi nenhum a passar..." Outro ainda: "Meteram lá no PCI uns candeeiros todos estilosos e a nossa rua quase não tem iluminação pública. Também não consigo entender porque não melhoraram o piso da rua. Afinal até foram os camiões da obra a passar que o estragaram ainda mais! Estamos fartos de pedir para meterem mais um ou dois contentores do lixo na rua, mas dizem que não mora aqui gente suficiente para isso. E é isto que eu não percebo: se vai haver progresso tem que ser para todos."

A generalização é simples: "dantes a Coutada era dos que aqui viviam. Tinham terras, cultivavam-nas para si ou vendiam. Agora os terrenos são todos deles, do PCI."

À MARGEM E DIVIDIDOS

"Muito pouca gente fala nisto: aqui na Coutada estamos a ser se-

gregados. Já tivemos uma amostra disso na forma como fomos tratados por causa deste projeto, de que tomámos conhecimento através de uma carta registada com ameaça de expropriação. Mas também fomos tratados com desdém e tentaram silenciar-nos durante a nossa legítima contestação. Durante as obras, igualmente, nada foi acautelado para nos proteger: os camiões circularam pelas ruas, destruíram o pavimento, derrubaram muros e entraram por dentro de terras privadas. Houve algumas casas que ficaram com um muro à frente. Isto diz bem da atitude que têm para connosco os iluminados que nos querem vender este projeto – somos um entrave ao seu "progresso". Por isso não tenho dúvidas de que iremos ser segregados e transformados num gueto, condenados a adaptar-nos ou a desaparecer. Lembra-me uma certa aldeia gaulesa no tempo dos romanos. Para mal dos nossos pecados, não temos a poção mágica...".

Este sentimento é de um travo acentuadamente amargo porque com a PCI tão pouco agora os vizinhos disfrutam de um momento em que se reúnam de bem com todos. Vantagens? Perguntamos uma vez mais. Há quem nos responda: "as vantagens são para os promotores do projeto, claro! É para eles e para os amigos deles que vão os postos de trabalho. Têm dúvidas? Nós ficamos com os sacrifícios... Quem também lucrou com isso foram as pessoas que venderam os terrenos agrícolas que lá tinham. Preferem receber dinheiro do que continuar a cultivar as terras só que se esquecem que gastam o dinheiro e acaba tudo! Se continuassem a cultivá-las talvez não tivessem tanto dinheiro na mão, mas sempre produziam riqueza para eles e para os outros. São egoístas. Uma coisa que o PCI trouxe foi o conflito e a antipatia entre os habitantes. As pessoas que venderam estão no seu direito, mas nós, que não queremos vender nem sair daqui, também estamos no nosso! Agora olham-nos de lado, quase nem nos falam....Parece que cometemos algum crime."

Houve algumas casas que ficaram com um muro à frente. Isto diz bem da atitude que têm para connosco os iluminados que nos querem vender este projeto – somos um entrave ao seu progresso.

O progresso é betão. Depois fazem-se uns espaços verdes ajardinados para dar um ar ecológico.

O processo de implantação do PCI foi tudo menos pacífico. Uma das vozes ativas no protesto afiança "o desgaste psicológico foi enorme. Não há palavras para o descrever. Foi a atitude das forças da ordem, que gostam muito de estar de bem com os políticos em vez de proteger e zelar pelos interesses dos cidadãos, como deviam. A GNR, por exemplo, coloca-se ao serviço de uma empresa privada, como esta PCI-SA, para entregar em mão notificações de expropriação. Quando lhe é feita uma denúncia de que estão a ser realizadas obras ilegais diz que a empresa "se esqueceu" da licença, mas não faz nada! Foram os tribunais, que só nos fazem perder tempo e dinheiro. Fazem vista grossa às ilegalidades (que deram como provadas!) porque vão ser criados muitos postos de trabalho (e isto, pode ser provado?). Uma vergonha! Já nem falo das numerosas cartas que escrevi a instituições governamentais que, ou ficaram sem resposta, ou chutaram para canto... A comunicação social só passa notícias favoráveis ao PCI." Conclui: "a luta é demasiado desigual. É a "democracia" que temos."

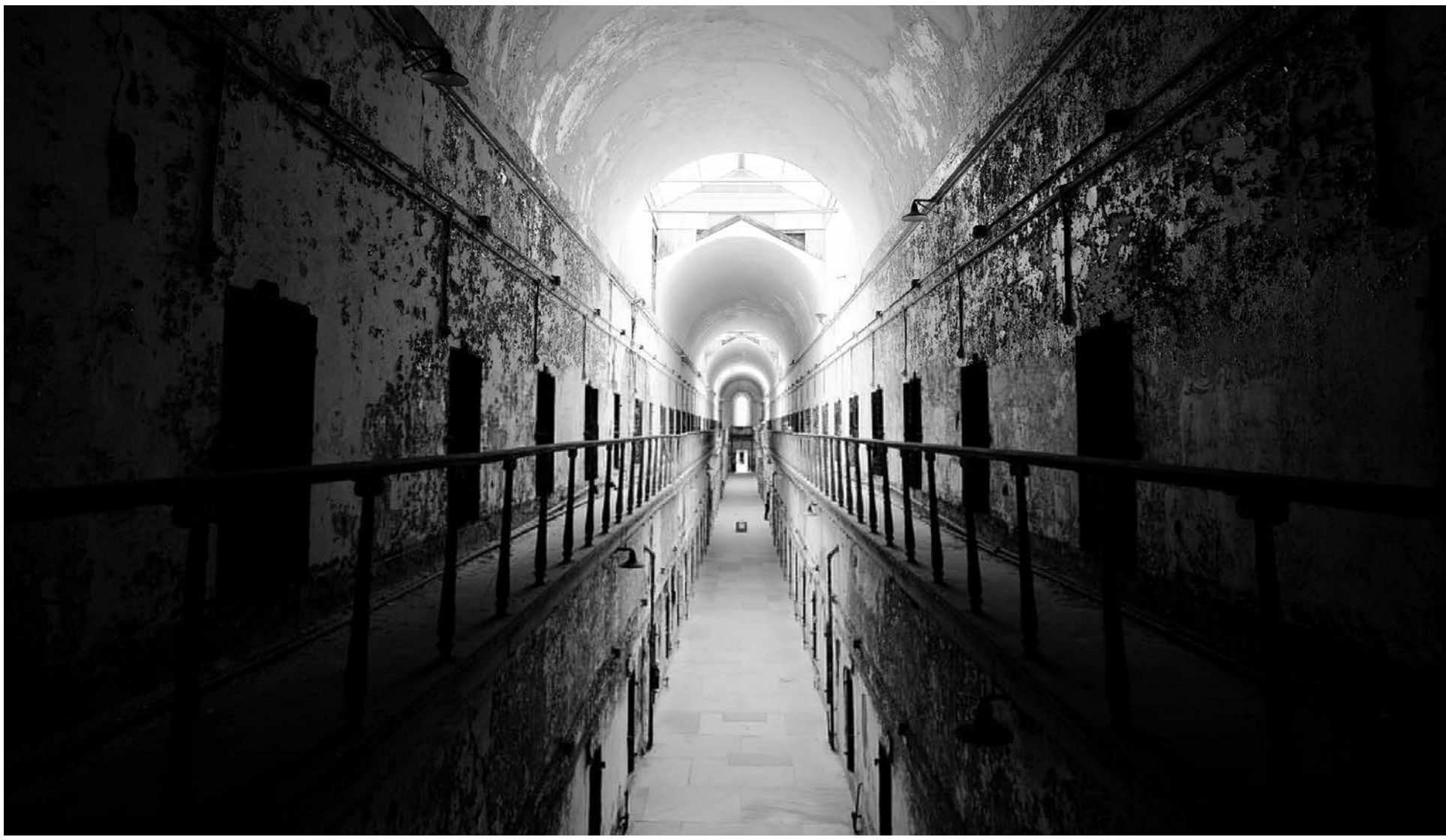
O sentimento de despossessão não esconde a raiva a um dos afetados: "Tiraram-me da minha casa para fora! Enquanto lá estive não houve dia em que não me pressionassem, que não me ameaçassem, que não me mandassem bocas, que não passassem para dentro do meu terreno! Tive de deixar a casa que tanto me custou a construir e vir viver para uma casa velha onde nem consigo meter o trator. Semearam o ódio aqui na Coutada. As pessoas zangaram-se umas com as outras, dividiram-se por causa de meia dúzia de patacos que lhes ofereceram pelos terrenos!"

O antes e o depois vem sempre ao de cima. Recordando como este "era um lugar sossegado. Agora o sossego foi-se. Temos uma zona industrial nas traseiras da casa e vista para uns blocos de betão. As pessoas que venderam as terras ao PCI acham que nós somos uns chatos e que só arranjamos problemas. Chamam-nos "os magnatas". Já nem bons vizinhos temos...". O mesmo refere outro morador: "o PCI veio dividir as pessoas. Trouxe ódio e intriga e fez vir ao de cima sentimentos mesquinhos das pessoas aqui na Coutada. Houve pessoas que se insultaram e deixaram de se falar, outras que foram marginalizadas. Pessoas humildes que iam ser despojadas dos seus terrenos tiveram o apoio e a solidariedade de muito poucos. O PCI não abriu apenas uma brecha no território, separando casas e quintais. Abriu também uma brecha social. Quanto a mim, é o mais grave."

O grito de revolta surge silenciado nestas eiras de terra, mas não sem uma perspetiva mais ampla do rumo das coisas. "Estão a destruir o país todo com estas coisas. Isto produz riqueza? Trabalhar com computadores não traz riqueza. O que é que essas pessoas comem? Os computadores? Temos que importar quase tudo porque produzimos cada vez menos. Estas terras que nos querem levar (já levaram grande parte delas) produzem quase uma tonelada de milho por ano, para além de outras culturas (três por ano). Em contrapartida, todas as semanas chegam ao porto de Leixões navios carregados de trigo. Diga-me lá se isto faz algum sentido? Cá por mim, procuro fazer a minha vida normal enquanto não me levarem o quintal. Depois não sei..."

Prisões: o bode expiatório

Garantir os direitos aos presos é difícil. Pôr em causa as prisões mais ainda. Daí a conversa com António Pedro Dores sobre o sistema prisional português.



M. LIMA E **FILIPE NUNES**
M.LIMA@GMAIL.COM
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

O texto que se segue resulta de uma conversa à volta do tema das prisões e é, necessariamente, um texto longo. Porque não é fácil reduzir a poucas linhas uma conversa sobre o pior da política prisional, sobre os exemplos de resistência mais inspiradores, sobre ativismo e abolicionismo. A história de uma associação sem fins lucrativos serve de roteiro a uma viagem pelo interior das cadeias portuguesas, através das reflexões de um sociólogo capaz de demonstrar que a prisão e a sua ausência de humanidade estão no centro da organização social atual.

António Pedro Dores, 60 anos, apresenta-se na sua página pessoal como "professor universitário, sociólogo, instalado na vida e com o sentimento de ser carro vassoura de uma sociedade que está a desaparecer".

AGITAÇÕES NAS PRISÕES PORTUGUESAS

Cruzámo-nos pela primeira vez com o investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, nos idos anos noventa, não nos corredores da academia, mas às portas das prisões. Como ativista participou na APAR (Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso), durante alguns meses de 1996, e no ano seguinte, com outros companheiros também saídos desta, fundou a ACED (Associação contra a Exclusão pelo Desenvolvimento), vindo a assumir os temas prisionais no centro da sua atividade profissional na viragem do milénio.

Falar do percurso das prisões em Portugal leva naturalmente a um antes e um depois do 25 de Abril de 1974. Mas a distinção óbvia com as mudanças de regime político não evita que subsista na questão penitenciária um mesmo fio condutor e denominador comum que é a condição do preso.

Desde os motins na década de 1980, com origem nos espancamentos infligidos pelos guardas aos presos, às revoltas e greves de fome no início dos anos 90 devido à sobrelotação prisional e ao colapso dos serviços básicos nas cadeias a auto-organização dos presos ganhava então uma dimensão até aí não vista. O próprio Diretor-geral das prisões, o juíz Marques Ferreira, ameaçado por máfias, é forçado a demitir-se declarando que "o sistema prisional chegou ao fundo e precisa de uma renovação total". 1996 será o ano de todos os protestos nas cadeias. Rapidamente alastram greves de fome e ao trabalho, acompanhadas de milhares de assinaturas na reivindicação de melhores e dignas condições de vida dentro das prisões.

É nesse contexto que é chamado para aplacar a situação Celso Manata mantendo-se no cargo até 2001. Os protestos esvaziam-se em 1996, depois da violência dos guardas perpetrada junto dos presos do Reduto Norte do Forte de Caxias, logo acusados de um motim que não foi provado em tribunal 13 anos depois, e será a mão férrea dos serviços prisionais que pautará as décadas seguintes que inauguram o novo século XXI. E atualmente Celso Manata voltou a assumir a liderança dos serviços prisionais.

VOZES CONTRA O SILÊNCIO

É nas agitações de 1996 que surge o envolvimento de António Pedro Dores. E a coisa não começa bem. Vitor Ilharco à frente da APAR (inativa desde 1997 e reativada em 2012) deixará cair tudo por terra pelas acusações de aproveitamento financeiro em nome próprio que lhe são imputadas. Uma experiência muito negativa para Dores, que se afasta da APAR mas não do trabalho com as cadeias, "nessa altura, falando ao telefone com uma mulher que estava presa, ela perguntou: '*como é que eu sei se o vigarista é o senhor ou se o vigarista é o outro?*' E eu percebi que ela tinha toda a razão. A partir daí tive de tomar uma posição que foi manter-me ativo. É portanto uma questão de honra". Estamos em 1997 e nasce a ACED fundada por quatro pessoas que saíram da APAR "com a ambição de fazer um congresso, um congresso contra a exclusão pelo desenvolvimento, uma coisa magnífica em que juntaríamos todas as boas vontades do país para tratar das questões da prisão, que estavam na altura a ser reveladas, nomeadamente pelo Provedor de Justiça". Destas quatro pessoas "uma delas era advogada, outra delas era um pai de uma pessoa que faleceu no quadro de intervenções policiais (e que entretanto ele próprio já faleceu), era eu e um homem que estava preso, o Alte Pinho."

A ideia era "com base nas denúncias que nos chegavam das cadeias fazê-las chegar às autoridades e estabelecer um diálogo que era impossível de outra maneira". Editam o SOS Prisões para que "pudesse fazer crescer, por um lado junto dos prisioneiros, mas por outro lado junto da população livre, alguma informação sobre o que se ia passando. Em Sintra, o Director da cadeia permitiu a entrada de um computador, onde eles faziam o jornal. Aliás começaram a fazer o jornal para divulgar junto dos presos. O problema surgiu quando eles quiseram, ao fim de 3 meses, passar a ser um jornal para divulgar fora e o Diretor da cadeia foi pressionado pela DGSP (Direcção Geral de Serviços Prisionais) e entrou numa atitude de repressão. Retirou o computador às pessoas, fizeram uma campanha inventada de drogas, ou álcool, já não me lembro bem, mas lembro-me que a DGSP mandou dizer aos jornais que eu era traficante de drogas, lembro-me bem dessa parte!"

O início da ACED resulta num momento marcante pela positiva para Dores: "o encontro com o Alte Pinho, sem dúvida nenhuma. O Pinho não tem nada a ver comigo, mas soube responder-me como igual

Muitos sociólogos dizem, com toda a clareza, que na sociedade somos todos iguais, certo, mas há que reconhecer que uns são mais iguais que outros.

quando discordávamos, estando ele preso. É um homem que saiu da prisão e fez uma coisa extraordinária, quis ser activista. Não foi possível, mas ele quis. Nenhum dos outros tentou sequer. E isso é uma coisa que tem um valor extraordinário, de capacidade, de coragem, de dar a cara, de reconhecer a sua própria identidade". Antes de sair "era ele quem, dentro das cadeias, ia trazendo informação". Ao fazê-lo "a política da DGSP era transferi-lo. Cada vez que a direção achava que ele se portava mal, não havendo razão para um processo disciplinar, o que havia era uma transferência. Mas isso teve uma consequência, é que ele ficou a conhecer as cadeias todas do país, praticamente, e foi mantendo algum contacto com as pessoas que eventualmente tivessem possibilidade para o fazer. Estou a falar disto porque a generalidade dos presos não sabem ler, não sabem escrever, não sabem falar. Não têm ideia de quais são os direitos das pessoas. Era difícil na altura... talvez agora seja diferente" diz-nos, descrevendo a situação prisional portuguesa na qual "uma pessoa é muitas vezes abandonada no tribunal, outras vezes, certamente à entrada das cadeias, abandonada pelos advogados e não percebe sequer o que tem a fazer ou que direitos é que tem".

Nos anos que se seguem "nunca mais a tensão parou entre a ACED e a DGSP. Mas foi possível fazer o jornal durante 3 anos. Significava que, de alguma maneira, já não me recordo bem como, os artigos chegavam, compunha-se, apareceram apoios anónimos". Como universitário António Pedro Dores passa a "fazer "investigação--ação". Até que, "a determinada altura, o Ministério da Justiça faz chegar ao ISCTE, uma queixa por eu estar a utilizar o nome do ISCTE para efeitos de uma associação que eles entendiam que era... subversiva. A partir daí a minha vida foi outra em termos académicos, porque a escola entendeu, de uma maneira pidesca, como na altura disse, que devia acabar com os apoios que me dava para eu fazer investigação". Ao mesmo tempo Dores avança com um processo-crime face a violação de correspondência da ACED pela DGSP. "O tribunal reconheceu que havia violação mas que, como a correspondência vinha da prisão, já não havia violação de correspondência, ou melhor, já não era crime. Isso está escrito". A partir de então "ficou muito claro para mim que havia, no quadro da cadeia, duas leis: a lei da cadeia e a lei de fora da cadeia e os tribunais reconheciam essa impossibilidade das leis que funcionavam fora da cadeia funcionarem dentro".

A partir de 2001 a ACED procura estruturar-se de forma mais consistente, mas, por entre o resistir a dirigismos partidários, acaba por se ver reduzida a um pequeno núcleo. António Pedro Dores conclui desse esforço de se alargar que "no caso das prisões, as pessoas podem apoiar muito, acham muito engraçado, mas ninguém se mexe, pedem desculpa mas têm de ficar na clandestinidade. Exatamente o que queríamos fazer era o contrário: fazer com que as prisões deixassem de estar na clandestinidade. Tudo isto tornou impossível a nossa missão". Posteriormente com a saída de Alte Pinho para fora do país, a ACED ficará praticamente apenas nas suas mãos. "Foi--se mantendo muito à conta dos prisioneiros. Era impossível para mim deixar de responder aos telefonemas que iam surgindo".

Porém "em termos organizativos o isolamento era cada vez maior". Ao mesmo tempo, "tanto o Ministério da Justiça, através da IGSJ (Inspeção Geral dos Serviços de Justiça), como o Provedor de Justiça, habituaram-se a receber as nossas queixas, habituaram-se a tratá-las, e mesmo os presos começam a dirigir-se-lhes. Criou-se uma dinâmica". Centrada nesse reencaminhar das queixas, "achei que era um bocado redundante a atividade da associação, visto que grande parte da atividade que tinha existido, como por exemplo campanhas por uma sociedade sem prisões, conferências e relatórios anuais sobre a situação das prisões, tudo isso não foi sendo feito". Debaixo da mira dos Serviços prisionais e com dificuldade para manter uma linha telefónica de apoio verdadeiramente operacional, a ACED fecha portas em 2016. Para António Pedro Dores o maior desconforto é verificar que "ao fim de 20 anos voltarmos ao mesmo, até com o mesmo director-geral [Celso Manata]. É um bocado desmotivante..."

ILUSTRAÇÃO DE **DANIEL VASCONCELOS MELIM**

"Melhora a sociedade? Não, não melhora. Mas esse é o objectivo? Não, o objectivo da prisão não é melhorar a sociedade, é safar aqueles que assumem responsabilidades e não as cumprem. Pois no outro extremo do espaço social está gente que promete mundos e fundos e não é capaz de cumprir"

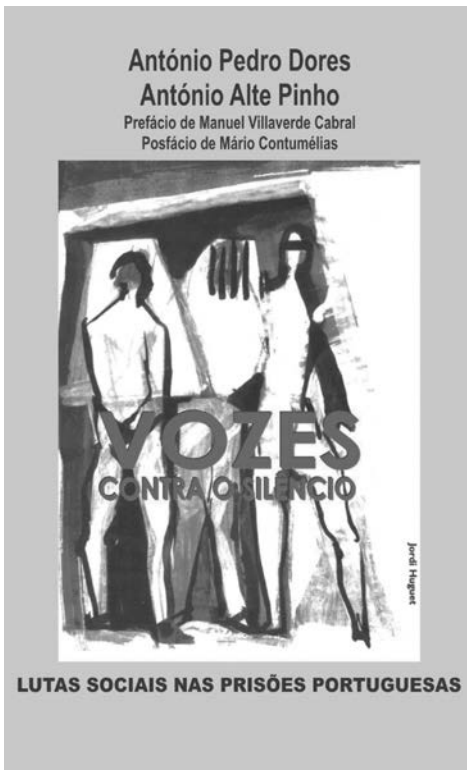
EXPERIÊNCIAS QUE MARCAM

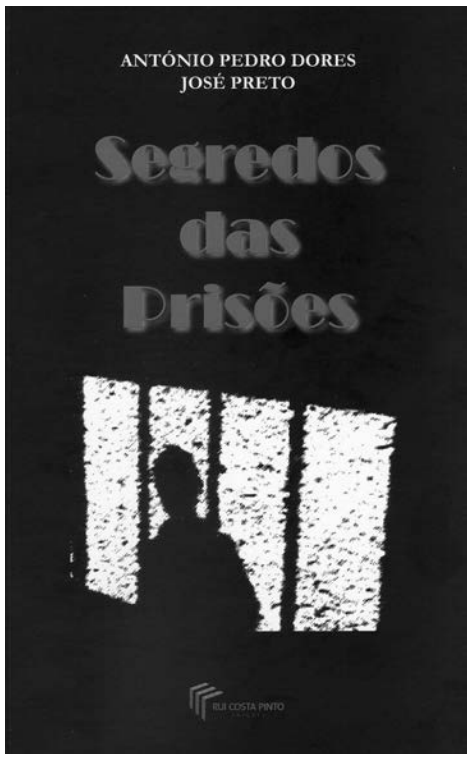
Ao longo deste percurso muitas são as histórias. A mais negativa é relatada ainda com angústia. "Certa vez recebemos a informação de que há um homem que está a ser ameaçado de morte em Vale de Judeus. Decidimos fazer um fax (não havia emails) para a Provedoria de Justiça a informar e, nessa altura, ao contrário do que era costume, não divulgar para mais ninguém para evitar que alguma coisa se precipitasse. O resultado foi que mataram mesmo o homem. Evidentemente a Provedoria de Justiça não tem nenhuma responsabilidade nisso, mas o que é verdade é que a morte que foi anunciada verificou-se e nós sentimo-nos impotentes, apesar de termos tentado fazer o que foi possível. A partir daí resolvemos fazer as coisas sempre de acordo com uma rotina normal e não termos mais problemas de consciência a esse respeito. Tudo quanto nos chega vai logo para todo o lado, independentemente de sabermos se é verdade, se é mentira, que foi aliás uma das queixas que nos começou por fazer o Provedor de Justiça". A nossa resposta foi muito simples: "nós não somos obrigados a investigar, nós recebemos denúncias e somos obrigados a canalizar".

A denúncia dos nomes de guardas prisionais levou mesmo Dores aos tribunais. O "Sindicato dos Guardas Prisionais atacou-nos em tribunal, evidentemente com as costas quentes por alguma razão, a dizer que nós estávamos a insultar os Serviços Prisionais (os Serviços Prisionais que pelos vistos são representados pelo sindicato dos guardas)" até ter desistido da queixa no final de 2008 "por razões que talvez tenham a ver com o facto do Ministro da Justiça ter sido chamado a depor em tribunal", evitando-lhe, assim, esse incómodo.

Droga e repressão surgem sem grande surpresa na essência do sistema prisional. "Se falta droga dentro das cadeias a tensão aumenta de uma maneira explosiva. Além do consumo de drogas ilegais, nas prisões, há também os psicotrópicos para complementar alguma falha. Este tipo de mecanismo é evidentemente responsável pela situação geral nas prisões. Toda a gente lá dentro se orienta conforme pode, num quadro em que a linha de comandos está completamente quebrada e ninguém quer saber exactamente o que lá se passa. E portanto os resultados são estes". A mesma situação que levou Marques Ferreira em 1995 a ir à televisão dizer que as prisões eram conduzidas por máfias, receber ameaças de morte e demitir-se, "mas sem nunca mais ter dito rigorosamente coisa nenhuma, imagino que para sua defesa pessoal e da sua família". Daí para frente "houve uma maior discricionariedade dos Serviços Prisionais e da DGSP, através do GISP (Grupo de Intervenção dos Serviços Prisionais, uma espécie de polícia de intervenção prisional), para controlarem e para darem autoridade pela força ao Estado, porque a autoridade do Estado de facto estava em causa". Ao invés, de forma pragmática sem esconder o que todos sabem, "e isso é importante, foi proposta da ACED, se os regimes abertos vigorassem em vez dos regimes fechados, o que aconteceria é que os mercados faziam por sua vez a limpeza daquilo. Se as pessoas pudessem comprar cá fora aquilo que estavam a comprar lá dentro, compravam mais barato, mais limpo, mais em condições e não permitia que os poderes absolutos dentro das prisões fossem o que são. Não foi essa a opção política. Evidentemente as consequências são aquelas que são, ou seja, continua exatamente tudo na mesma como estava há 20 anos atrás."

Essa opção prende-se com outro momento marcante para a ACED e que ocorre já no período em que o atual primeiro--ministro António Costa é entre 2005 e 2007 Ministro de Estado e da Administração Interna do governo de José Sócrates. António Pedro Dores lamenta "a mudança de política que António Costa impôs no sentido de repressão, porque ele podia ter imposto uma política oposta. Estava previsto na lei a possibilidade de alargar os regimes abertos virados para o interior





(RAVI) ou os regimes abertos virados para o exterior (RAVE). Estava previsto na lei e era uma questão de organização, mas ele decidiu fazer outra coisa que foram alas de segurança em Monsanto, a prisão de alta segurança. Foi essa a opção para reagir aos homicídios que houve em Vale de Judeus e para reagir, sobretudo, às greves de fome, um pouco por todas as cadeias do país".

O BODE EXPIATÓRIO

O activismo de António Pedro Dores em torno das prisões é inseparável das prisões enquanto seu objecto de estudo. Como sociólogo faz parte daqueles que "fazem as críticas da teoria social", mas afasta-se destes ao verificar que "nunca chegam à conclusão que eu cheguei: que é da 'culpa' ser a própria teoria social". Vira o olhar critico para quem o formula e questiona os problemas dentro da sociologia inerentes ao estigma do bode expiatório. "Como é que se justifica a existência da sociologia? A sociologia é uma coisa que podia ser dispensada. Mas então porque é que apesar de tudo subsiste? Por que cumpre uma função, um papel. Esse papel é o da discriminação das pessoas. Muitos sociólogos dizem, com toda a clareza, que na sociedade somos todos iguais, certo, mas há que reconhecer que uns são mais iguais que outros. E então tudo se justifica com base nessa desigualdade". Por considerar antes que o importante e a diferença para a teoria social é "explicar as coisas com base na nossa igualdade" observa como "mesmo os meus colegas que trabalham nas prisões, mesmo os que são favoráveis aos presos, fazem em relação a eles a reprodução do estigma, nomeadamente '*qual é o crime que ele cometeu?*' e que é, afinal de contas, implicitamente, associar aquilo que o Estado produz como etiqueta de alguma pessoa, que eventualmente terá acontecido... Houve um preso que me disse uma frase sociológica de grande gabarito. Ele era assaltante de bancos. E disse '*mas eu sou um gajo simpático a maior parte do tempo. Eu só assalto bancos de 15 em 15 dias e aquilo demora meia hora; o resto do tempo eu sou um gajo impecável*'. Isso tem piada, mas ele tem toda a razão. Há gajos que fazem vida para lixar o resto da humanidade. E fazem-no a vida toda. Por que raio de carga de água é que vamos imputar a alguém, que durante um período de vida relativamente curto tem comportamentos estranhos, esquisitos, condenáveis, porque é que lhe vamos imputar a sua própria identidade, porque é que vamos impor o estigma a essa pessoa. Isto dá que pensar".

A hostilidade às prisões é uma questão com que se viu confrontado perante os seus colegas. Acentua que "o problema da crítica em relação àquilo que se passa nas cadeias é de uma profundidade extrema, de uma subtileza extrema, porque quando nós admitimos que há crime, e o crime como objecto, uma coisa que existe, mesmo que seja construído socialmente, mas que legitima a construção de bodes expiatórios, estamos imediatamente a entrar no jogo, e não temos forma de sair". Precisamente como forma de o evitar e "para denunciarmos isto como uma prática desumana, temos de começar por compreender que o mecanismo do bode expiatório é humano. A ideia de que nós, quando as coisas correm mal, temos de pôr a culpa em alguém para nos aliviar a nossa própria responsabilidade. Para continuarmos a manter um estilo de vida que tínhamos anteriormente, ou para termos margem de manobra para fazermos mudanças sem nos pormos em causa. Esse mecanismo, que é um mecanismo psico-social, é um mecanismo que é preciso compreender, apontar, reconhecer, para que nas alturas em que isso acontece – e isso acontece todos os dias frequentemente e a todos os níveis – sejamos capazes de reagir de uma maneira que seja construtiva, e não antagónica".

O reconhecimento desse mecanismo expiatório "significa uma coisa muito simples" e pega nas palavras ditas "espantosamente ou não, por um expoente da direita, o velho professor salazarista Adriano Moreira: '*que estamos a falar de um problema que é o centro do problema civilizacional que temos neste momento presente*'." Palavras proferidas "a propósito da justiça restaurativa, um projecto que foi apresentado e que pretende, no fundo, reconhecer a humanidade daqueles que estão presos, e que pretende, junto com as vítimas, estabelecerem uma relação que seja viável para as suas próprias vidas, em função do outro". Um projecto e um conhecimento que para Dores é "indispensável para que sejamos capazes de ver claro o que precisamos de fazer hoje, perante as circunstâncias que temos, que são as de criação de bodes expiatórios, em quantidades industriais, para que se possa justificar tudo e para que possa ficar tudo na mesma, sem que ninguém se mexa".

ENTRE LÚCIFER E O JUBILEU

Se este problema está no centro do problema civilizacional, António Pedro Dores olha para o ser humano e o seu lado bom e lado mau. "O ser humano pelo facto de ser social, pelo facto de precisar de existir em comunidade tem, em relação às outras pessoas, relações negativas e positivas. É inevitável. Nós humanos e sociedade, temos duas grandes estratégias: desenvolver as relações negativas ou desenvolver as relações positivas. Vão subsistir as duas, mas nós, conscientemente, com os nossos esforços e capacidade de intervenção e de transformar a nossa própria natureza noutra coisa, podemos valorizar as partes positivas ou as partes negativas. Quando valorizamos as partes negativas, que é o caso do sistema criminal penal, vamos tentar identificar o que aquela pessoa fez para depois dizer que ela é a causa de todos os males que aconteceram naquele momento. Com a culpa daquela pessoa que assume para o resto da vida, como é o caso do sistema de encarceramento, estamos a valorizar o mal, de uma maneira que houve quem a chamasse o efeito de Lucifer".

"Podemos fazer a coisa de outra maneira que é tentar ver o que há de positivo numa experiência que também tem alguma coisa de negativo. E isso, não sei se podemos chamar de educação, há quem chame de justiça restaurativa, há quem chame justiça transformativa". O certo é que o que quer que se lhe chame é outra coisa distinta da prisão. "A prisão é a ausência de experiência. A prisão é a ausência de justiça. A prisão é a ausência de direito. A prisão é a ausência de humanidade. E, portanto, os resultados de um sistema destes só podem ser negativos. Como é que podiam ser positivos? Não é a ideia serem negativos?!"

> A prisão é a ausência de justiça. A prisão é a ausência de direito. A prisão é a ausência de humanidade. E, portanto, os resultados de um sistema destes só podem ser negativos. Como é que podiam ser positivos? Não é a ideia serem negativos?!

Impossível a António Pedro Dores responder sem hostilidades ao propósito do sistema prisional. "Melhora a sociedade? Não, não melhora. Mas esse é o objectivo? Não, o objectivo da prisão não é melhorar a sociedade, é safar aqueles que assumem responsabilidades e não as cumprem. Pois no outro extremo do espaço social está gente que promete mundos e fundos e não é capaz de cumprir. Mas é capaz de gritar que os criminosos estão ali e apontar com o dedo. É esse apontar com o dedo que dis-

trai as pessoas das responsabilidades que os dirigentes assumiram perante as pessoas e que não cumprem. E portanto esse mecanismo, o mecanismo que permite que haja uma discussão política civilizada, entre gente bárbara que usa os poderes que tem para destruir a vida dos outros, por contraponto a outro mundo onde as pessoas não têm dignidade humana, e são reduzidas a lixo, é esse contraponto que permite que a população, enquanto sociedade, enquanto grupo, seja conduzida na necessidade de cumprir o seu desígnio de sacrifício, de abnegação, de castigar o culpado, e se dirija à prisão e não se dirija aos chefes".

Essa reflexão leva-o consequentemente a uma constatação reconhecendo-a como "uma lição histórica. Ou seja, muitas vezes as populações viram-se contra os chefes. E quando se viram contra os chefes, acontece uma coisa curiosa: as prisões abrem-se. Porque não havendo chefes não é preciso prisões para coisa nenhuma. Pelo contrário, quando se destroem os chefes, quando se acaba com aqueles que mandam, fica-se a saber, fica muito claro e até já se sabia antes, que aqueles que estão na prisão estão na prisão injustamente. Então abrem-se as prisões. E as sociedades vivem melhor durante o tempo do jubileu. Aliás, a gente tem a ideia do jubileu como uma coisa agradável, que é a ideia de acabar com as prisões, com as dívidas, com os sacrifícios e passarmos a estar livres dessas cargas, durante um período de tempo... Infelizmente, passado pouco tempo voltamos aos mesmos mecanismos, agora com outras legitimidades, com outras lógicas, com as outras justificações, para quê? Para voltar a justificar que há alguns que estão em cima e outros que estão em baixo, e os que estão em baixo é que têm a culpa de os que estão em cima terem prometido coisas que não fizeram. E esta lógica é uma lógica que deve ser denunciada e não sendo denunciada é reproduzida pelas prisões".

> Alas de segurança e Monsanto, a prisão de alta segurança. Foi essa a opção para reagir aos homicídios que houve em Vale de Judeus e para reagir, sobretudo, às greves de fome, um pouco por todas as cadeias do país.

A actual prisão de Monsanto foi erguida ao final do século XIX como parte integrante da rede de fortificações que constituía o Campo Entrincheirado de Lisboa, sistema defensivo da capital portuguesa. O seu reducto central, cercado por um fosso com mais de 10 metros de largura, funciona, aplicado ao desenho arquitectónico da prisão, como um panóptico.

Em 2011 elementos do Grupo de Intervenção de Segurança Prisional disparando uma arma eléctrica (taser)contra recluso indefeso da cadeia de Paços de Ferreira.

DA COACÇÃO SOCIAL À JUSTIÇA TRANSFORMATIVA

O recente Manifesto Para Uma Nova Cultura Penal do Observatório Europeu das Prisões, de que António Dores faz parte, aponta o dedo precisamente à falência dos mecanismos e uso das penitenciárias como instrumentos centrais de execução de penas, nada resolvendo quanto aos maus-tratos, à reincidência e aos seus elevados custos sociais e financeiros. Em alternativa defende a já mencionada "justiça restaurativa" e propõe algumas alternativas às prisões que passam por "redes de coacção social e profissionais susceptíveis de estimular a auto-responsabilização das pessoas envolvidas em práticas indesejáveis". Impunha-se perguntar como usando o conceito de "coacção" seja possível interromper este ciclo de punição e estigmas de bodes expiatórios.

"Estas redes de coacção já existem. Por exemplo, o que chamamos de educação já é isso. E portanto estudar como é que elas funcionam, como podiam funcionar melhor, é uma urgência. Dito isto, eu não sou favorável à educação que existe hoje. Mas tenho de reconhecer que a escola não é uma prisão, embora às vezes pareça, mas não é a mesma coisa. Ou seja, esses sistemas de coacção existem". Para os entender fala-nos de um texto sobre abuso sexual de crianças, "*Para Uma Justiça Transformativa*" da associação americana Generation Five, cuja tradução disponibilizou on line em 2014. Algo claramente delicado, mas que lida com o facto do sistema judicial "não estar preparado, não estar desenhado para resolver problemas como este, da violência doméstica em geral. Porque estão preparados para outras coisas, como por exemplo para gerir mercados, para controlar o assalto às propriedades, para controlar a violência entre pessoas, aí estão mais ou menos preparados. Agora para resolver problemas na privacidade, por definição não estão preparados, o espaço é público e o facto de se tornar público um crime que é privado, não tem resolvido problema nenhum. O que acontece é que não se quer dar a mão a torcer e dizer que o sistema judicial não está preparado, nem formal, nem substantivamente, nem objectivamente, nem subjectivamente para coisas deste género. Ora bem, estes problemas existem e têm de ser resolvidos e são resolvidos, de muitas maneiras. Uma das maneiras de resolver é

o machismo. Quem manda aqui sou eu e acabou a conversa, e muitas mulheres e homens alinham neste tipo de comportamentos e isso resolve o problema. Não resolve, evidentemente, da melhor maneira, certo, portanto tem que haver redes de coacção social para chamar atenção daquelas pessoas, que em privado assim se comportam que não pode ser. Como é que isso tem sido feito? Tem sido feito através de campanhas públicas, associações cívicas, associações de vítimas, etc. Há vários processos que podem ser levados a cabo".

E isso funciona? "Sim, funciona relativamente. Mas o problema é o seguinte, do outro lado não funciona. O lado de entregar isso à justiça não funciona. É preciso termos consciência de que se a sociedade não quer assumir as responsabilidades de ela própria tratar da sua própria segurança, seja isso o que for. No sentido de se nós que não queremos assumir o facto de combater o patriarcado enquanto sociedade, ou combater o abuso sexual, ou combater a violência doméstica, ou combater o bode expiatório dentro de nós, de que se nós não queremos combater ninguém vai combater. Pelo contrário, ficamos completamente abertos às políticas do medo, que nos vão ser negativas pessoalmente, mas sobretudo vão ser negativas para as pessoas mais fracas, mais frágeis, que não têm essas redes de coacção social que impedem que a violência seja dominante. Como, por exemplo, aqueles que estão a ser utilizados hoje para serem bodes expiatórios no sistema criminal – as crianças abandonadas, os estigmatizados de várias matizes, os imigrantes, etc. – os que estão mais isolados da sociedade, não por acaso os escolhidos para serem bodes expiatórios. É precisamente porque eles não têm redes sociais de coacção, estou a chamar de coacção, de que sejam capazes de se defender também nessas situações".

O entendimento de coacção não coloca nesta perspectiva António Pedro Dores contra o processo-crime, mas apenas quanto à forma vigente da execução penal e aponta mesmo uma forma de reformar o juízo criminal. "Porque a coacção não é só negativa. A coacção tem a ver com uma moralidade que se impõe, eu não conheço uma sociedade onde isso não exista, não espero vir a conhecer uma sociedade onde isso não exista. Agora a discussão do sentido dessa coacção, da moralidade, do direito, é fundamental. Independentemente das instituições? Talvez sim, talvez não. Quando as instituições servem, por exemplo, para identificar crimes, eu não tenho nada contra isso. Que elas sirvam depois para legitimar os crimes, para compensar os crimes, aí já tenho tudo contra. Se o tribunal diz '*esta senhora cometeu um crime*', óptimo. Agora o que é que se vai fazer em relação a isso? Vamos pô-la num sítio onde se cometem crimes todos os dias! É absurdo mas é isso que se faz. Então como é que é possível romper com isso? Havendo redes sociais onde a declaração de um juiz possa ser apreciada, não acriticamente mas criticamente, para que eles não possam fazer as barbaridades que muitas vezes fazem, mas para que a sociedade se possa defender. O juiz então vai começar a depender do seu prestígio, da capacidade de tomar decisões decentes e passa a ser, não a pessoa mais importante do mundo para tomar decisões sobre a vida de outras pessoas, passa a ser uma orientação para a sociedade se organizar. E passa a ser uma sociedade muito diferente daquela que temos hoje. E portanto eu não tenho nada contra o processo-crime, estou de acordo que houve evoluções importantes. Por exemplo, em vez de a gente matar logo a pessoa, agora pergunta-lhe '*o que é que aconteceu*'. Acho que isso é uma coisa que tem vantagens! Portanto, se o tribunal ou a polícia fizerem isso, parece-me uma coisa boa! Agora se isso significa que a polícia agarra nele e vai matá-lo, em vez do outro que foi morto, então não vale a pena. Mas acontece com alguma frequência. E se o juiz acha que isso não tem nada a ver com o caso que está em causa, porque ele não tem que julgar a polícia, tem que julgar é o caso em concreto, então estamos no mundo da hipocrisia e da estupidez"

APD

(...) ficou muito claro para mim que havia, no quadro da cadeia, duas leis: a lei da cadeia e a lei de fora da cadeia e os tribunais reconheciam essa impossibilidade das leis que funcionavam fora da cadeia funcionarem dentro.

Conclui assim que "quando nós estamos a falar de redes de sociabilização coactivas, estamos falar de redes que hoje são monopolizadas pelo Estado, e para elas não serem monopolizadas pelo Estado alguém tem de assumir essa responsabilidade. E essa responsabilidade deve ser assumida colectivamente. Colectivamente não significa justiça popular, como acabei de dizer, significa pelo contrário que a ideia de que vamos ficar melhor por punirmos, não vai resolver o problema. Já a ideia de identificar os culpados para digerir a culpa e a tratar socialmente, aí é um melhor caminho".

E ainda assim consideras-te abolicionista? Uma pergunta final a António Pedro Dores nesta conversa em torno das prisões. "Eu não estou muito preocupado com isso. Quando fiz parte da APAR e da ACED, percebi que não havia solução, não havia reforma prisional possível. Na minha opinião, não é tão importante as pessoas tomarem uma posição formal quanto à abolição das prisões, mas quando identificarem uma situação em que as pessoas estão a ser abusadas, reajam contra isso. Que se sintam repugnadas e isso as leve a encontrar formas de travar isso. E eu conheço muitas pessoas assim, que estão a fazer abolicionismo na prática. Eu prefiro de facto um abolicionismo com activistas a tomarem iniciativas, do que um abolicionismo com pessoas tão radicais que não se consegue discutir ou fazer nada com eles. O manifesto que aqui apresentamos não é de facto abolicionista. É um resultado do Observatório Europeu das Prisões, em que existem pessoas que se dizem abolicionistas e pessoas que dizem que não. Há muito poucas pessoas a querer trabalhar neste assunto. Por isso, se a questão do abolicionismo serve para as dividir, eu não vou por aí. As reformas existem, aliás, a prisão serve, de acordo com a lei, para a reinserção social. Mas agora os serviços de reinserção social nem existem… toda a gente sabe que isso é uma fachada e dizer que a prisão serve para a reinserção social de alguém é uma hipocrisia".

Este ano deu por encerrado esse capítulo da sua vida que foram os 19 anos da ACED. Duas décadas de apoio aos presos e uma linha telefónica que ainda hoje recebe chamadas. Mas a denúncia do sistema prisional e a busca de alternativas prossegue-a nas aulas e no Observatório Europeu das Prisões. Diz-se "esperançado que as boas sementes da 'imaginação ao poder', dos 'direitos humanos', de 'todos iguais, todos diferentes', do 'outro mundo é possível' possam ajudar-nos a reflorir por dentro e por fora, tornando a luta diária numa oportunidade de bem estar, em vez de apenas uma obrigação de sobrevivência".

QUALQUER PESSOA PODE AJUDAR À DEFESA DOS DIREITOS DOS PRESOS, TAL COMO A ACED FAZIA, DA SEGUINTE MANEIRA:

1º PASSO: RECONHECER OS DIREITOS QUE ESTÃO A SER VIOLADOS

De um modo geral, as pessoas que estão presas têm os mesmo direitos que as outras pessoas, exceto no que concerne à livre circulação. Qualquer mal-estar deve ser identificado em função de direitos a serem violados.

2º PASSO: DETALHAR A CIRCUNSTÂNCIA O MELHOR POSSÍVEL

O que aconteceu? Como, Quando, Quem? Que justificações foram dadas pelo funcionamento interno (chefe de guardas, diretor da prisão). Sempre que possível, a queixa junto dos serviços internos deve ser esgotada.

3º PASSO: CONTACTAR A PROVEDORIA DE JUSTIÇA E INSPECCÇÃO GERAL DE SERVIÇOS DE JUSTIÇA

Enviar um email para estes serviços, detalhando o melhor possível as circunstâncias, juntamente com qualquer registo ou prova existente, reclamando PROTEÇÃO face a perseguição, problema de saúde, discriminação, etc.
A denúncia pode ser feita pessoalmente nos serviços.

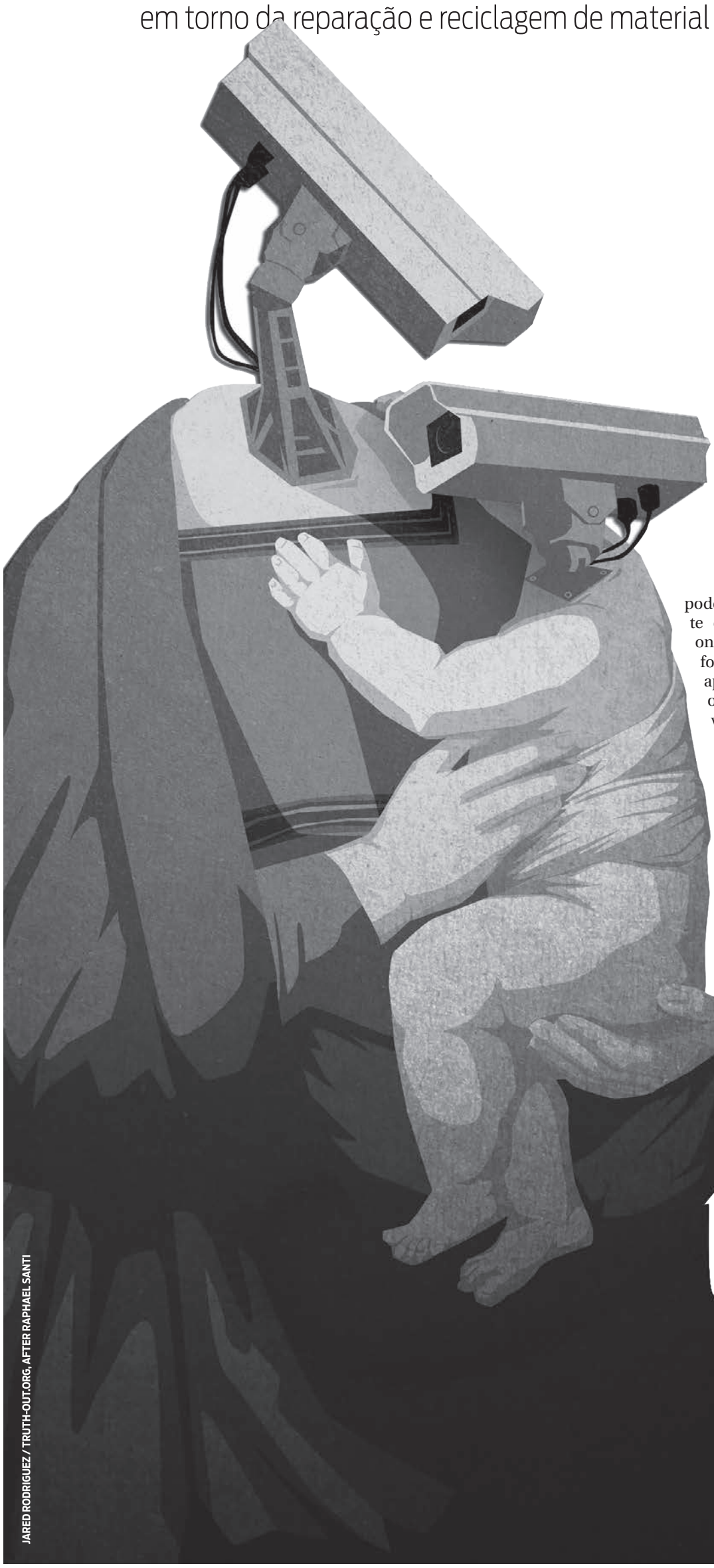
IGSJ <correioigsj@mail.igsj.mj.pt>
Telefone: 218805200

Provedor de Justiça
<provedor@provedor-jus.pt>
Telefone: 213926600

Para mais informações consultar o site da ACED: http://home.iscte-iul.pt/~apad/ACED/

Resistência em código aberto

O Colectivo 1000101 reúne-se às terças-feiras no espaço da Recreativa Dos Anjos em Lisboa. O colectivo dedica-se à criação de um espaço de partilha de ferramentas e conhecimento em torno da reparação e reciclagem de material informático, em espírito "*Do It Yourself* "*.



JARED RODRIGUEZ / TRUTH-OUT.ORG, AFTER RAPHAEL SANTI

ANA RUTE VILA, TERCERO ROMERO
ANARUTEVILA@JORNALMAPA.PT

Na oficina qualquer um pode arranjar o seu computador, mas mais importante, qualquer pessoa pode aprender a fazê-lo, num ambiente de cooperação e horizontalidade, onde não existem profissionais da informática, apenas pessoas dispostas a aprender e partilhar. A par da oficina, o colectivo dedica-se também à divulgação da filosofia *Open Source* e à instalação de Software Livre, promovendo um espaço de debate e discussão acerca da infinita gama de questões que emergem da actual cultura digital, da Internet e da sua influência e confluência na sociedade. Nesse sentido organiza uma vez por mês as **Conversas em Código Aberto**, durante as quais se projectam documentários, se apresentam projectos e se dinamizam debates em torno destes temas.

Numa altura em que a Internet, as redes sociais e aplicações informáticas se misturam com uma situação política global instável marcada por crises variadas, discutir a partilha de informação, a protecção de dados, a privacidade, ou o software e hardware que usamos no quotidiano é da maior importância, sobretudo se for feito de um ponto de vista crítico.

A conversa começa com o recente bloqueio de sites de partilha de ficheiros. Há pouco mais de um ano atrás, em Julho de 2015, foi assinado um memorando de entendimento Anti-Pirataria, entre a Secretaria de Estado da Cultura e entidades como a Inspecção Geral das Actividades Culturais (IGAC) e operadores de telecomunicações. O memorando permite que associações como o Movimento Cívico Anti-Pirataria na Internet, (MAPINET), compilem listas de sites a bloquear pelas operadoras de Internet, sem qualquer tipo de ordem judicial ou aviso prévio. Em Espanha uma lei muito semelhante à nacional, a lei "Sinde", foi aprovada em 2012, permitindo também aí o bloqueio de sites. No entanto, o problema não reside unicamente no bloqueio em si, já que este é realizado tecnicamente através de um bloqueio do DNS*, contornável pela mudança deste endereço nas definições do sistema operativo usado. O problema da implementação de práticas de bloqueio de sites prende-se mais com o precedente criado, ou seja, com a possibilidade de serem utilizadas para outros fins, que não a defesa dos direitos de autor ou conteúdos culturais. A respeito disto o colectivo alerta para o efeito de leis semelhantes *"por exemplo a DMCA"*, uma lei americana de grande abrangência no campo dos Direitos de Autor e da intersecção destes com as novas tecnologias, em particular a Internet. Implementada por Bill Clinton em 1998, pode ser considerada uma super lei de direitos de autor que, pela sua abrangência, tem um historial enorme de abuso. Em concreto, a lei não é usada apenas para "proteger" conteúdos culturais mas foi e é frequentemente usada para remover material político, durante campanhas eleitorais por exemplo. Tanto nos EUA como em Portugal, através dos protocolos entre as operadoras de Internet e a MAPINET, o processo de remoção de conteúdos é extrajudicial. Em primeiro lugar um site ou conteúdo específico é bloqueado ou removido, por indicação da MAPINET, tendo depois os visados que fazer a sua defesa perante o Estado. Tudo isto fora de um tribunal e sem que a parte visada tenha conhecimento ou oportunidade de defesa. O IGAC torna-se assim num potencial departamento da censura, agora para a Internet, recuperando memórias do Secretariado Nacional de Informação instituído pelo regime fascista nacional. As medidas tomadas são unilaterais e têm carácter preventivo. Ou seja, quem bloqueia um site de streaming de vídeos, pode potencialmente bloquear qualquer site independentemente da validade da argumentação que sustenta o pedido de bloqueio. Estamos perante uma inversão perversa do princípio da presunção da inocência, característico do direito penal: o acusado é em termos práticos considerado culpado, porque sancionado, até que se estabeleça a sua inocência. Os efeitos potenciais deste mecanismo sobre a liberdade de expressão de indivíduos ou grupos, entendida de forma

ampla (partilha de ficheiros por exemplo) ou mais estrita (comentário político, activismo, etc.) são no mínimo preocupantes.

A possibilidade de censura e bloqueio de conteúdos toma outras proporções quando recordamos que *"os acordos TTIP*, o TTP* e o TISA* vão permitir solidificar o poder das grandes corporações neste âmbito. Todos contêm provisões relativas aos direitos de autor e propriedade intelectual, recuperando basicamente o SOPA*, derrotada nos EUA e o ACTA* derrotado a nível europeu, após vários governos e parlamentos, sob forte pressão popular, terem recusado ratificar o acordo".*

ESTADO DE EXCEPÇÃO.

A capacidade de censurar, proibir ou cercear o fluxo de informação e comunicação ganha especial relevo nos momentos em que Estados impõem regimes de excepção. Os ataques em solo francês reivindicados pelo Estado Islâmico em 2015, a recente tentativa de golpe de Estado na Turquia ou os protestos em Istambul, contra a construção de um centro comercial na praça Gezi, em 2013, têm em comum o facto de terem sido usados, pelos respectivos governos, para passar ou reforçar alterações legislativas que visam controlar ou limitar o uso de redes sociais, ferramentas de anonimato e privacidade na Internet, quando não a própria capacidade de aceder a certos serviços ou à rede em geral.

"Por exemplo em França, com a imposição do Estado de Emergência, quiseram barrar o uso da rede TOR a reboque da questão securitária",* sem quaisquer indícios de que a mesma fosse utilizada por supostos grupos terroristas. "*Na altura em que o YouTube foi bloqueado na Turquia, durante os protestos na praça Gezi de Istambul, um vídeo da execução de um juiz foi publicado no YouTube. O governo turco pediu ao YouTube para bloquear o vídeo e perante a recusa deste, o governo turco simplesmente bloqueou o acesso à plataforma. Passados uns dias, um avião a jacto transportou os CEOs do YouTube para a Turquia, para uma reunião com o presidente turco, após a qual o site foi desbloqueado".* O bloqueio na Turquia de plataformas como o Youtube, Twitter ou Facebook tornou-se corriqueiro, ocorrendo ao primeiro sinal de uma crise política ou revelação indesejada. O YouTube chegou a estar bloqueado três anos, entre 2007 e 2010. Turquia e França são exemplos claros de aparelhos estatais a tentar controlar ou suprimir redes sociais, e estão longe de ser casos isolados.

A intensa mediatização do terrorismo, em proporção inversa ao espírito crítico demonstrado no tratamento do mesmo, traz à baila com crescente frequência a encriptação*, um processo em que o recurso a uma variedade de ferramentas permite proteger uma mensagem, tornando-a privada e potencialmente indecifrável. Inevitavelmente, governos, polícias e os seus porta-vozes oficiais e oficiosos acenam com o suposto perigo para a "segurança nacional" que estas ferramentas representam. Daí a consequente necessidade de legislar e regular o uso destas técnicas ou mesmo, indo mais longe, criar vulnerabilidades nas mesmas que permitam a serviços de informação e segurança acesso ilimitado aos conteúdos protegidos. Sobre a possibilidade da sua fragilização e criminalização, a resposta do colectivo é imediata:

O grande contributo de Edward Snowden foi mostrar à sociedade que a questão da vigilância em massa por parte de Estados não é uma questão de paranóia, é a realidade.

"Há um esforço grande para isso. Sempre que há um ataque terrorista surge uma notícia a tentar implicar a encriptação de alguma forma, mas sempre de forma fantasiosa. Depois dos ataques em Paris, relatos referiam o possível uso do serviço de mensagens da Playstation por parte do Estado Islâmico. Mais tarde era o Telegram. 24 horas depois vêm uns tipos muito sérios declarar que tudo aquilo só era possível por causa da encriptação. De facto os conteúdos das mensagens era bastante claro, eles não se davam ao trabalho de encriptar nada."

Na mesma linha de pensamento Markus Beckedahl, director do blogue netzpolitik.org, declarava em Novembro de 2015, em entrevista ao jornal Público: *"Nós já nos perguntávamos quantos jornalistas iriam retransmitir a propaganda dos serviços secretos, que alega que a encriptação tinha auxiliado os terroristas a cometerem os atentados. Isto é puro spin. Neste momento é evidente que os terroristas não utilizaram a encriptação para organizar as suas acções, e que estes terroristas já estavam identificados pelas autoridades."*

Apesar disto, no seguimento dos dois recentes atentados em Paris, as propostas e apelos, em vários países, para a aprovação de legislação que proíba o uso de encriptação não se fizeram esperar. Logo em Janeiro o então primeiro-ministro inglês, David Cameron, apresentou uma proposta para banir as comunicações encriptadas através de aplicações de mensagens instantâneas como o Whatsapp ou o Snapchat.

"David Cameron, quando era PM, falou em proibir qualquer forma de encriptação que o governo britânico não fosse capaz de descodificar. A actual primeira ministra, Theresa May [à data ministra da administração interna], foi a responsável por essa lei."

Em Agosto deste ano, o ministro do interior francês Bernard Cazeneuve e o seu homólogo alemão Thomas de Maizière, tomaram a iniciativa de sugerir à Comissão Europeia que legisle a obrigatoriedade dos operadores de serviços de mensagens instantâneas – como o Whatsapp, ou o iMessage da Apple – em providenciar total acesso ao conteúdo das mensagens, a investigações alegadamente ligadas aoterrorismo. Em todos estes casos o que é pretendido pelas polícias e Estados, quando se trata de encriptação, é ter acesso a *backdoors*, ou seja, formas de contornar as protecções ou desencriptar as mensagens transmitidas. A proibição é, excepcionando situações específicas, pouco útil e até contraproducente, sendo o acesso controlado muito mais interessante. Veja-se o exemplo recente da disputa entre a Apple e o governo dos EUA. Em Dezembro do ano passado, a recusa da Apple em facultar *backdoors* ao FBI na sequência dos atentados de San Bernardino, no Texas, esteve no centro de uma acesa disputa em torno da desencriptação do Iphone. Em Fevereiro deste ano o FBI declarou que não conseguia desencriptar o Iphone pertencente a um dos atiradores e a tarefa transitou para a NSA, que por sua vez também foi incapaz de o fazer. O FBI resolveu então exigir à Apple que criasse uma nova versão do sistema operativo do telefone. A nova versão seria instalada e não contendo as protecções existentes, permitiria aceder ao conteúdo do telefone. A Apple negou-se a fazê-lo e o processo chegou aos tribunais. O Juiz responsável decidiu em primeira instância contra a empresa, aceitando o requerimento do Estado de que se aplicasse uma lei de 1789, a "All Writs Act", Esta lei, uma espécie de "pau para toda a obra" legal de sucessivas administrações, já foi invocada 76 vezes desde 2008, sempre com o intuito de obter acesso a informação codificada. Impôs-se assim que a empresa desse ou facilitasse acesso ao conteúdo do telemóvel. A recusa da Apple, que recorreu da sentença, prendia-se com a impossibilidade de garantir a inviolabilidade dos seus dispositivos e consequentemente, a segurança dos dados dos seus utilizadores. Sendo um *backdoor* essencialmente uma vulnerabilidade no sistema, seria uma questão de tempo até que fosse explorada por outros actores,

*

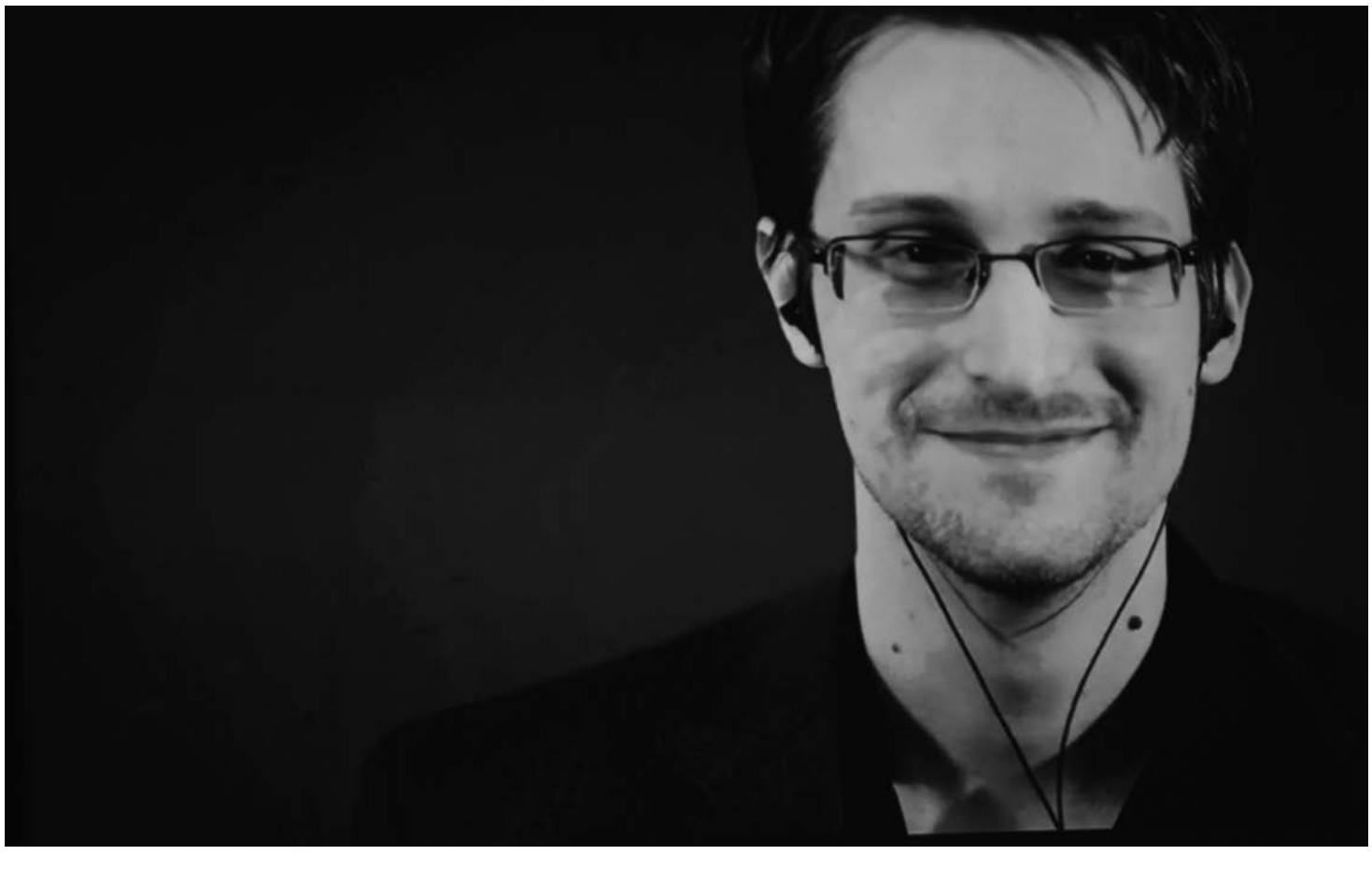
DO IT YOURSELF
Filosofia segundo a qual o utilizador, familiarizando-se com materiais, técnicas e tecnologia, produz e arranja as suas próprias coisas sem recorrer a profissionais.

OPEN SOURCE SOFTWARE
Em português Software de Código Aberto é o software cujo código fonte é disponibilizado. Mais que uma filosofia, é um método de desenvolver o software partilhando o código e promovendo a colaboração e livre uso.
+ opensource.org

SOFTWARE LIVRE
Software cujo código é aberto e disponibilizado, que pode ser partilhado, estudado, modificado e melhorado pelos utilizadores. Nasce como movimento nos anos 80 pela mão de Richard Stallman como forma de criar alternativas aos sistemas operativos proprietários.
+ www.fsf.org/about/what-is-free-software

LINUX
Também conhecido como GNU/Linux é um Sistema Operativo Livre e Open Source inventado por Linus Torvald no início dos anos 90. Resultante da junção do Kernel Linux com componentes desenvolvidos pela Free Software Foundation através do projeto GNU como uma alternativa livre aos sistemas operativos proprietários tipo UNIX.

Edward Snowden, um analista de sistemas, esteve na origem daquela que é, até à data, a maior fuga de informação classificada da história, cujas reais proporções são ainda agora desconhecidas.



ficando entretanto o governo desde logo com acesso. A disputa terminou em Março de 2016 quando o FBI declarou ter conseguido o acesso ao Iphone, graças a dois hackers* que garantiram ter identificado uma vulnerabilidade pré-existente, informação que venderam ao governo. Esta disputa e dezenas de outras, de semelhante natureza durante os últimos anos, juntamente com as nervosas tentativas de legislar contra a protecção da privacidade, provam que a encriptação e outras medidas de protecção de dados são vistas como uma ameaça: ameaçam a capacidade do Estado em aceder à informação pessoal privada dos cidadãos, rejeitando a sua natural expectativa de privacidade e protecção de dados. Neste ponto as atenções viram-se para o desenvolvimento mais significativo das últimas décadas: a possibilidade muito real de uma vigilância efectiva das comunicações online e telefónicas globais.

(...) os acordos TTIP, o TTP e o TISA vão permitir solidificar o poder das grandes corporações neste âmbito. Todos contêm provisões relativas aos direitos de autor e propriedade intelectual.

O ano de 2013 pode ser considerado o início da era pós-Snowden. Edward Snowden, um analista de sistemas, esteve na origem daquela que é, até à data, a maior fuga de informação classificada da história, cujas reais proporções são ainda agora desconhecidas. É comum referir-se que Snowden trabalhava para a NSA. Na realidade este trabalhava para uma empresa privada, a Booz Allen Hamilton, subcontratada pela NSA. Esta questão, por si só, é de tremenda importância mas perdeu-se no ruído mediático, dada a magnitude e periodicidade das revelações que se sucederiam ao longo dos anos seguintes, mas acima de tudo dado o pouco interesse dos meios de comunicação tradicionais em explorar criticamente as ramificações deste caso. Snowden, em coordenação com jornalistas do The Guardian, Washington Post e Der Spiegel divulgou publicamente documentos internos que expunham tacitamente a extensão global dos programas de vigilância dos EUA. Dezenas de ferramentas, softwares e programas – mais de 150 programas supostamente, incluindo um, "Heartbeat", concebido pelo próprio Snowden para mapear e listar as restantes ferramentas – que a NSA desenvolvia em segredo de forma a espiar ilegalmente e em massa, através de todas as plataformas, uma quantidade astronómica de pessoas em todo o mundo. Uma empreitada global que naturalmente não poupava a população dos EUA, alvo principal de vários sistemas. Sobre este episódio o colectivo esclarece: *"O grande contributo de Edward Snowden foi mostrar à sociedade que a questão da vigilância em massa por parte de Estados não é uma questão de paranóia, é a realidade. Foi o primeiro a mostrar que isto não era uma paranóia de meia-dúzia de activistas, era a realidade."*

Neste contexto convém referir que uma das primeiras grandes revelações foi a de que os maiores operadores telefónicos dos EUA (Verizon, AT&T, entre outros) tinham sido intimados pelo governo a passar informação relativa a todas as comunicações em território norte-americano. Este tipo de informação é o que na indústria se apelida de "metadados". Os metadados* representam não o conteúdo concreto, mas os dados acerca dessas comunicações, como por exemplo a hora e duração. Isto permite que *"os Estados digam que é uma coisa inócua, pois não ouvem o conteúdo das conversas, só olham para os metadados."* No entanto *"existe uma frase de um antigo director da CIA, em que este afirma que matam pessoas com drones, com base em metadados"*, o que revela o seu potencial. Mesmo se tal não acontecesse, saber quem fala com quem, quando e por quanto tempo, não é algo inócuo como qualquer um de nós pode facilmente imaginar. Vários dos programas da NSA revelados por Snowden serviam para tratar, cruzar e processar metadados à escala mundial.

"Outro exemplo do que são metadados é quando se tira uma fotografia com o telemóvel e esta é partilhada no facebook. Mesmo que seja copiada para um computador, a fotografia contém metadados ou dados EXIF. Estes dizem qual o foco da câmara e se foi usado flash. Dizem também o modelo e até as coordenadas GPS da câmara... sendo que cada um tem um modelo de telemóvel diferente é facilmente detectável, no meio de um grupo de pessoas, saber exactamente quem tirou a foto"

Em 2015, o Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP) tentou alterar o seu regime jurídico de forma a ter acessos a metadados relativos a comunicações no território nacional, fora do âmbito de investigações criminais ou de uma ordem judicial. A tentativa foi chumbada pelo Tribunal Constitucional, tendo sido considerada inconstitucional. Portugal é, na UE, o último país a não conceder estes poderes às secretas, situação que pode mudar a qualquer momento, à imagem do que aconteceu em outros Estados, nomeadamente a reboque do já mencionado uso do estado de emergência.

A conclusão do colectivo de que *"O recente caso entre o FBI e a Apple [e outros exemplos semelhantes] serve acima de tudo para colar a encriptação ao terrorismo"* ilustra a forma como o Estado e as polícias querem moldar e condicionar as ideias do público acerca das práticas de segurança na Internet. Antes de tudo mais, é preciso afirmar claramente que não cabe aos cidadãos provar que a encriptação não é usada por terroristas, ou em geral justificar os méritos da sua utilização pela população. Bem pelo contrário, cabe ao Estado provar conclusivamente que o uso da encriptação por terroristas é estrutural ao ponto de justificar o condicionamento do livre acesso da população a estas tecnologias que, por si só, são inócuas. Vista a questão de outro prisma, mais afirmativo, é fácil perceber que num momento onde cada vez mais informação é disponibilizada pelos utilizadores, em cada vez mais plataformas, quaisquer ferramentas que propiciem a protecção de dados e da privacidade de cada um, só podem ser entendidas de forma positiva. Finalmente, a ideia abundantemente promovida de que "quem não deve, não teme", que neste contexto se transforma no recorrente "eu não tenho nada a esconder" não passa de um chavão de consumo fácil, mas potencialmente indigesto.

O colectivo explica que *"a encriptação não é usada por quem tem um segredo terrível. Por um lado serve para te proteger da manipulação, já que quanto melhor conheces outra pessoa mais vulnerável está perante a manipulação. Hoje temos uma geração de pessoas que cresceram com o Tablet e que estão de tal maneira expostas, que todos os pontos de manipulação emocional vão estar arquivados em algum lado e portanto trata-se de uma geração inteira que é fácil de manipular num ponto ou noutro. Por outro, qualquer um de nós pode não ter nada a esconder mas aquele que trabalha num sindicato, que está a tentar organizar trabalhadores numa cadeia de Fast-food, ou que vive algures num país repressivo pode ter realmente uma ameaça específica. As pessoas que têm alguma preocupação de forma a preservar a sua privacidade, são olhadas com desconfiança, como se tivessem algo a esconder."*

Assim, de forma sucinta convém manter presente uma série de ideias. Os Estados não são intrinsecamente "bons". São construções políticas orgânicas, passíveis de ser

*

DNS
Sigla inglesa para Domain Name System. É o sistema de gestão de nomes na Internet. É como a lista telefónica na internet, na qual figura o endereço de IP de um site, permitindo a um browser encontrar e aceder a um site na internet.

TTIP
Sigla para Tratado Transatlântico de Investimento e Parceria, é um acordo de livre comércio e investimento entre os EUA e a UE, atualmente negociado em segredo entre as duas potências. O acordo abre caminho às multinacionais e corporações de ambos os lados do Atlântico através da suplantação de códigos legais e proteções em todos os sectores da economia e da sociedade, com previsíveis efeitos nefastos para o bem estar social, económico e ambiental dos indivíduos e comunidades abrangidos e à escala global.

TTP
Parceria Trans-Pacifica, é a versão asiática do TTIP, envolvendo 12 nações do anel do Pacífico.
+ info sobre o TTIP e o TTP em:
www.nao-ao-ttip.pt

TISA
Um acordo internacional entre 23 países, incluindo UE e o EUA que visa liberalizar o sector dos serviços à escala global, com um enfoque no comércio global de serviços bancários, de saúde e de transportes.

Sede da NSA em Maryland, EUA. A colossal e opaca caixa negra que serve de sede à agência de segurança mais perversa do mundo é um perfeito reflexo da falta de transparência da sua actividade.

cooptadas ou capturadas por interesses que não têm o bem comum como fim último. A expectativa e direito à privacidade no espaço virtual não são, em termos absolutos, distintos dos do espaço real. A informação na Internet, independentemente da sua natureza ou tipo, representa não só poder, como dinheiro para as empresas que se dedicam a recolhê-la, logo devemos dispor dela com cuidado e critério. Consequentemente, se não podemos ter a certeza que não existirá abuso de poder na utilização das capacidades com que o Estado se dota, se não estamos preparados para ter câmaras e microfones espalhados pela casa acessíveis ao governo, polícias e empresas que deles queiram dispor e se não passamos o dia a distribuir informação pessoal a qualquer pessoa com que nos cruzemos na rua, é fundamental que, na Internet, dispunhamos de ferramentas que permitam acautelar o que seria efectivamente o equivalente a estes factos na esfera real. Não é provável que alguém questione porque é que os envelopes com que envia o seu correio não são transparentes. Do mesmo modo, não é natural esperar que na rede, os nossos "envelopes" tenham de o ser.

Em todos os casos, no primeiro plano de toda esta discussão estão as assimetrias no direito à protecção de dados, ao anonimato e à privacidade entre indivíduos, governos e os gigantes da Internet. Os Estado e as empresas têm todo o direito de tornar opaca, ao ponto de ser inescrutável, muita da sua actividade governativa e económica (veja-se os escândalos de corrupção ou as negociações secretas de tratados como o TTIP) e de omitir ou esconder informação, sempre que lhes convém, da esfera pública e dos cidadãos. Mas os cidadãos, por sua vez, são gradualmente obrigados, através de mecanismos legais ou meios ilegais, a manter transparentes e acessíveis todos os seus dados e comunicações pessoais.

A actual campanha eleitoral americana traz-nos mais um exemplo de como as questões em torno da vigilância de Estados sobre os indivíduos podem ser muito mais complexas e sinuosas do que a narrativa oficial quer fazer crer. Conta-nos o colectivo que *"existe muita gente a entrar em pânico porque compreende que talvez ter sistemas de vigilância permanente sem qualquer supervisão ou programas de assassinato* [extrajudicial] *por drones pode não ser uma boa ideia, perante a possibilidade de um psicopata* [Donald Trump] *se tornar presidente. Mas aqueles que construíram o sistema, sempre que eram criticados diziam que isso era coisa de malucos ou teorias da paranóia."*

A realidade incontornável é que, sem práticas de cyber-segurança e protecção de dados disponíveis aos utilizadores, a maioria da nossas interacções na rede e com o mundo digital, independentemente do meio escolhido, é presa fácil para agências de segurança, empresas ou indivíduos de dúbias práticas e intenções. Se a recolha e tratamento da informação que geramos, o rasto virtual das nossas vidas, já é em grande medida a principal actividade desenvolvida actualmente na Internet, desenvolvimentos como estes arriscam potenciar uma realidade ainda mais sinistra. A recente febre do Pokemon Go, o jogo de realidade aumentada para smartphones que coloca miúdos e graúdos nas ruas em busca de criaturas virtuais, é um bom exemplo de uma aventura que, no que toca à privacidade, pode ter um final infeliz. Embora não existam provas de que o jogo tenha uma finalidade particularmente nefasta, o mesmo não pode imediatamente ser dito dos seus promotores. O jogo foi desenvolvido por uma empresa chamada Niantic, que por sua vez foi fundada pela Keyhole, criada por um individuo chamado John Hanke. Hanke é um antigo funcionário do *Foreign Service* do governo dos EUA, uma espécie de ministério dos negócios estrangeiros. A Keyhole é famosa por ter desenvolvido o "Earth", uma aplicação de localização baseada no sistema de GPS, como parte de um projecto financiado pela In-Q-Tel, uma firma de capital de risco pertencente à CIA. O projecto foi mais tarde vendido à Google e rebaptizado, tornando-se o nosso bem conhecido Google Earth.

A análise do colectivo resume em poucas palavras a actual dinâmica da Internet. *"a ideia da Internet descentralizada é uma mentira, porque tens os serviços concentrados em meia dúzia de empresas como a Google, Facebook, Netflix ou Yahoo. Para vermos o poder de uma empresa como a Google vejamos a seguinte história: Há cerca de 6 anos atrás o Google teve uma falha em todos os serviços e o volume de tráfego na Internet baixou cerca de 40%. Isto é apenas uma demonstração da preponderância e consequente poder de uma única empresa, numa rede que toda a gente apregoa que é descentralizada. Cada vez mais o caminho é justamente o inverso.*

> Sempre que há um ataque terrorista surge uma notícia a tentar implicar a encriptação de alguma forma, mas sempre de forma fantasiosa.

REDES SOCIAIS

De acordo com a enciclopédia livre Wikipédia, em 2012 o Facebook tinha cerca de 1000 milhões de utilizadores em todo o mundo. Os documentos revelados por Snowden estabelecem que a empresa foi uma das que colaborou com o programa de vigilância electrónica PRISM*. Para lá da imagem e tom que marcam a sua presença mediática e na rede, a estrutura da rede social mais famosa do mundo, bem com o seu conceito de comunicação, levantam sérias dúvidas quando consideramos o funcionamento dos algoritmos que a sustentam. A ideia de que a informação partilhada chega de forma uniforme e não filtrada a todos os "amigos" de um dado utilizador não corresponde à verdade. Ironicamente ou talvez não, as redes sociais podem tornar-se cada vez mais redes anti-sociais. O colectivo explica que: *"há um incentivo natural das empresas que gerem as redes sociais de te manter inside e para isso vão-te mostrar coisas que gostes de ver, o que é puxado de coisas que já tenhas visto antes, ou de coisa vistas por pessoas que pensam como tu. Isto tem um efeito de atomização social em que as pessoas deixam de ter percepção de todo o espectro. Vêm uma espécie de discordância mas dentro do espectro em que se está de acordo. Pessoas com opiniões divergentes começam a ficar isoladas umas das outras. É o chamado filtro-bolha."*

O conceito de filtro-bolha aplica-se também aos motores de busca. A ideia de motores de busca alternativos, como o Duckduckgo, é justamente permitir uma busca o menos condicionada possível. O seu uso mostra que os resultados de uma pesquisa no Google são adaptados à nossa pessoa a partir do histórico de navegação. Por exemplo, a palavra EGIPTO, no Google, pode devolver resultados sobre os protestos de 2011 contra o governo de Hosni Mubarak, ou informação sobre agências de viagem para destinos turísticos naquele pais, dependendo do perfil e historial do indivíduo que a escreve. Em todos os casos o Google define aquilo a que o utilizador terá acesso. De acordo com a ideia de que "informação é poder", na Internet de hoje, cada vez mais controlada por grandes empresas, estes monstros da rede detêm um poder descomunal, muito para além das suas supostas vertentes "educativas" ou sociais. *"Um estudo recente mostra que o peso do Google no resultado de uma eleição é cerca de 5%. Em outro estudo, feito sobre*

*

SOPA
Acrónimo inglês para Stop Online Piracy Act, um projecto de Lei apresentado nos EUA em 2011, que tinha como finalidade aumentar a capacidade da lei americana em combater a partilha, na Internet, de conteúdos protegidos por direitos de autor. O projeto recebeu grande oposição popular assim como da parte de organizações e projetos como a enciclopédia Wikipédia por exemplo, já que na prática serviria para limitar fortemente a liberdade de expressão na Internet, através dos mecanismos de censura com que dotava as autoridades.

ACTA
Acordo comercial internacional que visa proteger a propriedade intelectual e os direitos de autor.

ENCRIPTAÇÃO
Processo através do qual um algoritmo é usado de forma a transformar informação e impossibilitar a sua leitura, exceto por aqueles que tenham a capacidade de reverter o processo, através de uma "chave privada" e assim ter acesso à informação original.
Mais info em: **Manifesto Chypherpunk http://tinyurl.com/m3er7ds**

TOR
Software livre que permite navegar na internet anonimamente. O seu princípio de funcionamento baseia-se no redireccionamento de uma comunicação ou navegação na Internet através de uma rede global de servidores antes de chegar ao seu destino. Composto pelo TOR Browser (um browser de internet) e uma rede de cerca de 6000 servidores espalhados pelo mundo e geridos por voluntários.
Mais info em: **torproject.org**

Em França, com a imposição do Estado de Emergência, quiseram barrar o uso da rede TOR a reboque da questão securitária.

o Facebook, este brinca com as emoções de alguns dos seus utilizadores. O algoritmo foi mudado para um dado grupo alvo para que uma parte do grupo seja bombardeada com notícias negativas e outros com notícias positivas, para testar a influência nos posts que as pessoas faziam, ou seja para perceber se era possível alterar o seu estado emocional [e comportamento]*."*

Além disso os gigantes da Internet são hoje muito mais do que simples empresas que gerem as comunicações. Maiores e mais poderosos que muitos governos, assumem-se cada vez mais como uma nova forma de governar e fazer política. Voltemos novamente às eleições americanas. *"A ideia de que as empresas podem usar o seu poder para satisfazer uma agenda política não é uma ideia teórica. CEOs do Google, Facebook e representantes do departamento de Estado Americano reuniram-se para se coordenar entre si, de forma a impedir a eleição de Donald Trump. Mesmo tratando-se de uma figura detestável como Donald Trump a pergunta que se coloca é: "quem é que nos garante que já não o fizeram antes e por que razões?"* Da mesma forma, *"uma outra notícia surgida entretanto relata que o Facebook é acusado de favorecer os democratas e concretamente Hillary Clinton em detrimento de Bernie Sanders."* Os colossos da rede entretêm-se com marionetas e fantoches, enquanto moldam o futuro.

ALTERNATIVAS NA REDE

A Internet não é apenas terreno de eleição, no qual as agências governamentais controlam, espiam e monitorizam indivíduos, organizações e jornalistas. Logicamente é também o espaço no qual se desenvolvem alternativas de comunicação e acção. Assim, nos tempos que correm, tornou-se um autêntico campo de batalha, entre as grandes corporações e uma miríade de organizações, comunidades e utilizadores que desenvolvem ferramentas livres e gratuitas. Acima de tudo é um espaço onde se confrontam visões e concepções diferentes sobre o que é a rede e como esta deve funcionar.

No caso do Facebook ficamos a saber que *"existem alternativas às redes sociais mainstream, mas a sua utilização é ínfima, como por exemplo a Diaspora, uma rede social Open Source descentralizada, em que os voluntários podem acrescentar servidores e criar nós. No entanto é mais usada entre a comunidade Open Source ou activista. Existe ainda a GNUSocial, uma alternativa ao Twitter. Se olharmos para o Facebook eles tentam centralizar tudo: seja o sistema de mensagens, de páginas, de publicações de amigos, notícias... tudo. O que temos de fazer é descentralizar tudo. Ou seja, se queremos publicar informação devemos fazê-lo num blogue, se queremos trocar um mail interno, usamos uma mailing list em vez de centrarmos tudo no Facebook."*

O uso de alternativas também cria desafios para os utilizadores, já que "*tentar convencer as pessoas a largar funcionalidades não é a melhor abordagem. O ponto onde se está a querer chegar é que se tu quiseres explorar alternativas, não só em redes sociais mas em comunicações seguras o melhor é descentralizar, só que descentralizar é muito inconveniente. Uma das coisas em que as grandes empresas conseguiram convencer as pessoas, foi o conforto de ter tudo centralizado num único serviço, a filosofia Big Silo. A questão é que tentar procurar uma alternativa implica sair deste modelo, implica descentralizar, ou seja, ter uma mailing list num dado serviço, um site para comunicações mais públicas e isso dá mais trabalho. As empresas nos últimos anos conseguiram habituar-nos a esta ideia maravilhosa de ter tudo centrado num único serviço, do qual muitas pessoas não conseguem sair porque é chato, é inconveniente. Na verdade não é um problema só da tecnologia ou da Internet, mas de muitas coisas na sociedade."*

No caso dos servidores de DNS, também existem alternativas, como o OpenDNS ou o Opennicc, de especial utilidade no caso dos bloqueios, feitos em Portugal pelas operadoras, a sites de partilha de ficheiros.

"O DNS é como uma espécie de lista telefónica da Internet. Quando escrevemos um endereço o teu browser pergunta a um servidor de DNS qual é o IP deste site. O servidor diz: O IP de um dado site é este e assim podes visitar o site. Um bloqueio de DNS é como falsificar a lista telefónica, mas existem muitas listas telefónicas no mundo e existem servidores de DNS alternativos. Nas nossas casas usamos o servidor de DNS da operadora de Internet e é assim que está a ser feito o bloqueio [das operadoras]. *Mudar de servidor de DNS, por exemplo usando o OpenDNS, automaticamente desbloqueia toda a censura que se faz em Portugal, pelas operadoras e pela MAPINET."*

> Os Estado e as empresas têm todo o direito de tornar opaca muita da sua actividade governativa e económica e de omitir ou esconder informação, sempre que lhes convém. Mas os cidadãos, por sua vez, são gradualmente obrigados, através de mecanismos legais ou meios ilegais, a manter transparentes e acessíveis todos os seus dados e comunicações pessoais.

Uma das lições que podem retirar das revelações de Edward Snowden é que, caso alguma dúvida houvesse, os Estados e as suas agências de segurança respeitam pouco ou nada as regras que as suas próprias instituições criam. Por isso mesmo, não são poucas as alternativas que garantem que a segurança de dados, a privacidade e o anonimato, se materializam em ferramentas informáticas no controlo dos utilizadores. O colectivo avança que *"existem algumas ferramentas, como o Tor*, e protocolos que "mascaram" o facto de se estar a usar o Tor"*. Sobre as suas potencialidades acrescentam que *"o Tor é das poucas ferramentas que consegue ultrapassar a censura na China"*. Mas existem outras ferramentas que permitem uma abordagem mais exaustiva e estrutural à questão, como o *"TAILS*, um sistema operativo feito a pensar na privacidade, que não deixa rastos no computador, e traz um conjunto de ferramentas de privacidade e anonimato online"*.

Neste ponto torna-se essencial fazer a distinção entre anonimato e privacidade. O Tor é uma ferramenta de anonimato, enquanto o Tails, um sistema operativo Linux*, garante a privacidade e o anonimato pois, entre outras ferramentas, inclui o TOR. "*Anonimato é não se saber quem somos, de que país somos, enquanto privacidade é não se saber o que estamos a dizer. O Snowden utilizou o Tails para comunicar com os jornalistas, e também o GnuPG* e o Pigeon OTR que também estão incluídos no TAILS. Não são os programas mais "confortáveis" de usar (em oposição ao Signal, por exemplo), mas funcionam e são testados nesse sentido há mais de 20 anos.*

No entanto é inegável que, para o utilizador comum, nem sempre é possível ou confortável escolher uma ferramenta específica pois *"cada vez há mais ferramentas disponíveis. Há mais de 800 softwares de encriptação, para diferentes funções: chat, email, voip, etc. O que surge muito no debate sobre encriptação é que muitas vezes não é fácil ter-se encriptação bem feita. Há muitas aplicações que tentam arranjar um equilíbrio entre uma boa encriptação e*

*

PRISM
Programa clandestino de vigilância, lançado em 2007, através do qual a NSA recolhe informação de, pelo menos, nove das maiores companhias da Internet. A sua existência foi tornada publica através das revelações de Edward Snowden.

METADADOS
Literalmente dados sobre dados. Informação sobre o tamanho, a data de envio, o destino ou a duração de um contacto é transmitido numa rede. A ficha de leitura de um livro (titulo, ano, autor, temática) numa biblioteca pode ser considerada um exemplo de meta-dados.
pt.wikipedia.org/wiki/Metadados

HACKER
Uma pessoa altamente especializada em computadores, capaz de modificar software ou hardware e sistemas informáticos para fazer algo que não é inicialmente suposto. Atualmente considera-se que há vários "sub-tipos" de hackers; White Hat (hackers que testam sistemas informáticos para procurar falhas de segurança ou funcionamento e melhorar esses sistemas), Black Hat (Hackers que procuram danificar, tomar conta de, ou obter informação de sistemas informáticos e causar "dano", muitas vezes para lucro), "Grey Hat" hackers que atacam sistemas informáticos com um objetivo que não o lucro recorrendo a meios considerados por muitos como "ilegais", (hacktivistas) e Hackers que criam meios para um programa ou pedaço de hardware fazer algo que não é suposto fazer, (por ex: acrescentar novas funcionalidades a um programa, corrigir um erro, um software correr em hardware antigo). Entre outras definições, correspondeu inicialmente também a uma filosofia de liberdade para explorar sistemas informáticos e aprendizagem.
Hacker Manifesto: http://tinyurl.com/ztbbpcy

O objectivo do Facebook é a centralização de toda a actividade do utilizador da internet: seja o sistema de mensagens, de páginas, de publicações de amigos, notícias, etc.

*

TAILS
Um sistema operativo, baseado em Linux, dedicado totalmente ao anonimato e privacidade.
+ info em: **tails.boum.org**

GNUPG
Implementação de software para encriptação de mensagens tais como e-mail e ficheiros.
gnupg.org +

WIKILEAKS
Organização jornalística que, desde o lançamento do seu site em 2006, se dedica à divulgação de material secreto ou confidencial, provindo de fontes anónimas, sobre guerras, vigilância e corrupção. Até ao presente publicou cerca de 10 milhões de documentos.

Alguns sites onde se podem procurar ferramentas para proteger a privacidade e procurar software alternativo ao das grandes empresas para comunicar na net:

THE GUARDIAN PROJECT
guardianproject.info

I HAVE SOMETHING TO HIDE
ihavesomethingtohi.de/

PRISM BREAK
prism-break.org/en/

EMAIL SELF-DEFENSE (EM PORTUGUÊS)
emailselfdefense.fsf.

a facilidade de utilização, mas nem todas conseguem."

RESISTÊNCIAS NA REDE

Nos últimos anos, graças à dedicação de indivíduos e grupos, em várias ocasiões os papéis, entre quem controla e quem é controlado, foram invertidos. Organizações como o Wikileaks* habituaram-nos à exposição pública de segredos e comunicações internas de grandes corporações, agências e governos, provando que a informação não corre sempre no mesmo sentido na Internet. Na verdade muitas outras revelações de documentos confidenciais têm tido lugar, algumas menos conhecidas mas não menos relevantes. Em Julho de 2015 o Hacker Phineas Fisher foi o responsável pela divulgação de um Torrentde 400 GB, contendo e-mails internos, documentos confidenciais e o código fonte do software, desenvolvido por uma companhia italiana chamada Hacking Team. Um ano depois, o Hacker publicou um documento, detalhando os pormenores técnicos da sua actividade, onde se pode ler que *"Hacking Team é uma companhia que ajuda governos a hackear e espiar jornalistas, activistas, opositores políticos e outras ameaças ao seu poder."*

Um ano antes o nome Phineas Fisher esteve também associado a um ataque contra o Gama Group. Esta corporação, dedicada a criar programas para vigilância e infra-estruturas informáticas tem como clientes corpos militares, agências de espionagem e polícias internacionais que usam os seus produtos para espiar pessoas e inclusive outros Estados. Se, tal como no mundo físico, a disparidade de recursos entre quem detém o poder e quem contra ele se bate é enorme, a natureza ainda relativamente aberta do campo de batalha na rede, permite muitas vezes ultrapassar essas disparidades de forma espectacular. Ainda assim, são muitos os activistas e jornalistas que continuam a sofrer sob a vigilância e represálias de governos e interesses alinhados.

"Na Etiópia há relatos de jornalistas que estavam a ser espiados com estes softwares e que foram presos pelo governo, quando este descobriu que se preparavam para frequentar um curso de privacidade online, para proteger o seu trabalho", aponta o colectivo. De facto, no documento publicado* por Phineas Fisher, surgem inúmeras provas do envolvimento global da Hacking Team, no auxílio à espionagem contra activistas e jornalistas.

> Organizações como o Wikileaks habituaram-nos à exposição pública de segredos e comunicações internas de grandes corporações, agências e governos, provando que a informação não corre sempre no mesmo sentido na Internet.

Acrescenta o colectivo que as revelações são uma forma efectiva de limitar o poder desta companhia e dos clientes que usam os seus produtos, já que *"o* código-fonte é especialmente importante pois mostra como funciona o programa e o que precisamos de fazer, enquanto utilizadores, para proteger o nosso sistema operativo desse *software"*. Como seria de esperar, as acções não se ficam por aqui e *"foi também o Phineas Fisher que roubou os 300.000 emails internos do governo turco, antes do golpe, que planeava publicar no Wikileaks e entregá-los aos curdos, para apoiar o Curdistão Sírio contra o governo turco"*.

Os posts, na conta de Twitter de Fineas Fisher, revelam ainda que no início de Junho o Sindicato dos Mossos D'esquadra, o corpo de polícia catalão, foi hackeado. Foram revelados nomes e dados pessoais de polícias afectos aos Mossos. A conta de Twitter do sindicato foi ainda "desfigurada". O ataque foi acompanhado pela divulgação de um vídeo no qual se mostra todo o processo. Num texto divulgado pelos hackers, pode ler-se que o objectivo era *"colocar informação cá para fora que sirva a qualquer um que esteja a investigar seriamente a polícia"*.

A Internet continua a ser um veículo de cooperação de enorme potencial, mas ao mesmo tempo é, mais do que nunca, um campo de batalhas e um espaço de conflito com uma "geopolítica" e uma dinâmica próprias. Nunca como agora foi tão vasto o alcance daqueles que querem moldar a rede à imagem dos seus objectivos. Felizmente, à medida que vamos integrando cada vez mais do mundo que nos rodeia na rede, da torradeira ao carro, do brinquedo a cidades inteiras, também são cada vez mais os indivíduos e grupos que se capacitam e agem, produzindo actos resistência criativa. Tal como no território físico, que uns querem definido por fronteiras e exércitos, a forma futura da rede, aberta ou controlada, resultará dos usos que as comunidades, os indivíduos e os colectivos on-line lhe dêem. Em todos os casos, usando uma velha máxima da cultura cibernética, *"A Internet trata a censura como um dano e consegue contorná-lo"*.

Especismo não, abolição![1]

Notas introdutórias sobre a exploração de animais para consumo.

Nas últimas décadas, o Movimento pela Libertação Animal tem adquirido uma importância significativa nas sociedades ocidentais, envolvendo um crescente número de activistas. Divergindo das perspectivas bem-estaristas e humanistas, procura combater todas as formas de exploração de animais não-humanos com vista à erradicação daquele que assume como uma das suas principais raízes: o especismo. Criado em Janeiro de 2016, o Movimento pela Abolição dos Matadouros (MAM-Portugal) surgiu no contexto nacional justamente para denunciar o especismo e as suas múltiplas intersecções com os demais sistemas de opressão (e.g., sexismo, racismo, xenofobia, capacitismo, heterossexismo e capitalismo), contribuir para a libertação animal, ao mesmo tempo que pretende estabelecer políticas de aliança com outros movimentos sociais. Apresenta-se como um colectivo horizontal, anti-capitalista e não-partidário, que actua no sentido de potenciar a igualdade, a autonomia e as relações de cooperação e de apoio mútuo, e de activismo anti-especista. O artigo que se segue é da sua autoria.

JO-ANNE MCARTHUR

MAM-PORTUGAL
HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MAM-PORTUGAL/
MAMPORTUGAL2016.WORDPRESS.COM
MAMPORTUGAL2016@GMAIL.COM

No passado dia 4 de Junho, realizou-se em Lisboa a Marcha pela Abolição dos Matadouros. Integrada numa rede internacional, que envolveu este ano 25 cidades de 17 países, esta marcha foi convocada pelo MAM-Portugal e preparada em colaboração com os grupos Acção Directa e ActiVismo, tendo contado com cerca de 200 activistas. No âmbito da sua preparação, o MAM-Portugal organizou 30 acções em cinco cidades portuguesas (Almada, Braga, Coimbra, Lisboa e Porto), que incluíram a exibição de documentários, debates, projecções fotográficas e acções de rua, apelando ao fim da exploração dos chamados "animais de consumo" (e.g., vaca, porca e galinha).

Actualmente, mais de 53 mil milhões de animais sencientes[2] (terrestres) são mortos com vista à produção de carne, sobretudo na região Norte do globo. Embora inúmeros estudos apontem os severos impactos da indústria da agropecuária ao nível dos direitos dos animais não-humanos, da saúde humana e da gestão dos recursos naturais (e.g., FAO, 2006), a produção mundial de carne passou de 191 milhões de toneladas, em 1993, para aproximadamente 300 milhões de toneladas em 2010, de acordo com os dados produzidos pela divisão responsável pela estatística da FAO (2013).

> O complexo industrial-animal está hoje organizado a partir do exercício da violência contra animais não-humanos e da apropriação sistemática dos seus corpos.

O complexo industrial-animal está hoje organizado a partir do exercício da violência contra animais não-humanos e da apropriação sistemática dos seus corpos. Milhões de vacas, porcas, galinhas e ovelhas são confinadas a espaços reduzidos, insalubres e, muitas vezes, sem luz solar ou artificial. Além da manipulação abusiva dos seus corpos e dos respectivos processos biológicos, são sujeitas a inúmeras formas de mutilação, sem recurso a anestesia, tais como a castração, o corte de cauda, o debicar e o descornar. São injectadas com hormonas, vacinas e antibióticos para acelerar o crescimento da massa corporal. São impedidas de participar em actividades específicas da sua espécie; são-lhes quebradas as relações de parentesco; estabelecem relações sociais muito limitadas; não conseguem comunicar eficazmente com os membros do seu grupo (CiWF, 2006).

A exploração dos "*meat animals*" está profundamente radicada no carnismo, isto é, a ideologia que condiciona, sustenta e legitima o consumo de (determinados) animais não-humanos (Joy, 2010). O carnismo atribui diferentes graus de comestibilidade a animais não-humanos conforme a sua espécie: por exemplo, nas sociedades ocidentais, os "animais de consumo" tendem a corresponder àqueles que são exclusivamente herbívoros, aos quadrúpedes e aos ruminantes domesticados, ao passo que as espécies não-edíveis incluem os "*pet animals*", os primatas, os carnívoros e os roedores. Diferentemente dos "animais de companhia", os "*meat animals*" constituem meros utensílios destinados à satisfação dos interesses humanos, com os quais não é expectável o desenvolvimento de relações afectivas e de proximidade.

O (eventual) rompimento das fronteiras que separam, de forma dualista, animais edíveis de animais não-edíveis evoca frequentemente estímulos negativos (e.g., o consumo de "carne" de cão ou de gato). Porém, a associação de prazer ou repulsa ao consumo de animais não tem que ver com as suas características intrínsecas, mas antes com o modo como estes são conceptualizados em termos de comestibilidade. Ainda que tenda a ser visto como normal, natural e necessário, o consumo de "carne" é resultado da actuação de diferentes agentes de socialização (e.g., família, escola, Estado, média) que, de forma continuada, hierarquizam as espécies, configuram os palatos e policiam as preferências alimentares não-normativas, transformando o carnismo numa ideologia que nos parece irrefutável histórica e biologicamente. A prática de comer animais é, pois, uma construção social. É uma escolha, não é um imperativo.

O carnismo constitui uma sub-ideologia do especismo: além de ser uma forma de preconceito contra os indivíduos que não pertencem à espécie humana, este designa também um conjunto de instituições materiais, discursos culturais e práticas sociais que garantem e perpetuam a subordinação estrutural de animais não-humanos. Imbricado na tradição filosófica ocidental, o especismo relaciona-se com o paradigma antropocentrista, que impõe e privilegia as necessidades de indivíduos humanos como o único referencial, sobrepondo-as aos interesses das demais espécies, principalmente de animais não-humanos.

Conceptualizando os critérios que estabelecem as diferenças entre indivíduos humanos e não-humanos, o legado filosófico antropocêntrico contribuiu, justamente, para a manutenção do dualismo humano-animal no imaginário ocidental, o qual estabelece uma oposição binária onde as duas partes se excluem mutuamente, onde os indivíduos humanos emergem como o Centro e os animais não-humanos surgem como o "Outro". Esta noção de "humano" é projectada pelas culturas ocidentais como uma categoria universal mas corresponde, por defeito, ao homem, branco, heterossexual, cisgénero, católico, capacitado, adulto, de classe média/alta. Neste sentido, as diferenças entre os indivíduos humanos, e entre estes e animais não-humanos, são entendidas em relação a um Centro androcêntrico, isto é, são uma expressão subalternizada de alteridade e não uma expressão igualitária de diversidade.

Num contexto de crescimento da violência estrutural contra animais não-humanos, de iminente colapso ambiental, de agravamento das desigualdades sociais e de intensificação do controlo e da repressão, o MAM-Portugal procura contribuir para a criação no contexto português de espaços de capacitação para a acção que promovam a convergência e o redimensionar de diferentes lutas numa agenda política explicitamente anti-capitalista e anti-autoritária, interseccional e articulada a partir das bases. Durante os últimos meses, projetou-se, dialogou-se e cozinhou-se numa lógica pautada pela ética DIY (isto é, "Faz Tu Mesmo", que rejeita o sonho capitalista assente no consumo e no lucro), pela descentralização e horizontalidade, pela igualdade e solidariedade, mostrando-se que é possível levar a cabo uma luta auto-organizada, autónoma e auto-financiada através da qual aprendemos, fazendo em conjunto.

Porque a opressão não constitui um processo arbitrário e ocasional, importa promover a politização da acção colectiva contra o especismo, a (re)significação de animais não-humanos a partir de perspectivas emancipatórias, bem como a prefiguração de modelos de organização social e económica alternativos que instiguem a abolição de todas as formas de opressão humana e animal. Desde os nossos múltiplos lugares de enunciação, nós – anti-capitalistas, feministas, fufas, bissexuais, queers, heteras, não-binárias, trans, galdérias, anti-fascistas, monogâmicas, poliamorosas, anti-assimilacionistas e libertárias – daremos o nosso contributo.

/// REFERÊNCIAS:

Compassion in World Farming Trust. (2006). Trust Stop – Look – Listen: Recognising the Sentience of Farm Animals. Consultado a 3 Fevereiro de 2011 em http://www.ciwf.org.uk/.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2006). Livestock's Long Shadow: Environmental Issues and Options. Consultado a 17 de Março de 2014 em http://www.shabkar.org/download/pdf/Livestock_s_Long_Shadow.pdf.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2013). FAO Statistical Yearbook 2013. Consultado a 5 de Setembro de 2015 em http://www.fao.org/docrep/018/i3107e/i3107e.PDF.

Joy, Melanie. (2010). Why We Love Dogs, Eat Pigs, and Wear Cows: An Introduction to Carnism. San Francisco, CA: Conari Press.

/// NOTAS

1 Uma das palavras de ordem da Marcha pela Abolição dos Matadouros (Lisboa, Junho de 2016).

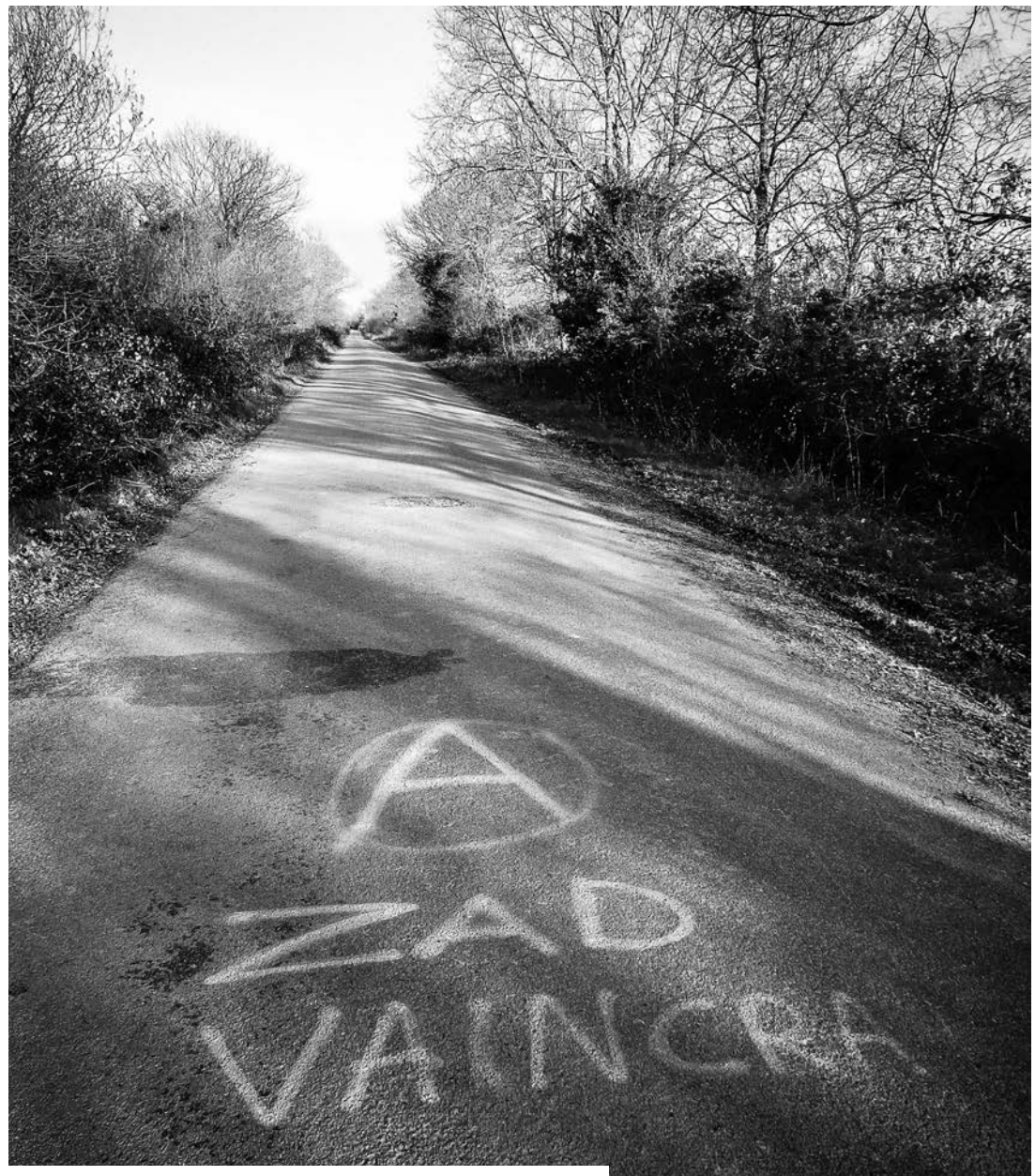
2 A senciência consiste na capacidade de sentir emoções e sensações (e.g., dor, prazer, fome, sede, calor, frio, etc.). Um animal não-humano senciente é capaz de interpretar informação, compreender o seu contexto, estabelecer relações com os seus pares, analisar perigos, etc.

Zona A Defender

Durante mais de 50 anos, agricultores e vizinhos da cidade francesa de Nantes têm resistido à construção de um novo aeroporto. São estes campos férteis, florestas e zonas húmidas, que a multinacional Vinci, que se dedica à construção de aeroportos, quer agora cobrir de cimento. Aí floresce uma experiência que quer reinventar a vida quotidiana. Activistas de todo o mundo, agricultores locais e moradores, grupos de vizinhos, sindicalistas, ambientalistas, refugiados, fugitivos, okupas, activistas pela justiça climática e muitos outros organizam-se para proteger 100 hectares de terra contra o aeroporto e o seu mundo. O governo francês chamou a este lugar um "território perdido para a República" mas os seus ocupantes renomearam a zona: ZAD (*Zone à Défendre*, Zona a Defender). No inverno de 2012 milhares de polícias anti-distúrbios tentaram despejar a zona mas depararam-se com uma decidida e variada resistência. Isto culminou numa grande manifestação de 40.000 pessoas. Menos de uma semana depois a polícia viu-se obrigada a abandonar a zona. Em 2016, a ZAD volta a estar ameaçada de despejo para iniciar a construção deste absurdo aeroporto. O primeiro-ministro Manuel Valls prometeu para Outubro uma operação especial para despejar quem lá esteja a viver, trabalhar, construir ou cultivar.

NUMA SÉRIE DE FOTOS DA AUTORIA DE VaIK LANÇAMOS O OLHAR SOBRE A VIDA NA ZAD DE NOTRE-DAME-DES-LANDES. @VALKPHOTOS | VALK.FLAVORS.ME

+ INFO EM **ZAD.NADIR.ORG**



Pintura numa das estradas que cruza a ZAD de Notre-Dame-des-Landes.

"Z'êtes Arrivés, Détendez vous" (Chegou, relaxe).

Solidariedade de Nantes a Oaxaca. "Nem com gases, nem com balas, ao povo não calas. Solidariedade internacional".

"Vigipirate das Pranchetas" (a Vigipirate é um sistema francês de alerta de segurança, que estabelece níveis de ameaça de ataques terroristas).

Barricadas enquanto forem necessárias.

Lentamente mas seguramente, constrói-se a cúpula.

FRONTEIRAS
Lucrar com a tragédia

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

No campo político europeu, a chamada crise dos refugiados parece aproveitar acima de tudo à extrema-direita, que sempre soube explorar os sentimentos de populações acossadas. No entanto, em termos económicos, há um outro grupo de interesses que, longe dos holofotes mediáticos, tem prosperado com esta situação: falamos das indústrias do sector da defesa. O tipo de resposta privilegiado pela União Europeia (UE), a consagração conceptual e real da "Europa-Fortaleza", representa uma enorme benesse para as empresas deste sector, que fornecem às forças que controlam e policiam as fronteiras europeias, equipamentos, treino, sistemas e tecnologia. No reverso da medalha, se olharmos para o aumento de 61% nas exportações de armas para o Médio Oriente entre 2006-10 e 2011-15, é sem espanto que repararemos que são exactamente muitas das mesmas empresas que, garantindo que não faltam armas, alimentam os conflitos dos quais muitos dos refugiados fogem.

O CONTROLO FRONTEIRIÇO.

Antes de mais, há que abordar criticamente a ideia de "crise dos refugiados". É verdade que nunca houve tanta gente a tentar chegar à Europa. No entanto, a novidade fica-se aqui pelo destino e nem aí é absoluta: em finais de 2015 havia, de acordo com a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), cerca de 60 milhões de refugiados no mundo. A imensa maioria destes mantém-se nos próprios países de origem ou em países limítrofes. Durante todo esse ano, à Europa chegou pouco mais de um milhão de pessoas, ou seja, uma ínfima parte da totalidade. A haver no entanto uma tendência assinalável, seria esta: há 10 anos, os países que não pertencem ao mundo rico alojavam 70% dos refugiados mundiais; em 2014 já alojavam mais de 86%[1].

Assim, aquilo a que por aqui de forma umbiguista se chama "crise dos refugiados" é infelizmente o dia-a-dia de dezenas de milhões de pessoas há muitos e muitos anos. Esta designação e o enfoque mediático recebido surgem porque, por uma vez, a Europa rica vê esbarrar contra as suas muralhas os corpos das vítimas da sua riqueza, vê desaguar nas suas praias os cadáveres da sua prosperidade. Confrontadas com isto, a resposta das elites europeias é a de todos os poderosos quando os miseráveis avançam sobre os seus territórios: meter trancas à porta[2]. Esta tendência securitária e de militarização das fronteiras não são no entanto novidade. As bases da actual política fronteiriça foram lançadas em 1985 com o Tratado de Schengen, onde a abertura gradual das fronteiras internas era já acompanhada pelo controlo cada vez mais apertado das externas. Foram estas as linhas base que em 1999 passaram a lei na UE, com o Tratado de Amesterdão. A partir de 2004, o Programa de Haia[3], definiu a agenda para as áreas "de liberdade, de segurança e de justiça", priorizando a luta "contra a imigração ilegal", falando-se já então de "cooperação com países terceiros" ou de "gestão integrada das fronteiras externas da União".

Um efeito concreto destas políticas é hoje a Eurosur[4], (o "sur" no nome vem da palavra "surveillance", vigilância em Inglês). Menina dos olhos da "Europa-Fortaleza", este sistema dos sistemas de vigilância fronteiriça foi lançado oficialmente em Dezembro de 2013. Tem como objectivo primário a partilha, em tempo real, de imagens e dados obtidos por satélites, drones. aviões e outros sensores, entre Estados membros da UE, através de uma rede de Centros de Coordenação Nacional, coordenada pela Frontex, a agência fronteiriça europeia. É importante notar que embora a Frontex esteja legalmente obrigada a disponibilizar informação e documentação relevante, os relatórios das suas operações são confidenciais e não estão disponíveis quer ao público, quer ao Parlamento Europeu, graças à sua natureza difusa, algures entre uma polícia fronteiriça e um serviço de informação.

PROTEGE QUEM DIZ PROTEGER.

Afirmando repetidamente, com o devido eco acrítico nos *media*, que a culpa pela morte de migrantes (o termo preferido, porque "refugiados" significa outra coisa) é dos traficantes, a UE pretende antes de mais dissociar-se do sofrimento de milhões e da morte de milhares, condenados pelas suas políticas fronteiriças. Em segunda instância, ao tratar estes acontecimentos de forma descontextualizada, tenta obscurecer o seu papel e responsabilidades na génese da crise. Basta olharmos para os números dos tempos recentes, para termos uma ideia da falácia que é o objectivo assumido do Eurosur de "salvar vidas de migrantes": 3700 mortos/desaparecidos no Mediterrâneo em 2015[5], mais de 3100 até ao início de Agosto de 2016 (contra 1900 no mesmo período em 2015)[6], sendo que, de acordo com a Organização Mundial para as Migrações, o número de chegadas de barco à Europa é apenas ligeiramente superior ao mesmo período do ano anterior.

Quando questionada sobre este aumento do número de mortes no mar, a Frontex acabou por reconhecer que o aumento do controlo e a apreensão de barcos alterou o comportamento dos traficantes, aumentando os riscos para os migrantes: "Notámos que os barcos de borracha estão mais superlotados do que antes", afirmou Ewa Moncure, porta-voz da Frontex ao EUobserver. Tanto por haver mais pessoas em cada barco, quanto por se terem começado a utilizar embarcações mais pequenas.

Ora, para perceber que os desenvolvimentos em 2015 e 2016 não foram obra do acaso e quais as reais prioridades da UE, basta recordar o que aconteceu em Outubro de 2014. Uma operação da Marinha Italiana, "Mare Nostrum", que, com um orçamento mensal de 9 milhões de euros, tinha como foco principal operações de busca e resgate foi cancelada. Estima-se que tenha contribuído para que mais de 130,000 vidas tenham sido salvas. A operação que a substituiu, "Triton", sob a alçada da Frontex, com um orçamento inicial três vezes inferior, (2,9 milhões de euros) tinha por sua vez como foco "a protecção das fronteiras europeias", ou seja o combate às operações dos traficantes. O porquê da substituição pode ser entrevisto nas palavras da ministra para os negócios estrangeiros britânica à época, que fazendo eco de outras posições semelhantes, disse: "Não apoiamos operações planeadas de busca e resgate. (…) O governo considera que as mesmas funcionam como um incentivo à travessia". Esclarecedor. Ainda antes da implementação da operação Triton, inúmeras vozes apontaram que a mesma levaria a um aumento inevitável do número de naufrágios, o que se viria a comprovar. Ou seja, os acontecimentos em 2015 e 2016 foram em grande parte uma consequência directa e mensurável da estratégia adoptada a partir de Novembro de 2014. Esta por sua vez resultava de um cálculo político aparentemente claro: alguns milhares de mortos adicionais eram um preço aceitável para desincentivar futuras travessias.

Mas a UE não se limita a fechar as suas próprias fronteiras. Também tem tentado cooperar com outros países para que estes parem os refugiados tão longe quanto possível do espaço europeu. Uma espécie de *outsourcing* policial comummente chamado "exteriorização de fronteiras" ou, se quisermos ir pelo eufemismo oficial, "gestão partilhada de migrações". O publicado Manual do Eurosur[7], por exemplo, faz referência ao fortalecimento das capacidades desses países através de "programas co-financiados pela UE", a "dar habilitações e assistência técnica", assim como ao "treino de autoridades de países terceiros em actividades de controlo fronteiriço".

Se a face mais visível deste tipo de parceria é o acordo com a Turquia, em troca de contrapartidas, para a "gestão" do fluxo de refugiados que buscam entrada na UE pela Grécia, existem outros menos notáveis mas não menos interessantes. Apenas como exemplo, em Fevereiro de 2015, o governo de François Hollande concedeu uma licença de exportação[8] à Thales para a entrega de material militar ao Egipto, apesar de admitir graves violações dos direitos humanos por parte do governo egípcio. Uma das razões apontadas para a concessão desta licença foi o papel que a marinha egípcia desempenha no controlo dos fluxos migratórios para a Europa. Outra, os objectivos partilhados no combate ao terrorismo. O material militar em causa: 24 "caças" Rafale e uma Fragata. Semanas antes o Egipto tinha começado a bombardear supostas posições do Estado Islâmico na Líbia. A mesma Líbia que foi reduzida a escombros em 2011 e lançada no caos por uma operação "defensiva" da NATO, fortemente promovida pela UE, com a França à cabeça. A mesma Líbia de onde partem a maioria dos barcos com refugiados que "ameaçam" as fronteiras da UE. Este tipo de nexo causal é recorrente pelo Médio Oriente. Salvar vidas nunca foi, nem é, afinal, uma prioridade.

> Esta tendência securitária e de militarização das fronteiras não são no entanto novidade. As bases da actual política fronteiriça foram lançadas em 1985 com o Tratado de Schengen(…)

OU PROTEGE QUEM?

O mundo pós 11 de Setembro, com todas as suas guerras, conflitos e intervenções mais ou menos directas, tem sido uma fonte de lucro (literalmente) brutal para as grandes empresas de armamento. O crescimento do sector de segurança fronteiriça vem no seguimento desses mesmos desenvolvimentos, como parte de um ciclo virtuoso aparentemente imparável de capital e morte. Em pano de fundo, uma indústria que lucra com todos os aspectos das políticas com que a UE espalha a tragédia: primeiro, alimentando conflitos que provocam fugas em massa e, depois, impedindo as vítimas de escapar à tragédia, em busca de uma vida com possibilidades de futuro.

Em 2015, a BAE Systems, a maior empresa europeia de armamento registou 21,8% dos seus lucros com vendas para a Arábia Saudita. Também em 2015 a Arábia Saudita começou a sua campanha militar no Iémene, levando a que, em Agosto do mesmo

ano o presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, Peter Maurer, dissesse que o país "ao fim de cinco meses, pareça a Síria ao fim de cinco anos". Tal como a BAE Systems, outras grandes fabricantes europeias de armas, como a Airbus, a Leonardo-Finmeccanica ou a Thales têm no Médio Oriente um foco: todas têm vendido muito e bem com os conflitos na região. Na hora de responder à vaga de refugiados que esses conflitos causam, a indústria volta a sorrir. Uma fronteira é muito mais do que apenas uma vedação: falamos de torres de vigia, equipamento de controlo de multidões, telecomunicações, radares, helicópteros, sistemas informáticos, aviões, navios, armamento, tecnologia de identificação e vigilância, bases de dados, investigação, treino de pessoal e muito mais.

As mesmas empresas que garantem que armas e munições não faltem nos vários conflitos, também garantem esta segunda linha de encomendas potenciais, tanto aos Estados membros da UE, como aos países com os quais a União tem acordos de cooperação de "gestão de migrações". Nomes como Leonardo-Finmeccanica, Airbus, Thales, Safran ou Indra, entre outros, são recorrentes quer se analisem contratos de venda de armas, tecnologia relacionada e de controlo fronteiriço quer se olhe para os gastos em lóbi junto das autoridades europeias relevantes.

Chegamos aqui a uma das questões fundamentais de toda esta problemática. Um lóbi tão forte que tem um papel preponderante na definição das próprias políticas da UE. A Organização Europeia para a Segurança (OES), que inclui, entre outras, a Thales, a Fineccanica e a Airbus, tem sido o grupo mais activo na promoção de uma abordagem securitária das fronteiras. Muitas das suas propostas acabaram em políticas comunitárias oficiais (nomeadamente a transformação próxima da Frontex em Guarda Costeira e Fronteiriça da Europa, que dotará a nova agência de poderes extra para ultrapassar os Estados membros na compra de meios de controlo, podendo até forçá-los a fortalecerem as suas fronteiras e a comprarem ou actualizarem equipamentos). Não é de estranhar, portanto, que as empresas mais proeminentes no OES sejam ao mesmo tempo precisamente as que mais lucram com o financiamento europeu a projectos de pesquisa, investigação e desenvolvimento de equipamentos e tecnologias de controlo fronteiriço.

O quadro geral é assim o de uma UE senão em subserviência declarada, pelo menos em convergência de interesses com a indústria do armamento, da repressão e do controlo. Num mercado – o da segurança fronteiriça – avaliado em cerca de 15 mil milhões de euros em 2015 e que se prevê atinja mais de 29 mil milhões anuais em 2020. Uma liderança política alinhada com o aparelho da indústria militar-securitária que utiliza tecnologias que apontam, interna e externamente, para algumas das populações mais vulneráveis do planeta, violando-lhes os direitos, nomeadamente o de procurar asilo. Numa altura que é de definições, a UE escolhe o seu lugar, lado a lado com o mundo dos negócios que lucra com a própria tragédia que ajuda a criar.

/// NOTAS

1 https://goo.gl/9w0PZK
2 O orçamento da Frontex passou de 6.3 milhões de euros, em 2005, para 238,7 milhões em 2016
3 https://goo.gl/VkgX9U
4 https://goo.gl/FnYeY2
5 International Organization for Migration, Mixed Migration Flows in the Mediterranean and Beyond: compilation of available data and information – annual report 2015, 2016
6 https://goo.gl/EqwU9H
7 https://goo.gl/ffHdYy
8 Entre 2005 e 2014, os Estados membros da UE concederam licenças de exportação de armas para o Médio Oriente e o Norte de África no valor de mais de 82 mil milhões de euros.

EMPRESAS QUE MAIS BENEFICIAM DO FINANCIAMENTO DA UE PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS

Não se incluem aqui agências estatais. A força policial fronteiriça romena e o Ministério da Administração Interna do Estado espanhol são os maiores beneficiários.

EMPRESA	PAÍS
Airbus	Transeuropeia
Totalforsvarets Forskningsinstitut	Suécia
Indra Sistemas	Espanha
Isdefe	Espanha
Thales	França
CEA	França
Fraunhofer	Alemanha
Finmeccanica	Itália
TNO	Holanda
Safran	França
Finmeccanica – Thales	Itália – França
Austrian Institute for Technology	Austria
BMT Group	Reino Unido
Smiths Detection	Reino Unido
DCNS	França

Dado o número de intervenientes, de subsidiárias e subcontratadores, não há uma forma completa de olhar para as empresas que fornecem equipamentos e serviços para o controlo fronteiriço. Pelo que se pode ver, as mais activas no lobby sobre segurança nas fronteiras, são exactamente as mesmas que mais beneficiam com os gastos comunitários relacionados com essas políticas. Nomeadamente:

AIRBUS

A Airbus é, de facto, uma das maiores "clientes" dos financiamentos europeus para projectos de pesquisa e desenvolvimento. Lucra também com as compras que os novos Estados membros da UE têm de fazer de forma a cumprirem os critérios de Schengen (por exemplo, em 2004, a Roménia assinou um contrato com a Airbus para o fornecimento de um "Sistema Integrado de Segurança Fronteiriça para monitorização, segurança e comunicação).

Em consórcio com a Atlas Elektronik, a Airbus foi responsável, ainda como exemplo, pelo programa "Spacionav" para a guarda costeira francesa. Espanha e Bulgária adquiriram programas semelhantes.

Os helicópteros da Airbus são preferidos por várias agências de controlo fronteiriço da UE, nomeadamente a alemã e a bielorrussa. Radares (por exemplo para a Bulgária) e redes de comunicações (por exemplo para a Finlândia) são outras das formas de a Airbus lucrar com a deriva securitária do controlo e gestão das fronteiras.

Criticada por promover um drone "testado" por Israel em Gaza para monitorização de refugiados, a Airbus respondeu que o que "os parceiros de tecnologia decidem fazer com os seus próprios desenvolvimentos nos seus países, […] é com eles"[1]

LEONARDO (FINMECCANICA)

Há pouco tempo, a Finmeccanica alterou o seu nome para Leonardo, possivelmente para tentar fugir a uma reputação em queda, na sequência de uma sucessão de escândalos de corrupção.

Já em 2009, a Finmeccanica identificava o "controlo fronteiriço e os sistemas de segurança" como uma das principais portas através da qual se via bem a luz de futuras encomendas.

No geral, a empresa e as suas subsidiárias fornecem uma grande variedade de equipamentos de "gestão fronteiriça" que abrange a vigilância, a detecção biométrica, o controlo de acesso, a segurança do perímetro e sistemas de comunicações, comando e controlo.

Os seus helicópteros são usados por muitos Estados membros e países vizinhos. Estónia, Argélia, Bulgária, Polónia e Finlândia são grandes clientes desta empresa que também fornece sistemas de vigilância costeira e radares. Estas compras são frequentemente financiadas pela UE.

THALES

A empresa afirma ter vendido (chave na mão) mais de 50 dos sistemas que estão em uso em campos relacionados com a segurança interna e o controlo fronteiriço (Letónia, França, Estónia, Espanha, entre outros). O seu relatório de contas de 2011 já deixava transparecer um forte crescimento dos lucros relacionados com negócios de protecção de fronteiras. Em Novembro de 2015, vários meios de comunicação deram voz a rumores de que a Thales estava, a pedido do governo tunisino, a construir um muro na fronteira com a Líbia. A Tunísia teria coberto os primeiros 5 milhões de dólares necessários para o projecto, mas estaria a tentar arranjar fundos europeus para os passos seguintes.

INDRA

Em 2015, o mercado da segurança e defesa deu à Indra 19% dos seus negócios (0,54 mil milhões de euros). A segurança fronteiriça é uma parte importante deste negócio. A empresa afirma que os seus "sistemas protegem mais de 5,000 km de terra e fronteiras marítimas em vários países de diferentes continentes"[2]. O Sistema Integrado de Vigilância da Indra combina controlo de tráfego marítimo com monitorização e vigilância. Está em uso na maioria das fronteiras marítimas do Estado Espanhol, assim como na Letónia, na Roménia e em Portugal. Num acordo de 25,5 milhões de euros com Portugal, a Indra começou a implantar uma rede de estações de detecção de movimentos dos barcos dentro do seu campo de influência.

SAFRAN

Quem trata da maior parte do trabalho relacionado com o controlo das fronteiras é a Morpho (anteriormente conhecida por Sagem Securité), uma subsidiária da francesa Safran. A Morpho é especialista em soluções electrónicas de segurança, com um enfoque em sistemas de identificação biométrica. Em 2015, os negócios relacionados com "identidade e segurança" corresponderam a 9,2% das suas receitas (1,6 mil milhões de euros). Em Fevereiro de 2013, a Comissão Europeia assinou com a Morpho (em consórcio com a Accenture e a HP) um contrato no valor de 70 milhões de euros para a manutenção do Sistema Europeu de Informação de Vistos (Visa Information System – VIS), uma base de dados utilizada para armazenar e partilhar dados biométricos relacionados com pedidos de vistos por cidadãos de países terceiros. A Safran tem equipamentos e tecnologia sua no Serviço de Identidade e Passaportes do Reino Unido, nos portões de controlo automáticos dos aeroportos franceses, na Estónia, na Lituânia, Eslováquia, Finlândia, Albânia, Holanda e Eslovénia.

ISRAEL

Graças a um acordo de 1996, Israel é o único país de fora da UE cujas empresas são elegíveis para receber fundos comunitários através do Programa Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Empresas essas que têm, de facto, provas dadas em termos de segurança fronteiriça, incluindo o muro de separação na Faixa de Gaza, a vedação na fronteira com o Egipto ou as centenas de pontos de controlo fixos ou móveis que polvilham a Cisjordânia. Um dos ditos pontos fortes de marketing da indústria de defesa israelita é precisamente que os seus equipamentos e tecnologias foram testadas no "campo de batalha". Israel, um país cuja economia equivale a 0.6% do PIB global, é um dos principais exportadores de equipamento militar do mundo (em 2007 exportou 10% do total global e em 2012 foi considerado o 6º maior exportador). Não é de estranhar, pois, que no Verão de 2015, se tenha ouvido dizer que a Bulgária e a Hungria estavam a considerar a possibilidade de comprar vedações de *design* israelita, ou que o controlo de multidões e segurança dos jogos olímpicos deste ano tenha sido assegurado por material e treino israelitas.

A Elta, uma subsidiária da estatal Israel Aerospace Industries estava, nos finais de 2015 em contacto com vários governos europeus por causa do seu sistema de "Patrulha Fronteiriça Virtual", baseado na monitorização das redes sociais e na interceptação de comunicações móveis, uma de várias áreas onde são considerados pioneiros.

/// NOTAS

1 The Electronic Intifada, 2 de Junho de 2015
2 http://www.indracompany.com/en/industries/security/offering/surveillance-and-border-protection

As Pontes de Istambul

Em Istambul todas as pontes ligam literalmente a Europa e o Médio Oriente, simbolizando a rica e diversa multiculturalidade desta região. As pontes representam uma metáfora para esta zona "à beira de um ataque de nervos".

YANN RENOULT, CARGOCOLLECTIVE.COM/YANNRENOULT

SOFIA LUÍS
@XofiLu

A 15 de Julho de 2016 teve lugar um acontecimento que as autoridades turcas depressa apelidaram de "golpe", com algumas manobras militares a fecharem uma das pontes de Istambul e a atingirem a sede da unidade especial de polícia e o Parlamento, em Ankara. Ironicamente, durante a noite do golpe, foi através da aplicação vídeo em directo "Facetime" que o Presidente Erdogan apelou na televisão para que as pessoas saíssem às ruas para "proteger a democracia". O apelo foi ouvido e rapidamente se tornou visível que os "traidores" não teriam apoio público. Começa a "caça às bruxas" dos supostos aliados de Fethullah Gülen, clérigo muçulmano exilado nos EUA, que passou de aliado de Erdogan a bode expiatório para o golpe e para as acções vingativas que se seguem: despedimentos, perseguições, prisões e torturas. Só na noite do golpe morreram cerca de 250 pessoas, incluindo civis e militares. Ainda na ponte alguns soldados foram mortos e espancados pelos "defensores da democracia", cidadãos anónimos, apoiantes de Tayyip, sob o olhar impávido da polícia.

Como se chegou aqui? Desde 2012 que o crescimento económico abrandou. As incertezas eleitorais de 2013, 2014 e sobretudo 2015, os acontecimentos nos países vizinhos e a forma como o governo lidou com vários escândalos de corrupção tiveram impacto negativo tanto na confiança do sector privado e dos investidores como nas instituições Europeias.

A nível político, o partido dominante é o AKP (Partido Justiça e Desenvolvimento) cujo líder Recep Tayyip Erdogan foi primeiro-ministro durante 12 anos e se tornou Presidente em Agosto de 2014. O agravamento de violações várias de Direitos Humanos, a intolerância à oposição partidária, o número crescente de jornalistas presos, a falta de liberdade de imprensa, a violência e repressão das autoridades, associada a escândalos de corrupção e exibições de megalomania (ex: o palácio presidencial em Ankara), têm marcado os últimos anos do panorama sócio-político turco.

Com a revolta de Gezi Park em 2013 (confrontos que alastraram pelo país numa onda de solidariedade, libertação e repressão ímpares) o governo acentuou uma política de censura na internet (bloqueio de acesso a redes sociais, Twitter, Youtube) e nos media (vários órgãos de comunicação foram encerrados e jornalistas presos ou alvo de processos judiciais).

Desde Junho de 2015 que o país tem sido um dos alvos mais recorrentes de atentados terroristas, 15 ataques de forte impacto, 330 vítimas mortais.

Num artigo online da Roar Magazine, o autor Joris Leverink, correspondente em Istambul, sintetiza de forma assertiva a mudança social que está a acontecer na Turquia pós-golpe. A máquina de propaganda está bem oleada, pois logo a seguir ao golpe o slogan *Hakimiyet milletindir*, que significa "a soberania pertence à nação" pode ser visto em todo o lado. Posters em paragens de autocarro, semáforos, passagens de peões, billboards e anúncios na TV nos transportes públicos.

Desta forma é dada a perceção de que "o povo é quem mais ordena", fazendo com que os cidadãos se sintam parte de uma grande nação democrática ao fazê-los acreditar que foram eles que controlaram o golpe em curso. As razões do golpe militar ainda estão obscuras, levando a crer que o mesmo terá sido preparado para justificar medidas adicionais de segurança, mais perseguições, despedimentos, prisões.

Tayyip Erdogan tem vindo a polarizar o país, a instigar os seus cidadãos contra quem não segue as suas premissas, nomeadamente os Curdos, utilizando a "guerra ao terrorismo" como argumento.

No dia 1 de Setembro, Dia Internacional da Paz, o ministro do Interior, Efkan Ala, demitiu-se. Durante os seus últimos dois anos e oito meses no governo, ocorreram 17 atentados, provocando a morte de 580 pessoas.

Mais 50.000 funcionários públicos foram despedidos nos últimos dias (incluindo *gendarme*, polícia, guarda costeira, guardas prisionais, instituições religiosas, governadores-civis, conselho superior de educação, ministério da educação, saúde, segurança social...), no seguimento de uma limpeza pós-golpe que tem atingido todas as áreas do sector público com particular incidência na educação, forças de segurança, justiça e religião.

Curiosamente os militares e forças policiais detidos para investigação, ou mesmo despedidos, vinham a ser elogiados pelo governo pelo seu desempenho na luta contra os curdos e contra a desobediência civil.

E por falar em pontes, a terceira ponte de Istambul, a mais larga ponte suspensa do mundo, foi inaugurada recentemente poucos dias depois do ataque brutal a um casamento em Gaziantep. Foi nomeada Yavuz Sultan Selim em homenagem ao sultão que, conhecido como um dos mais cruéis, massacrou milhares de Alevis (minoria religiosa).

Entretanto, o ministro turco para os Assuntos Europeus, Ömer Çelik, esteve nos últimos dias em Lisboa, onde reuniu com Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Segundo a SIC Notícias o ministro afirmou: "Prezamos valores como a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos, e queremos continuar a pautar-nos por eles. Por que não então abrir os capítulos 23 e 24 das negociações com a Turquia, tratando-se nomeadamente de questões basilares e nas quais se encontra uma questão muito importante, da liberdade de imprensa".

Após um almoço de trabalho conjunto, nas declarações finais, o ministro turco usando os refugiados como mercadoria de troca, reafirmou ainda a intenção de "resolver a questão da liberalização dos vistos o mais breve possível", ameaçando que, caso contrário, a Turquia teria de tomar medidas em relação ao processo de readmissão, uma vez que "a questão da liberalização dos vistos e da readmissão [de refugiados em território da Turquia] estão intimamente ligadas".

"A União Europeia pediu à Turquia que revisse a sua lei sobre a luta contra o terrorismo, pediu mesmo que a alterasse. Como é que isso é possível considerando que a Turquia, apenas com o Iraque e a Síria, tem 1.295 quilómetros de fronteiras", questionou ainda Ömer Çelik para sustentar a recente operação militar desencadeada na Síria, supostamente contra as forças 'jihadistas', mas na prática só contra as forças curdas. O representante turco num acto de malabarismo político conseguiu ainda relacionar a questão dos vistos para os cidadãos turcos com o terrorismo: "Alterar a lei contra o terrorismo quando na realidade estamos a defender a UE... É certo que em cooperação com o Conselho da Europa temos avançado neste campo mas é fundamental que esta questão da liberalização dos vistos possa ser resolvida o mais brevemente possível."

Começa a "caça às bruxas" dos supostos aliados de Fethullah Gülen, clérigo muçulmano exilado nos EUA, que passou de aliado de Erdogan a bode expiatório para o golpe e para as acções vingativas que se seguem: despedimentos, perseguições, prisões e torturas.

PONTES PARA A SÍRIA

A Turquia é uma zona fun-

damental no conflito sírio e no equilíbrio do Médio Oriente e da Europa. Os acontecimentos dos últimos meses têm acelerado a guerra civil que decorre no sudeste da Turquia. Nos últimos 30 anos morreram 40.000 pessoas, sobretudo curdos, neste confronto entre o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e as autoridades turcas.

A recente mudança de estratégia na Síria, com a entrada de forças militares turcas permitida pelos EUA, altera a perspectiva sobre o Médio Oriente obrigando todas as forças presentes a reposicionar-se estrategicamente, incluindo os russos, SDF (Forças Democráticas da Síria, que incluem as forças curdas do YPG e YPJ), o exército sírio e o FSA (Exército Livre da Síria).

Nos últimos meses antecedendo a entrada em território Sírio as forças turcas movimentaram-se de sudeste para nordeste, para as zonas mais montanhosas onde está o PKK. Florestas e aldeias estão a ser incendiadas, mas agora, ao contrário dos anos 90, a população curda fica e resiste. Não se dirige para o ocidente, para as grandes cidades, porque já sabe o que a espera: mais perseguição e terror.

A atitude ocidental e os parâmetros dúbios utilizados na análise e intervenção no Médio Oriente contribuem para o agravamento desta situação. Não esquecendo que a Turquia é uma zona geoestratégica essencial na questão

Assistir a tais transformações políticas na sociedade turca a ritmo tão acelerado pode vir a ser devastador num futuro próximo. A esperança existe porque também uma revolução está a acontecer às suas portas.

dos refugiados, a União Europeia colocou-se numa situação perigosa e de dependência ao apoiar o estado turco quando anuncia que lhe seriam enviados 3 mil milhões de euros para ajuda aos 2,2 milhões de refugiados sírios que se encontram no seu território, abrindo alas à recente chantagem de Erdogan com os refugiados.

De acordo com Dilar Dirik, activista feminista curda, investigadora no Departamento de Sociologia, em Cambridge, a designação de terrorista, frequentemente demoniza um dos lados do conflito. Neste caso em concreto, no conflito Turquia versus PKK, de um lado o segundo maior exército da NATO, do outro um movimento armado de libertação. Esta estigmatização traz consigo a criminalização de um povo, ameaçando os seus direitos fundamentais.

Estas "listas negras", em que se classificam, incluem ou retiram nomes de acordo com agendas políticas, e não de acordo com valores ou princípios éticos, deixam muito a desejar. Incluir num mesmo grupo, ISIS e PKK, ignorando o princípio de auto-determinação dos povos, como designado na Carta das Nações Unidas, e a legitimidade de resistência, não fazendo distinção moral entre uns e outros revela-se injusto e imoral.

O YPG e o YPJ são exércitos independentes de Rojava (zona semi-autónoma criada em 2011) constituídos maioritariamente por populações curdas no norte da Síria e têm vindo a combater por liberdade e igualdade.

As autoridades turcas vêem Rojava como ameaça à segurança nacional, pois temem que o efeito dominó se espalhe pela região e fortaleça o processo de auto-determinação no sudeste da Turquia. Talvez por isso mesmo, as forças turcas se estejam a movimentar no território nacional e também em Jarablus, já na Síria.

O YPJ, exército feminino, conta com cerca de 15.000 elementos (dados de 2015), aproximadamente 35% do total de combatentes. Mulheres curdas que combatem o segundo maior exército da NATO, o da Turquia, com a sua estrutura altamente masculinizada e um presidente que refere que as mulheres devem ter pelo menos três filhos para serem completas. Combatem também o regime iraniano que desumaniza as mulheres em nome do Islão, o regime sírio, cujo exército utiliza frequentemente a violação como parte de estratégia de guerra, tal como os jihadistas.

Acima de tudo, combatem o patriarcado instituído na própria comunidade curda. Contra os casamentos com crianças, casamentos forçados, a "cultura" da violação, as mortes por honra, a violência doméstica.

Sozda, uma comandante do YPJ refere que "Nós não queremos que o mundo nos conheça por causa das nossas armas, mas pelas nossas ideias. Nós não somos apenas mulheres que combatem a ISIS. Nós lutamos para que se mude a mentalidade da sociedade e para mostrar ao mundo do que somos capazes."

O que sustenta esta revolução é a ideologia que a suporta. O seu objectivo fundamental é a constituição de um sistema de confederalismo democrático[1], baseado na solidariedade, igualdade de género, diversidade cultural, ecologia, economia comunitária, fazendo também parte deste complexo sistema a auto-defesa.

Os eventos acima descritos são apenas alguns exemplos da tensão e caminho perigoso que se está a percorrer, temendo que o verdadeiro golpe esteja a ser feito no dia-a-dia. Assistir a tais transformações políticas na sociedade turca a ritmo tão acelerado pode vir a ser devastador num futuro próximo.

A esperança existe porque também uma revolução está a acontecer às suas portas.

Um exemplo para o Mundo. De resistência, de esperança, de igualdade, de sustentabilidade. Para todos. Resta-nos acreditar na solidariedade, na partilha da herança cultural em comum, riqueza musical, gastronómica, linguística, humana. Gentes que precisam muito de se continuar a conhecer. Para não terem medo. Gentes que precisam de se perdoar. Tantas gentes tão diferentes e com tanta História por contar. Gentes que cruzam as Pontes de Istambul.

/// NOTAS

1 A ideologia de confederalismo democrático tem as suas origens em Abdulah Öçalan, líder histórico do PKK, preso desde 1999 na Turquia, condenado a prisão perpétua. O PKK, fundado em 1978, inicia uma guerrilha contra o Estado Turco em 1984, resultando num conflito que provocou cerca de 40.000 mortos até hoje.

/// REFERÊNCIAS

Leverink, J., Fabricating illusions of people power in post-coup Turkey, in Roar Magazine, Agosto 2016 // https://goo.gl/DIH4h5

Dirik, D. (2015), The Women's Revolution in Rojava: Defeating Fascism by Constructing an Alternative Society // https://goo.gl/xVwNZM

Wedding Bombing is the Latest in a Series of Deadly Terror Attacks in Turkey, in The New York Times, Agosto 2016 // https://goo.gl/PKsSyU https://goo.gl/elHWiZ

"Hakimiyet Milletindir" (A soberania pertence à nação).

YANN RENOULT, CARGOCOLLECTIVE.COM/YANNRENOULT

A 16 de Agosto, o jornal pró-curdo Özgür Gündem foi encerrado por ordem judicial, sob acusação de propaganda ao PKK. Foram detidos 20 jornalistas. No dia seguinte foi impressa uma edição especial com fotografias da acção policial na redacção e a frase "Não nos vergamos".

Ocupação: uma carta de São Paulo

MANUEL BIVAR
MIGUEL CARMO
FOTOGRAFIAS **LEANDRO MORAES**
(REVISTA VAIDAPÉ)

A meio do mês do maio, umas quatro horas da manhã, um grupo de secundaristas é expulso do ocupado Colégio Estadual de Cavalcanti e caminha de noite e à chuva, durante horas, em direção à ocupação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São 36 moças e moços que entram na cidade universitária descendo um barranco, onde são acolhidos com espanto por alguns estudantes. "Não é terrorista, é secunda!", recorda um deles sorrindo. Ali é-lhes entregue uma sala. "Os secundaristas são nossa inspiração." Frase que se repete em bocas muito diferentes, desde que no final de 2015 a região de São Paulo assistiu a um movimento de ocupação de escolas secundárias e técnicas que teve no seu ápice mais de 200 escolas ocupadas. Espécie de surto que tem contado em vários momentos com a colaboração dos movimentos de sem teto e o apoio de muita gente. Uma semana depois, num debate organizado pelo movimento negro no interior da Funarte ocupada em São Paulo, equipamento do Ministério da Cultura (MinC), uma mulher negra toma a palavra: "Foi preciso chegar a velha para endoidecer, fui no cerco à casa do Temer, junto dessas 30 mil pessoas, e depois da PM [Polícia Militar] atacar caminhei, caminhei pela cidade até Ipiranga."

É difícil caminhar na megalópole de 11 milhões onde o vertiginoso crescimento da segunda metade do século XX foi acompanhado de lógicas de planeamento que privilegiaram o automóvel e a segregação. Em São Paulo há poucas praças, as calçadas são estreitas, os viadutos muitos, o verde dos semáforos para pedestres dura segundos e a confrontação diária com a arrogância dos automobilistas que aceleram para matar pedestres e ciclistas pesa. Em 2015, o tempo gasto diariamente pelos paulistanos no trânsito era em média de 2 horas e 38 minutos.

Talvez por isso, quando no 15 de outubro de 2011 (o 15O) um grupo decide montar acampamento debaixo dum viaduto no Vale de Anhangabaú, no centro da cidade, as principais pautas não foram as das praças europeias e estadunidenses. O Brasil de 2011 declarava crescimento e não crise, e o Ocupa Sampa, que reuniu mais de 250 barracas por 2 meses, falou de transportes, espaço público, problemas ambientais e indígenas e declarou luta à desigualdade social, homofobia, violência policial contra negros, machismo, especulação imobiliária e a falta de moradia para a população pobre.

Transportes públicos foram uma das principais causas do movimento e o MPL (Movimento Passe Livre), que dois anos mais tarde protagonizou as maiores manifestações do Brasil contemporâneo, integrou o Ocupa Sampa. O acampamento foi considerado um laboratório de novas práticas sociais e políticas e sobretudo de novas mídias digitais. Os acampados reconheciam que os problemas ali falados eram incomparavelmente mais importantes para Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, do que para Higienópolis, o bairro chique do centro da cidade, mas que a internet, principal ferramenta de comunicação do movimento, não chegava ao "pessoal da periferia".

Também a questão do transporte foi o mote para um protesto em Higienópolis, quando em frente ao luxuoso shopping, com o nome do bairro, se juntaram em junho de 2011 umas mil pessoas convocadas por facebook para o Churrascão da Gente Diferenciada. Os ricos moradores de Higienópolis tinham declarado guerra à Prefeitura, que anunciara a construção de uma estação de metrô no centro do bairro, porque traria "gente diferenciada", "o povão", e um "bando de camelôs e maconheiros". A prefeitura acatou e decidiu não construir o metrô. O Churrascão teve certo impacto e foi inspiração de um movimento em Porto Alegre, no mesmo ano, que lutou contra a construção de um parque de estacionamento na principal praça da cidade. Movimento este que se prolongou e contribuiu para o início do levante de 2013.

As incursões de gente diferenciada no shopping Higienópolis continuaram. Em fevereiro de 2012, o Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra juntou 300 pessoas em passeio pelo shopping que gritaram contra o racismo e a política de "higienismo social". A Nova Luz, um mega projeto imobiliário para a zona central da cidade conhecida como Cracolândia, foi um dos projetos higienistas referidos pelos manifestantes. Ironicamente, como explicava Wilson Honório do coletivo Quilombo, Raça e Classe, Higienópolis funda-se quando a estação de trem da Luz é inaugurada e a burguesia paulistana foge da zona pois "começou a sentir o cheiro de preto e pobre".

Talvez este protesto tenha sido o precursor dos chamados rolezinhos. Em São Paulo, o primeiro deu-se no shopping Metrô Itaquera, no final de 2013, quando cerca de 6 mil adolescentes convocados pelas redes sociais ali passearam. Segundo pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo*, 82% dos paulistanos se declaravam contra estas reuniões de jovens periféricos e na maioria negros que "apenas queriam 'causar' e chamar a atenção" e eram favoráveis à sua repressão e proibição. O movimento foi desconsiderado por muitos como apolítico e talvez tenha sido com espanto que em 2015 a população de São Paulo se confrontou com uma, nunca antes vista, mobilização política de adolescentes.

"Mãe, Pai! Tô na ocupação, é só pra tu saber eu luto pela educação!" Há um funk secundarista que se ouve nas escolas, nas ocupações e sempre que se reune um grupinho deles. Após toda a perseguição sofrida na ocupação do Centro Paula Sousa, os estudantes mandam recado para seus pais em vésperas de uma expulsão violenta no início deste maio, 2016. O Centro, responsável pelas escolas técnicas do Estado de São Paulo, esteve ocupado durante uma semana na sequência do escândalo de desvio de verbas referentes ao fornecimento de refeições na rede de escolas.

A história que antecede é conhecida: em novembro de 2015 são ocupadas mais de 200 escolas em resposta à proposta de reorganização feita em setembro pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo do governo de Geraldo Alckmin (PSDB). Estava previsto o fecho de 94 escolas, a recolocação de 400 mil alunos e professores, e a separação por diferentes escolas dos vários ciclos de idade, com efeitos diretos sobre famílias com vários irmãos na mesma escola. E.E. Diadema no ABC paulista e E.E. Fernão Dias na capital são as primeiras, entre 9 e 10 de novembro, iniciativa que alastra em menos de 20 dias às duas centenas de escolas. No final do mês, um domingo, o vazamento para a imprensa de uma reunião da Secretaria Estadual mostra que a mobilização está sendo tratada como "questão de guerra". Na segunda-feira há um acirramento da violência da PM contra os estudantes. A luta cresce. Os estudantes contam em vários momentos com o apoio logístico de pais, do sindicato de professores (APEOESP) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Nos primeiros dias de dezembro o governador anuncia a revogação do plano de reorganização e o Secretário de Educação demite-se. Após o recuo, várias celebrações e manifestações tomam ruas e escolas. No dia 9, um grande protesto unificado percorre o centro, a Paulista e a Consolação. Ruas cortadas com fogo e lixo e contentores. Alguns bancos são atacados e orelhões arrancados. No final do ano grande parte das escolas tinha sido desocupada livremente seguindo as sugestões do Comando das Escolas Ocupadas, que reúne em assembleia as muitas ocupações. Mas o movimento não parou, virou "um ciclo sem fim."

Quando perguntámos a um grupo de secundaristas como nasceu a ideia de ocupar a resposta é Chile. O documentário *A Revolta dos Pinguins* e o manual, também chileno, *Como ocupar um colégio?*, traduzido em outubro passado pelo coletivo Mal-Educado. O movimento secundarista não assume uma liderança dirigista, tem uma cultura de horizontalidade e de autonomia da luta de cada escola, o que traz à memória o MPL que em junho de 2013 obrigou o governo estadual a voltar atrás no desejo de aumentar as tarifas de transporte público. Alguns deles tiveram no levante de 2013, com 14 e 15 anos, a primeira vivência de manifestações, onde começaram a "criar pensamento crítico", como nos explicam. As decisões do Comando saídas de uma assembleia em novembro de 2015 são explícitas: 1. Não desocuparemos as escolas; 2. Não queremos nenhuma negociação a portas fechadas; 3.

Gabriel Medina, militante do PT e do coletivo ARRUA diz-nos que "o fundamental é a ocupação ser um espaço de experimentação e troca de linguagens artísticas para pensar estratégias potentes de diálogo com a cidade, os cidadãos, os trabalhadores, para melhorar a nossa capacidade de resistência".

Nosso posicionamento será sempre declarado em público; 4. Entidades como UMES, UBES e UNE (Uniões de estudantes municipal, paulista e brasileira) não nos representam! Nossa luta é uma só! No documentário *Acabou a Paz, Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP*, de Carlos Pronzato, uma moça diz: "É como na discussão sobre feminismo. Homem está totalmente convidado a participar mas ele jamais poderá interromper uma mulher ou tomar a frente, a mesma coisa com a relação dos movimentos com a gente, eles devem nos apoiar mas nunca tomar a frente."

Neste março recomeçaram as ocupações secundaristas, desta vez rastilhadas pelo "roubo da merenda", esquema que envolve diretamente o governador do estado, Alckmin, e o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), Capez. A ocupação do Centro Paulo Souza ganha visibilidade e em seguida a da ALESP. Esta, liderada pelas uniões estudantis conseguiu que fosse aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades. No portão muitos entregavam sacos com comida e roupa através das grades aos ocupantes sitiados pela PM. Um padre da esquerda católica discursa na ocupação: "vocês estão purificando a Assembleia." Também a torcida do Corinthians, Gaviões da Fiel, a maior e mais antiga claque organizada do país, toma posição levando faixas contra o roubo da merenda para os estádios desde o início do ano, o que gerou uma onda de revistas compulsivas pela PM a adeptos e na sua sede.

O movimento secundarista rola agora em muitas outras cidades. Neste maio, cresceu no Rio Grande do Sul um movimento de ocupações que se espalha por várias dezenas de escolas. No Rio de Janeiro, a ocupação da Secretaria de Educação foi fortemente reprimida e novamente ocupada. Em Goiás, onde o historial de ocupações autónomas remonta também a novembro de 2015, idem. Um espetro secundarista percorre o movimento social, num encontro que não é livre de tensões, mas que não deixa por isso de ser produtivo: "nós passámos umas dez ocupações e o que sentimos na ocupação da USP foi muito partidarismo, até um certo elitismo, trataram-nos literalmente como crianças, quando para muita gente ali é a sua primeira ocupação. Secunda é muito família, mesmo com as divergências de ideais e políticas tem essa comunhão". E continuam, com um enfático 'a gente' que nos fica a ressoar na cabeça: "a gente se respeita, e a gente entende que tem um alvo e um objetivo maior, a gente consegue deixar as nossas diferenças ideológicas no gelo, não que eu não tenha a minha posição, eu tenho a minha posição, mas o objetivo maior agora não é ficar falando o que você faz ou deixa de fazer, é falar o que a gente vai fazer. A gente consegue ter essa maturidade de passar por cima das diferenças e de construir a combatividade da luta junto."

> "Mãe, Pai! Tô na ocupação, é só pra tu saber eu luto pela educação!" Há um funk secundarista que se ouve nas escolas, nas ocupações e sempre que se reune um grupinho deles.

Alguns secundaristas vindos da USP começam a chegar à Funarte no centro de São Paulo nos primeiros dias de ocupação. É um movimento que se alastrou pelo país contra a extinção do MinC e contra o novo governo Temer. As primeiras ocupações começam em Curitiba e São Luís no dia 13 de maio e desde aí muitas outras: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Natal. No dia 18, há prédios do Minc ocupados em pelo menos 12 capitais estaduais, no final do mês são já 27 prédios ocupados, não sobrando nenhum estado de fora. A ocupação é por tempo indeterminado, diz a assembleia em São Paulo. "Funarte é pouco", "Não estamos aqui só pelo MinC", se vai ouvindo noutras ocupações. Gabriel Medina, militante do PT e do coletivo ARRUA diz-nos que "o fundamental é a ocupação ser um espaço de experimentação e troca de linguagens artísticas para pensar estratégias potentes de diálogo com a cidade, os cidadãos, os trabalhadores, para melhorar a nossa capacidade de resistência". Entretanto começa a circular nos celulares a nova versão de Carmina Burana, Fora Temer!, tocada por uma enorme orquestra improvisada na Funarte do Rio.

Uma espécie de épico governamental e mediático desenrola-se em paralelo. Após a constituição do governo provisório composto apenas por homens brancos, "machistério" diz-se, cinco mulheres recusam sucessivamente os convites para encabeçar a Secretaria Nacional da Cultura, a última delas a cantora Daniela Mercury, lugar por fim aceite por Marcelo Calero, homem. Com o alastrar das ocupações, com a equipa do filme *Aquarius* denunciando o golpe em Cannes, o governo recua e anuncia a volta da pasta ministerial. Entre muitas respostas, a da Frente Nacional de Teatro: "As ocupações não estão aqui para negociar pontos do governo golpista, mas sim para enfraquecer, atacar e acuar esse governo. É importante dizer abertamente: nenhuma das nossas reivindicações terá sido atendida enquanto o governo como um todo não cair. A reabilitação de um MinC e outros ministérios, no contexto de exceção que configura o atual golpe, significa apenas um recuo tático da parte dos golpistas, que visam ganhar tempo diante da evidência de que vão cair (…). O momento é de ir para cima deles com ainda mais energia, e em conjunto com todos aqueles que percebam o desmonte que se está fazendo. Não podemos deixá-los respirar! Ofensiva total!"

As ocupações da Funarte, e uma "cultura" em confronto com o governo, não são uma novidade pós-impeachment. Em São Paulo, a Funarte foi ocupada em Julho de 2011. A ocupação com o lema "é hora de perder a paciência" apresenta-se contra a mercantilização da cultura, a precariedade das condições de trabalho, a redução dos editais públicos e do orçamento para a Cultura. Os trabalhadores do MinC fizeram longas greves nacionais em 2011 e 2014. As políticas culturais do MinC de Gilberto Gil/Juca nos governos Lula já vinham sendo desmontadas nos últimos governos PT. Para Ana Beatriz, do Grupo de Articulação Política Preta (GAPP) da ocupação da Funarte-SP, e Fernando, antigo aluno da Escola Livre de Teatro na periferia de Santo de André, a política de edital, os Pontos de Cultura, os CEUs produziram transformações importantes na periferia brasileira e na população negra. Ana fala dos CEUs (centros culturais nas periferias com cinema, teatro, piscina e biblioteca) criados entre 2001 e 2004 pela prefeitura de São Paulo e dos editais do Minc: "a periferia ia se assistir nos CEUs, lugares de encontro, e algumas pessoas começaram a pensar que podiam viver de propostas artísticas. Isso da população negra ter um trabalho não braçal era impensável até então. (…) Os grupos que se tinham organizado por conta desse movimento já tinham um pensamento artístico quando surgem os editais." Para Fernando, "esses editais deram um *boom* em espaços periféricos que já desenvolviam ações e que foram assim empoderados, mas já não saem editais para os Pontos de Cultura há alguns anos". O MinC Gil/Juca reconheceu através dos Pontos de Cultura que a cultura já estava sendo produzida na periferia e que necessitava apenas de ser apoiada e legitimada. Compreende-se assim a ideia, repetida em muitos momentos, de que já tem "golpe antes do golpe" e a vontade de prolongar a luta muito para além do "volta MinC" ou do "Fora Temer". Ao contrário do que insistem os editoriais da *Folha de S. Paulo*, a ocupação da Funarte não se reduz à polarização Fora Temer – Volta Dilma.

Desde os primeiros momentos crescem várias ocupações dentro da ocupação. A do GAPP, a partir de uma evidência inicial: a branquitude maioritária da assembleia e a invisibilidade da periferia. "As pautas relevantes

para a maior parte da população não tinham relevo na ocupação, não tínhamos uma voz de decisão dentro dela e, numa lógica de produzir uma ideia de representatividade negra, eramos sempre chamados quando se precisava de uma imagem para os mídia. Aí começámos a chamar amigos e conhecidos de coletivos periféricos, de Pontos de Cultura, de culturas tradicionais para englobar um grupo que está propondo uma ocupação concetual e artística pensando o colonialismo brasileiro dentro de uma ocupação de artistas que era majoritariamente branca." Numa das assembleias, este grupo decide acompanhar todas as intervenções de negros com um gesto coletivo silencioso disperso pela assembleia: corpos negros levantam-se em uníssono, sempre muito devagar, com o punho esquerdo prolongando-se acima. Este gesto teve outra vantagem: a disputa pelo protagonismo político veiculada aos eixos partidários, sempre esgotante nos espaços assembleários, ficava assim debilitada.

A ocupação secundarista e a ocupação LGBT são outras duas ocupações que ganham força e se cruzam numa multiplicidade de outras presenças.

No documentário *Temporada de Caça* (1988) várias pessoas são entrevistadas na Paulista, a grande avenida ladeada de arranha-céus, sobre a vaga de assassinatos de travestis e homossexuais durante a Operação Tarântula, lançada em 1987 pela Polícia Civil de São Paulo com o objetivo

> O movimento secundarista não assume uma liderança dirigista, tem uma cultura de horizontalidade e de autonomia da luta de cada escola.

oficial de "processar os travestis e homossexuais por ultraje ao pudor público e crime de contágio de AIDS". Tranquilamente, os entrevistados apoiam a matança. Este ano, também na Paulista, a Parada LGBT de São Paulo reuniu dois milhões de pessoas. A mudança é avassaladora mas não consensual e a avenida é recorrentemente chamada de Sodoma. Silas Malafaia, famoso pastor da Assembleia de Deus falava para a "Igreja baixar o porrete em cima desses caras" e Marcos Feliciano, o pastor e deputado (PSC) que propôs a lei de cura gay em 2013, enquanto ocupava o cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara durante o governo PT, é um feroz crítico da Parada. O pastor Sargento Isidório, deputado estadual, vai mais longe em suas análises e associa a grave seca que atingiu São Paulo em 2014 ao facto de ali se realizar a maior parada gay do mundo.

Uma avenida dividida. De um lado, em frente ao enorme edifício espelhado e gradeado da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (FIESP) exigiu-se a destituição da presidenta Dilma Rousseff, do outro, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) gritava-se "golpe". A 13 de maio, 128 anos depois da abolição da escravatura, um grupo de negras, negros e negrex reuniu-se em frente à FIESP a que chamaram A Casa Grande Moderna. No dia antes Michel Temer tomava posse como presidente interino, recebia em seu gabinete a benção de Silas Malafaia e extinguia o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que incorporou no Ministério da Justiça entregue a Alexandre Moraes, ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo. Moraes é acusado dos crimes de maio de 2006 quando a polícia assassinou pelo menos 493 pessoas em suposta retaliação aos ataques do Primeiro Comando da Capital, organização que controla o tráfico de droga da cidade e de quem o ministro terá sido advogado. O movimento Mães de Maio lembra todos os anos pelas ruas de São Paulo a matança indiscriminada de seus filhos. O ministro é ainda acusado de violência diante de protestos, como o que ocorreu na Paulista no início do ano organizado pelo MPL e que resultou em vários feridos. Sob a sua gestão foram pela primeira vez utilizados blindados israelitas para enfrentar manifestações que agora estarão mais livres para atuar depois de Dilma Rousseff, em seus últimos dias de governo, ter aprovado um novo quadro legal antiterrorismo.

No centro da avenida, a faixa vermelha da ciclovia é metáfora das divisões do país. Em 2015, o deputado estadual Raymond Diwan (PSDB) entrou com queixa na justiça contra as ciclovias promovidas pelo prefeito Hadad (PT), "nem na China, que é um país comunista, a faixa é vermelha", dizia. Uma famosa semióloga descrevia as ciclovias como a mais descarada propaganda vermelha do PT e apontando o "problema do vermelho para o nosso sistema nervoso central".

São Paulo, uma cidade onde o carnaval não tem tradição teve este ano o maior carnaval de rua de sempre com cerca de dois milhões de pessoas em 355 blocos. Estes blocos, com reivindicações políticas das mais variadas, ocupam as ruas com festa e purpurina, promovem a libertação dos corpos e novas formas de ver a cidade, o que tem sido importante para uma forte queerização do centro. Têm sido frequentes as represálias a blocos que negam registar-se no carnaval oficial da prefeitura e a comunicar seu percurso à polícia. Outros movimentos, como o do Parque Augusta que enfrentou uma empreiteira ocupando um pedaço de mata atlântica e exigiu a construção de um parque, parecem estar a ganhar força. Peter Pál Pelbart descreveu este movimento como um caminho inverso ao dos bandeirantes, um adentrar da cidade para proteger a floresta.

Projetos como o Florestas de Bolso e Novas Árvores Por Aí querem invadir São Paulo de mata atlântica, quebram calçadas e plantam trepadeiras no minhocão, o enorme viaduto construído durante a ditadura militar e que rasga o centro da cidade.

No centro dezenas de enormes prédios estão ocupados por movimentos de luta por moradia como o MTST e a Frente de Luta por Moradia, entre outros. 15 mil moradores de rua dormem em diversos acampamentos.

Desde os anos 1980 que os movimentos sociais organizados em torno da moradia vêm ocupando terrenos da periferia. Em meados dos anos 1990 essas ocupações deslocam-se também para os edifícios do centro. Recentemente, na periferia e no centro, uma nova vaga de ocupações está em curso. As notícias sobre ocupações e despejos violentos executados pela PM são notícia frequente. Foi o caso do número 911 da Avenida Prestes Maia, de 22 andares, onde 378 famílias viviam na segunda maior ocupação vertical da América Latina. Ocupado pela primeira vez em 2002, despejado, ocupado novamente em 2010, enfrentou pelo menos 20 tentativas de reintegração de posse.

Em junho de 2014, na véspera da Copa do Mundo, 300 famílias ocupam um terreno em Itaquera, próximo do estádio onde se deu o jogo de abertura. Dias depois já eram 2000 famílias acampadas, na maioria vindas dos bairros

Tanto o PT quanto aqueles que agora estão (ou continuam) no poder ainda não compreenderam a potência de 2013. A polifonia que ocupou as ruas naquele momento, para além de qualquer controle possível, segue nas ruas, apesar das bombas de gás da polícia.

próximos, e que declaravam não conseguir mais pagar os altos valores do aluguer da região.

Em São Paulo, entre 2008 e 2014, os preços de compra valorizaram-se em 200% e os do aluguer acompanharam a tendência – aumentos muito superiores aos ganhos salariais e de renda dos mais pobres. A situação agravou-se com a coincidência das obras da Copa do Mundo e Jogos Olímpicos e do aumento da disponibilidade de crédito, particularmente após 2009, quando o Minha Casa Minha Vida (MCMV) lançou 100 biliões de reais no crédito imobiliário em 2 anos. Informações de Raquel Rolnik em seu recente e lúcido livro A Guerra dos Lugares. Segundo a arquiteta e urbanista, não há dúvida que o MCMV, programa federal de estímulo à produção de casas de baixa renda, beneficiou sobretudo o setor imobiliário, em especial as grandes empreiteiras. O programa atribuiu o poder de decisão sobre a localização e desenho do projeto aos agentes privados e uma vez que o teto de preços e dimensões das unidades estavam previamente estabelecidos, o lucro do empreendedor baseou-se na redução do custo de produção. O resultado foi a construção de mega empreendimentos padronizados nas piores localizações das cidades, onde o solo é mais barato, fora da malha urbana, em áreas sem infraestrutura, sem comércio ou equipamentos públicos, precariamente conectadas ao tecido urbano e com condições inadequadas de transporte público.

O número e proporção de população em favelas tem crescido. Em São Paulo, em 1973 eram 70 mil pessoas (1% da população), em 2000, 1.2 milhões (11%), números que se mantinham em 2010. Fala-se recorrentemente em violência nas periferias e favelas, diz Rolnik que "a violência policial que redesenhou as cidades nas últimas décadas permanece como uma das questões urbanas centrais e é estrutural e institucional. Representa uma das formas mais visíveis de dominação étnica e de classe e impõe limites para a extensão da cidadania e da democracia ao conjunto do território". "Uma em cada quatro pessoas assassinadas em São Paulo é morta pela polícia", anunciava este ano o jornal Globo.

Uma "guerra dos lugares" está em curso e a ocupação é uma das suas manifestações.

A sina do samba de Adoniran Barbosa tem cada vez menos adeptos. É isso que mostrou e mostra a luta do MPL:

Não posso ficar nem mais um minuto com você
Sinto muito amor, mas não pode ser
Moro em Jaçanã
Se eu perder esse trem
Que sai agora às onze horas
Só amanhã de manhã

O custo do transporte público e o direito à mobilidade foram as causas que uniram tanta gente nas manifestações de 2013. Uma luta específica sobre uma questão transversal e um ponto de fraqueza do sistema: é essa a inteligente estratégia do MPL. Junho foi forte, gente da mais diversa se encontrou e produziu protestos imprevisíveis. Eliane Brum assinou um artigo no *El Pais – Brasil* sobre o ato realizado em frente à FIESP a 13 de maio: "as elites que apoiam o impeachment ainda não compreenderam: seus privilégios continuarão a ser contestados. (…) Tanto o PT quanto aqueles que agora estão (ou continuam) no poder ainda não compreenderam a potência de 2013. A polifonia que ocupou as ruas naquele momento, para além de qualquer controle possível, segue nas ruas, apesar das bombas de gás da polícia. É essa a força simbólica dos negros e negras e negrex que se postaram diante da "Casa Grande Moderna". (…) Quem acha que é o fim da história ainda não entendeu que ela mal começou."

Talvez 2013 não explique a "potência" do ato em frente à FIESP. Talvez ela seja anterior, mais profunda, e esteja a vir da periferia. De uma periferia que cansou de ser analisada, de ser apalavrada pelo centro: o morro que descerá ao asfalto em defesa da democracia. "Não queremos nem precisamos que ninguém nos represente. Hoje, somos aproximadamente 106 milhões, devemos ser representados por nós mesmos (…). Da mesma forma que não tem sentido um pai de santo representar uma bancada de evangélicos, é pertinente que os pretos e favelados protagonizem sua nova história", diz o dirigente do partido em formação Frente Favela Brasil. Uma periferia que agora, e essa é uma história bem recente, está conectada entre si. "O que eu vejo é que a periferia está completamente unida – você não tem noção de como está unida. Eu falo aqui [do celular] com todo mundo. Tem grupo no Brasil inteiro, até fora do país: grupo de pai de santo, mãe de santo, advogado, o pessoal do rap, de todas as periferias. Todo mundo trabalhando, filha. Não tem mais volta. (…) Essa juventude que está aí, essa massa gigantesca de 16, 17, vinte anos, nunca mais vai trabalhar de cabeça baixa. Pode trabalhar em silêncio, mas a cabeça nunca mais vai abaixar", diz Eliane Dias, produtora dos Racionais Mc's.

Os secundaristas são também esses jovens periféricos que não parecem estar dispostos a ficar em silêncio. Alunos de escola pública, escola de pobre no Brasil, e que decidiram tomar o centro, tomar as instituições. Talvez perguntar, como faz Renan Porto, se não seria possível expandir a experiência dos secundaristas a outras instituições. "Por exemplo, pensar numa reapropriação de um hospital por parte dos seus usuários, amigos e familiares, e debater seus gastos, as políticas voltadas para ele". Ou como sugere Raquel Rolnik, de ocupar para "liberar" o lugar, desafiando a tentativa das autoridades de excluí-lo, de ocupar para criar "processos coletivos de construção de 'contraespaços': movimentos de resistência à redução dos lugares a *loci* de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis".

Talvez seja esse o futuro.

Chegou o tempo de ocupar tudo. De plantar mata atlântica, de despoluir o Tietê, o Pinheiros, o Tamanduateí. De virar negra e negra da terra. Negro e negrex. Enfim, de quebrar as estátuas dos bandeirantes e queimar a Casa Grande.

Maio de 2016 (artigo disponível em www.buala.org)

Recriar o Legado a partir das periferias

Vencer nos Jogos Olímpicos, a máxima aspiração para um desportista, não é fácil. É preciso tempo, sacrifício, disciplina, força de vontade, talento e sorte. Difícil, mas possível. Todavia, vencer os Jogos Olímpicos, é possível?

LAURA BUROCCO
LBUROCCO@GMAIL.COM
ANDREA PAVONI
AXDPQBXA@GMAIL.COM

As Olimpíadas, como qualquer megaevento desportivo, são um grande *business* e uma oportunidade de desenvolvimento urbano. As performances dos atletas e as competições desportivas (se não pelo valor dos bilhetes) são quase esquecidas para deixar espaço à máquina de produção: a cidade olímpica. Alimenta-se nas últimas décadas a ideia de que as Olimpíadas são uma oportunidade para concretizar grandes intervenções de regeneração urbana (segregadoras) e de mobilidade (hiper-faturadas) que assumem, no final das contagens, um papel central no processo de designação. Em 2003 a Carta Olímpica formalizou o conteúdo da palavra "legado", definindo como missão olímpica o feito de 'promover junto das cidades e países anfitriões o legado positivo dos Jogos Olímpicos'. A palavra é um vírus, dizia William Burroughs, pois trava o pensamento dentro da linguagem, construíndo um espaço onde o que é possível dizer e pensar fica delimitado. É deste modo que o legado funciona, isto é, definindo o horizonte de sentido no qual a relação entre a cidade e o evento é articulada.

Resistir aos Jogos Olímpicos significa, primariamente, perfurar este horizonte. Tornar clara a insubsistência deste anunciado legado futuro. A política de propaganda que gravitou em redor, não apenas dos Jogos Olímpicos em 2016, mas também da Copa do Mundo em 2014, pôs os cariocas a viver numa falha temporal orquestrada para ofuscar sempre mais esta insubsistência. Não é por acaso que um dos maiores "legados" das Olimpíadas, o recém-nascido Museu do Amanhã, dentro do Porto Maravilha, tem um nome que nega um passado assombroso (o feito de ser erguido num dos maiores portos de atraque de navios escravos das Américas) em prol de um futuro de criatividade e sucesso no qual parece sempre mais difícil acreditar.

É certo que sempre houve uma relação entre protesto e Jogos. Todavia, só nas últimas décadas o protesto, ao invés de usá-los como palco de expressão, se virou explicitamente *contra* os Jogos. Em lugar nenhum como no Brasil, e mais explicitamente no Rio de Janeiro, tal aconteceu. Em 2010, como resultado das mobilizações urbanas que animaram o Fórum Social *Urbano Rio* em todo o Brasil - um fórum alternativo *from below* ao UN Habitat World Urban Forum - foi criado o Comité Popular Copa e Olimpíadas Rio (http://rio.portalpopulardacopa.org.br). Impulsionados por esta iniciativa, outros comités foram surgindo em todo o país, dando vida à ANCOP - Associação Nacional dos Comités Populares. Pela primeira vez na história da Copa do Mundo, criou-se uma resistência em escada nacional à FIFA que conseguiu – através do trabalho conjunto dos comités e de numerosos media ativistas e observadores independentes – desencadear um processo de denúncias nos media do mundo inteiro, e que teve o seu apogeu no julgamento e nas demissões de Blatter em Maio de 2015. O movimento NO COPA foi tão grande e tão diferenciado que teve a capacidade – e pensamos que seja este o seu maior legado – de ativar pessoas dos mais diferentes *backgrounds*, oriundos dos mais diferentes ambientes, expressando a própria vontade de sair à rua de formas diferentes. Se as reuniões

Pela primeira vez na história da Copa do Mundo, criou-se uma resistência em escada nacional à FIFA que conseguiu – através do trabalho conjunto dos comités e de numerosos media ativistas e observadores independentes – desencadear um processo de denúncias nos media do mundo inteiro.

do Comité Popular Rio eram principalmente marcadas pela participação (extensa) de representantes de sindicatos, partidos, académicos, estudantes, ONGs e movimentos sociais organizados em escada nacional (a maioria parte do inativo Fórum Estadual de Reforma Urbana), as manifestações na rua surpreendiam pela diversidade da multidão de diferentes expressões.

O comité não foi o único exemplo de resistência, nem o mais importante. O mérito do Comité foi o de ter uma maior estabilidade organizativa, capacidade técnica e estrutura económica para produzir atos, relatórios, memória escrita e vídeo, assim como dossiers válidos, produzidos desde 2011, e numerosas publicações, todas disponíveis online.

O que aconteceu depois de a Copa 2014 apagar as luzes foram acontecimentos muitos sérios dentro do panorama político social brasileiro. Com a chegada das Olimpíadas o Comité, muito reduzido em comparação ao que era em 2010, pareceu ter aprendido com o encontro com realidades e experiências diferentes vivenciada nas ruas do Rio em 2014 e começou a abrir-se como um espaço, real e virtual, de convergência entre várias instâncias contra o processo de *eventificação* da cidade: movimentos sociais, ONGs, comunidades atingidas, pesquisadores, jornalistas, ativistas, académicos e alguns artistas. A sua atividade focou-se contra os Jogos através da campanha dos *Jogos da Exclusão*, assim chamada em resposta à declaração de Thomas Bach, presidente do Comité Olímpico Internacional, que definiu os Jogos do Rio como 'os mais inclusivos da história'. De modo a perceber as motivações desta campanha, o dossier publicado pelo comité no final do ano passado oferece um resumo útil.

No fim, fica a questão, o comité venceu os Jogos? Uma coisa parece certa. Como nos diz Orlando Santos, professor do IPPUR-UFRJ e membro do CPCO, sem resistência os efeitos negativos do evento teriam sido muito mais evidentes.

Mais do que inventariar as várias atividades e resultados que a campanha realizou, interessa neste artigo evidenciar o modo como a sua estratégia conseguiu emancipar o conceito de legado da retórica olímpica e assim reconfigurá-lo, argumentando, não só num sentido opositivo, mas também construtivo de uma visão alternativa da olimpíada e da cidade em geral. Isso foi possível através de uma estratégia tripartida em três vetores de ação.

Primeiramente, a *pesquisa crítica*, na qual foram utilizadas várias ferramentas como as investigações, os debates, as conversas, as entrevistas e os dossiers. Por um lado, denunciando gastos, corrupção e subornos, securitização, privatização, comercialização, remoções, danos ambientais, exclusão social, elitização do desporto, exploração do trabalho, etc. Por outro, conectando criticamente estes pontos para fornecer uma chave de interpretação que permita compreender a violência do megaevento além da dimensão contingente, ou seja, em relação à dimensão sistémica do desenvolvimento urbano contemporâneo. Deste modo, foi mostrado que os megaeventos não são simplesmente exceções mas, mais precisamente, explicitações do processo global de urbanização neoliberal, ou seja, exceções que confirmam a regra neoliberal.

Secundariamente, a *contra-narração* como uso estratégico dos media, através dos media tradicionais, social media e media-ativismo. Isto permitiu simplificar e comunicar eficazmente os resultados da pesquisa, desenvolvendo uma contra-narração no que diz respeito à retórica oficial de celebração nacional e o discurso acriticamente positivo sobre o 'legado'. Assim foi fraturado o monopólio simbólico da retórica olímpica e também quebrada a atmosfera de orgulhoso otimismo em redor dos Jogos.

Terceiramente, o *suporte* direto e indireto às comunidades atingidas pelos efeitos negativos da Olimpíada, fornecendo-lhes visibilidade através de espaços virtuais e reais de modo a que pudessem comunicar a própria experiência. Houve casos de sucesso, pequenos mas significativos. Além disso, isto forneceu ao processo de resistência uma dimensão diretamente ativa e ativista, integrando o contributo fundamental dos 'mais excluídos' entre o processo de rearticulação do legado olímpico.

No fim, fica a questão, o comité venceu os Jogos? Uma coisa parece certa. Como nos diz Orlando Santos, professor do IPPUR-UFRJ e membro do CPCO, sem resistência os efeitos negativos do evento teriam sido muito mais evidentes. Além disso, a resistência não foi só disruptiva, mas também produtiva, por um lado explicitando o dissenso difuso contra um modelo excludente de desenvolvimento urbano e, por outro, mostrando um modelo diferente através da explicitação da própria experiência. A materialização desta atmosfera de dissenso numa experiência concreta de luta já tem efeitos. Localmente, como Jules Boykoff e Dave Zirin escrevem, fornecendo um mapa da resistência a outras comunidades atingidas. Globalmente, fraturando o consenso global em redor dos Jogos e dos seus supostos efeitos positivos, que já levou cidades como Hamburgo, Boston, Oslo, Estocolmo e Cracóvia a retirar a candidatura olímpica pela falta de suporte popular.

Claro que isto não é suficiente para celebrar. Os efeitos negativos dos Jogos ficarão muito tempo na cidade e o comité agora encara o desafio mais complicado: a reorganização após o desaparecimento do 'inimigo' comum. O caminho é longo. Criar um modelo diverso de Jogos Olímpicos é difícil, mas hoje, talvez pela primeira vez, para alguns parece possível. Não surpreende que isto aconteça no meio de um dos Jogos mais controversos da história. Afinal, como dizia Deleuze, 'se um criador não é agarrado pelo pescoço por um conjunto de impossibilidades, não é um criador. Um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um possível'.

Talvez a coisa mais importante seja reconhecer que estas três frentes - pesquisas, contra-narração e suporte - não se criaram apenas "por fora". E' preciso reconhecer a existência de um considerável esforço proveniente por dentro, por parte de sujeitos periféricos, residentes nas favelas do Rio, integrantes (ou não) de movimentos sociais que de forma autónoma e muito resistente tiveram – e continuam a ter - a capacidade de criar as ferramentas para movimentos como o Comité serem possíveis. Numerosos são os debates, as conversas, as entrevistas e encontros organizados fora da zona sul do Rio de Janeiro e das suas universidades. Numerosos os cineastas, *videomakers*, jornalistas comunitários que estão dia após dia oferecendo as melhores e verdadeiras coberturas à dura realidade da vida fora do perímetro da cidade Olímpica. Talvez estes grupos independentes sejam o maior legado dos megaeventos que têm martirizando o Brasil e especialmente de forma bárbara as suas comunidades nos últimos anos.

Acreditamos que este é um ponto importante a ser sublinhado também à luz das diferentes posições políticas assumidas por representantes das comunidades carentes face à atual situação política brasileira. Durante os Jogos, duas almas do protesto cruzaram-se continuamente. Por um lado, com os protestos individuais (gritos, cartazes) contra Temer. Por outro, com os protestos organizados explicitamente contra os Jogos, frequentemente com a presença de comunidades locais cujo desespero em relação às próprias condições de sobrevivência, ligadas à completa negação da própria existência por parte dos poderes políticos, não pode deixar de ter como consequência uma maior e consciente tomada de posição.

PEDRO VICTOR BRANDÃO PEDROVICTORBR@GMAIL.COM

Corpo Ciborgue, Sexo Olímpico

PEDRO FEIJÓ
SANDRA COELHO
SANDRAFCOELHO@GMAIL.COM

Intervenção de Lígia Veiga, Companhia Mysterios e Novidades, "Jogos da Exclusão" fotos Domingos de Alcântara

Jogos Olímpicos, Rio de Janeiro, 2016. Caster Semenya, da África do Sul, ganha a prova dos 800 metros. Ao cumprimentar as suas colegas, a canadiense Melissa Bishop, classificada em 4º lugar, e a inglesa Lynsey Sharp, em 6º lugar, Semenya foi ignorada. A crueldade não parou por aí: a atleta polaca que ficou em 5º lugar, Joanna Jozwik, disse "estou feliz por ser a primeira europeia e a segunda branca", referindo-se às atletas do Burundi e do Quénia, em 2º e 3º lugar. Enquanto que Sharp e as suas colegas brancas viram a sua indignação largamente difundida por um Reino Unido derrotado (assim como por outros meios mediáticos europeus), a África do Sul celebrou a vitória e lançou a hashtag #handsoffcaster.

Há sete anos que Semenya tem estado sob escrutínio público, depois de vencer pela primeira vez a prova dos 800 metros no Campeonato Mundial. A sua aparência e desempenho desportivo motivaram uma investigação conduzida pela Associação Internacional de Federações de Atletismo (AIFA), que revelou níveis altos de testosterona. Foi tornado público o diagnóstico feito a Semenya de hiperandroginismo - níveis de testosterona superiores ao espectro definido como 'normal' para o corpo feminino. Teve por isso, de submeter-se a tratamentos de supressão hormonal para poder continuar a competir.

O caso de Semenya não é isolado. Em 2013, a atleta indiana Dutee Chand foi também diagnosticada com hiperandroginismo, mas recusou os tratamentos, tendo inclusive levado a situação a tribunal, que decidiu a favor da necessidade de comprovar a vantagem que a testosterona extra daria a mulheres atletas. Ainda assim, o nível hormonal é actualmente o indicador adoptado pelo Comité Olímpico Internacional (COI) para excluir atletas. Em Janeiro de 2016, o COI anunciava que este ano atletas fora do binário homem-mulher poderiam competir desde que sujeitos a tratamentos hormonais que comprovassem níveis de testosterona abaixo de 10nmol/L nos 12 meses anteriores.

É urgente desconstruir a ideia de que nos Jogos Olímpicos – ou em qualquer competição desportiva – assistimos a uma celebração do corpo da nação enquanto corpo natural, não modificado, não excepcional. O Michael Phelps tem pulmões anormalmente grandes, a Simone Biles tem um equilíbrio e forças excepcionais, o Usain Bolt é incrivelmente rápido. Todos tiram partido das suas vantagens – ou desvantagens, noutros contextos da vida. A premissa de que na competição (em desporto, mas também em qualquer outra esfera) se começa em pé de igualdade é falsa. As tecnologias disponíveis – roupas, tratamentos, dietas, drogas 'aprovadas', assim como os regimes intensivos de treino, fazem da atleta alguém que pratica modificação corporal extrema. O seu corpo e seus níveis hormonais não podem ser concebidos como sendo meramente biológicos, mas também como sociais (ou antes, talvez seja mais que tempo de compreender que o biológico não é contrário ao construído, e que também a biologia foge ao essencialismo). Um homem que tenha um bebé ao seu cuidado tem níveis aumentados de estrogénio. As mulheres ocidentais passam metade da vida a ingerir doses hormonais diárias (pílula), e a outra metade a tomar 'reguladores hormonais' combinando estrogénio e testosterona; um regime farmacêutico que precisamente fantasia fazer a preservação daquilo que na verdade cria, o corpo feminino natural. Compreendendo que diferentes regimes sociais e tecnofarmacêuticos operam para dar origem a corpos diferentes - ou para os assemelhar - que esperar de um caso tão extremo como é o de uma atleta de competição?

Ainda assim, não nos esqueçamos, os eventos de competição desportiva assentam na criação de numerosos critérios de normatividade corporal. Critérios absolutamente artificiais, numa tentativa de tornar a competição mais justa (se é que a competição alguma vez pode ser justa). A construção corporal encontra-se com as conhecidas antíteses da competição: por um lado a necessidade da imagem da igualdade de oportunidades inicial, garantindo o mérito e justiça da prova; por outro a necessidade de desigualdade para que qualquer prova possa chegar a termo. Semenya e Chand nasceram com uma característica fisiológica que transformaram numa vantagem competitiva, tal como muitos atletas tiram partido de uma fisionomia vantajosa para nadar, correr, saltar ou atirar pesos. A vantagem hormonal não pode ser separada de outras variações biológicas, que não são reguladas e que mesmo quando são vantajosas, não são consideradas injustas para a competição.

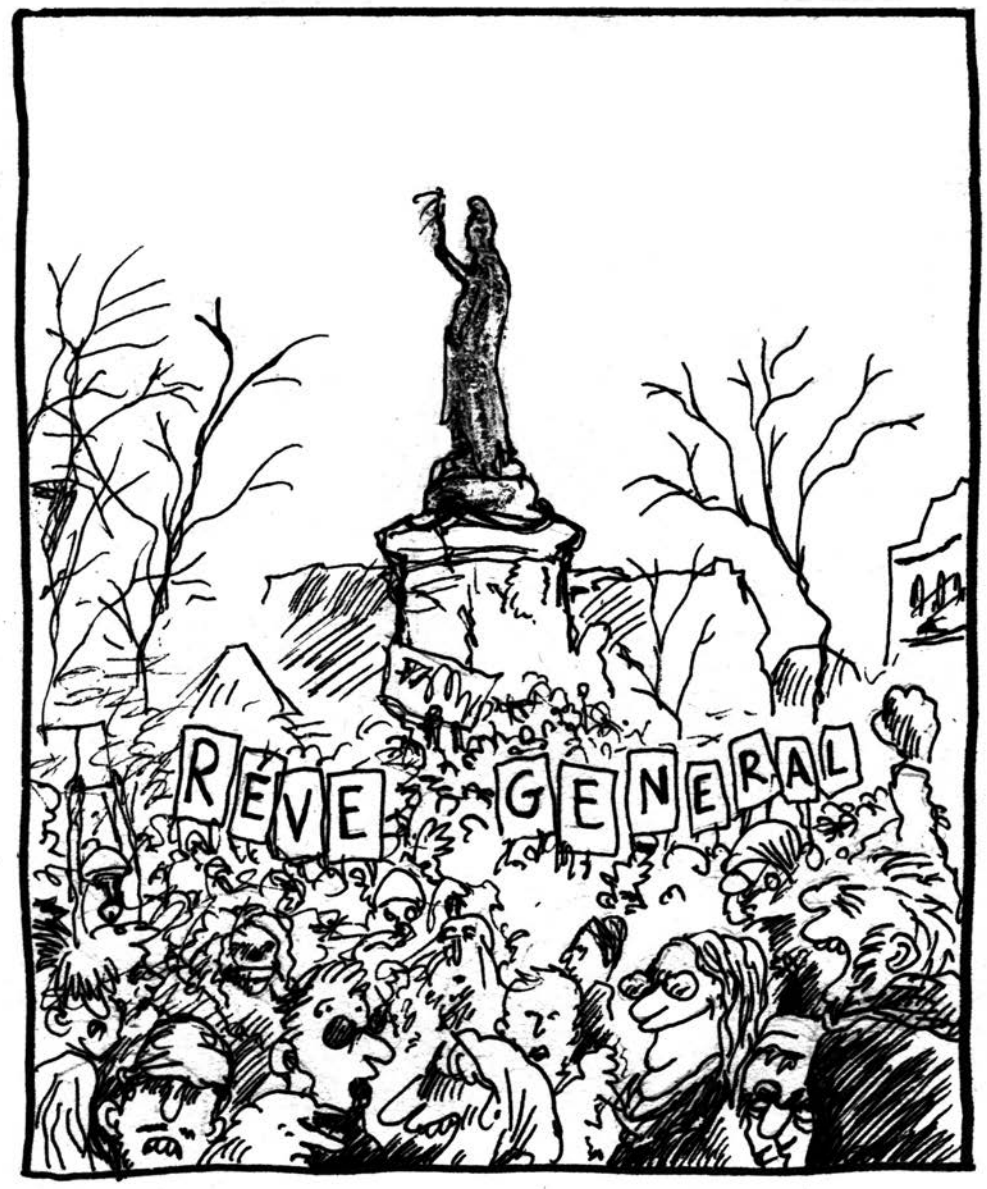
O que é interessante é que enquanto que a excepcionalidade corporal do atleta de competição é celebrada a cada prova, nem todas as modificações ou desvios corporais são admirados da mesma forma: operações plásticas, tratamentos e níveis hormonais, operações de mudança de sexo, bio-hacking, mutilação corporal, piercings e tatuagens, etc. As atletas transgénero, por exemplo, são repudiados pelas mesmas pessoas que aplaudem um conjunto de corpos transformados por regulação hormonal, medicação e regimes físicos de mutação, representando uma selecção nacional – uma selecção que começa logo ao nível genético e que continua ao longo de uma vida de treino intensivo. Dado isto, os Jogos Olímpicos estarão próximos de ser o mais celebrado evento *ciborgue* do mundo.

> (…) diferentes regimes sociais e tecnofarmacêuticos operam para dar origem a corpos diferentes "

Para alguns, a potência de Semenya transformou-a num homem a correr entre mulheres, pondo em causa o direito do corpo feminino a ganhar. Se os atletas são categorizados pela facilidade/dificuldade em performar uma prova, então porque é que a excepcionalidade de Semenya não é celebrada como a de Phelps ou de Biles? Porque falamos de género, de normatividade sexual e de binarismo. Porque mesmo com o critério virado para as medições hormonais, é o *cis*tema sexo-género – e a sua assumpção binária – que confere sentido aos resultados, que os legitima ou não. E enquanto que as linhas difusas do que é ou não é doping deixaram de parecer interessantes, o sexo é discutido de forma efusiva. Só isso explica o safari sexual do jornalista inglês Nico Hines, que foi ao Rio de Janeiro caçar atletas olímpicos LGBT no Tinder para depois escrever um artigo expondo publicamente as suas identidades.

A expressão de Sharp ficará para a história como a imagem de uma atleta injustiçada porque no centro da discussão está o não-binarismo de Semenya e, pelo caminho, de grande parte da comunidade LGBT. Nenhuma onda de solidariedade e indignação nasce em apoio aos atletas que perderam para o Usain Bolt. A sua frustração, que grita "por mais que tente nunca consigo alcançar, por mais que tente nunca consigo alcançar", é a frustração de qualquer atleta que não chega ao pódio. O que Sharp e parte do mundo não percebe é que essa é também a frase que milhares de pessoas marginalizadas repetem todos os dias, da profundidade da sua inadaptação, deparando-se apenas com ouvidos moucos e olhos que só vêem monstruosidade.

Felizmente continua a haver luar!



JORGE VALADAS · JULHO-AGOSTO 2016
ILUSTRAÇÕES **JOSÉ SMITH VARGAS**

Para o Júlio Carrapato.

Companheiro de bons momentos, de conversas, de acordos, de desacordos também... Anarquista alérgico a compromissos, concessões e outras meias tintas, homem íntegro invulgar, de trato nem sempre fácil mas sempre de fundo generoso e humanista, fiel na amizade, desde Maio 68 em Paris até 22 de Junho 2016, em Faro, quando, com a sua coragem e coerência determinada, decidiu deixar-nos.

NÃO TEMOS MEDO DO FUTURO, É O FUTURO QUE TEM MEDO DE NÓS!

Nuit debout durou em França mais de três meses. Foi uma mobilização social espontânea de um tipo novo, próxima dos movimentos *Occupy* e do *15M* espanhol, que ganhou uma dimensão inesperada ao mesmo tempo que tomou características especificamente francesas[1].

Nos últimos anos, a sociedade francesa tem vivido numa atmosfera abafada e paralisante, submetida às violências impostas pelo actual governo socialista. Este, tal como os precedentes governos de direita, está totalmente submetido às orientações económicas liberais. A violência é a da crise económica, da precaridade e do empobrecimento dos trabalhadores, da baixa dos níveis de vida, da destruição e desorganização dos serviços públicos, do abandono da juventude dos bairros pobres corroída pela exclusão e pela repressão policial. À impotência, ao medo e à angústia deste presente sem fim veio juntar-se o horror dos atentados terroristas. A instauração do *estado de emergência* pelos responsáveis da situação criou uma situação ainda mais opressiva. Tendo o espaço das reformas entretanto desaparecido num sistema em recessão permanente, apenas o reforço da repressão de Estado pode tranquilizar o cidadão assustado. Tal é a natureza das novas democracias autoritárias. Quando, em Dezembro 2015, as calmas manifestações contra a grande missa ecológica da COP21 foram energicamente reprimidas, confirmou-se que o *estado de emergência* era sobretudo destinado a manter a paz social e não a prevenir as acções sangrentas dos inimigos do Estado francês. Contra as quais o mesmo Estado e as suas medidas repressivas tem demonstrado a maior ineficácia, como provam as investigações sobre os atentados terroristas e o recente massacre de Nice, "a cidade mais segura no mundo", segundo a formula do seu presidente da Câmara e amigo de Sarkozy[2].

Nuit debout começou em Paris após as primeiras grandes manifestações estudantis contra a *Loi Travail*, identificada como uma lei para aumentar a precaridade do trabalho, em particular dos jovens. No dia 31 de Março, uma multidão entusiasta ocupou a *Place de la République*. A iniciativa partiu de algumas pessoas, fora das grandes organizações, partidos e sindicatos, e desde os primeiros dias o acontecimento conseguiu romper a carapaça opressiva do *estado de emergência*, afastando medos e paralisias. A palavra foi libertada e a satisfação era evidente nas manifestações e nos debates de rua.

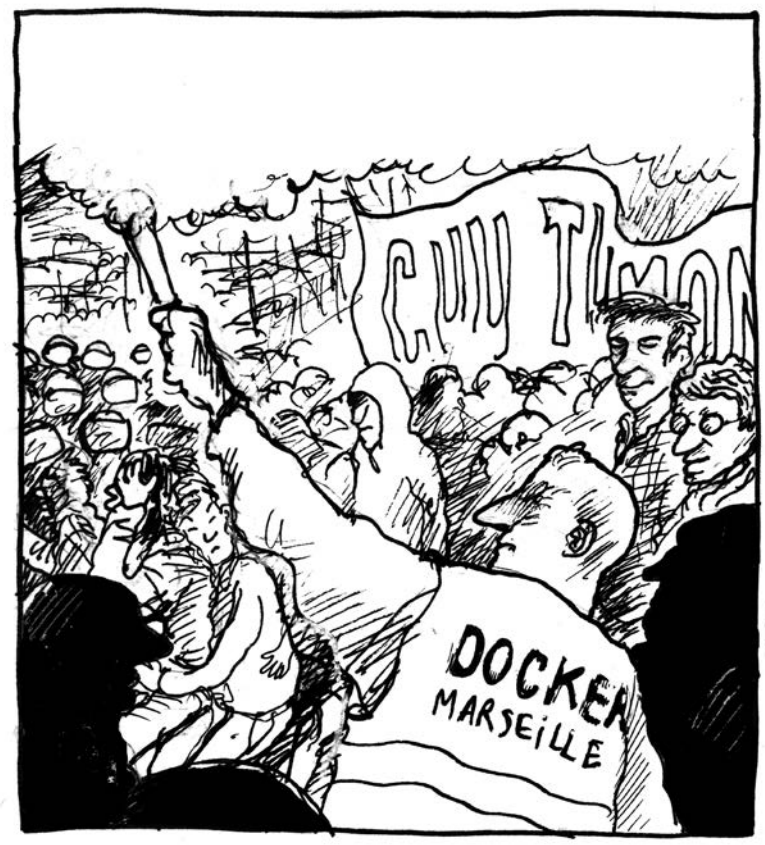
Após anos de «reformas» destinadas a beneficiar a classe capitalista, o anúncio desta nova lei foi a gota que fez transbordar o copo. Os políticos socialistas defenderam cinicamente o projecto como uma «lei progressista». Segundo eles «facilitar o despedimento facilita também a criação de novos postos de trabalho»?! Sem querer, o governo acordou a revolta social, provocando importantes manifestações em todo o país e suscitando mesmo uma oposição nas fileiras do partido socialista já fragilizado. Nas ruas, os tristes desfiles clássicos foram substituídos por multidões que se reclamavam mais do espírito e dos slogans de *Nuit Debout* que dos slogans sindicais. Apesar de ter conseguido o apoio de uns sindicatos minoritários, o governo viu-se minoritário e acabou por promulgar a lei sem passar pelo voto do parlamento. Uma prova adicional do sentimento autoritário que anima a social-democracia.

O movimento nas praças foi diverso e confuso, o que provava justamente a sua riqueza. Em Paris, a ocupação da *Place de la République* tomou a forma de uma *Ágora*, com discussões intermináveis e um fetichismo democrático circunscrito ao debate, sem que fossem tomadas decisões precisas. O que era decerto inevitável, considerando a

FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR

crise da representação democrática e o crescente autoritarismo da vida política. *Nuit debout* tornou-se num lugar de passagem quotidiano para milhares de parisienses e gente vinda dos arredores da cidade, assalariados, desempregados, jovens e menos jovens. Gente que vinha ouvir e conversar, discutir, informar-se. Na praça cruzavam-se seitas políticas, «teóricos» e gurus autoproclamados que ofereciam projectos para o futuro. Mas as intervenções de grupos políticos fizeram-se sempre de maneira encoberta, tão forte é a rejeição da manipulação. Havia obviamente militantes de organizações políticas com um projecto de tipo *Podemos*, mas sentia-se que só após o fim das mobilizações eles poderiam agir nesse sentido. Os dias iam passando e o fetichismo democrático levava ao imobilismo, na medida em que a democracia de base não desembocava na capacidade de agir. O que não impediu que algumas acções imaginativas tenham sido realizadas a partir das praças. Na altura, era já manifesto que a polícia estava preparada para actuar de forma muito violenta, nos liceus, nas universidades e nas ruas, empurrando largos sectores da juventude para afrontamentos sucessivos.

Depois, *Nuit debout* estendeu-se a outras regiões. Em grandes cidades como Nantes, Toulouse e Rennes, as mobilizações foram importantes e muitas acções directas foram organizadas a partir de lugares ocupados. Nestes casos, a democracia de base foi mais do que um simples formalismo, foi um momento da tomada de decisões. O mesmo se passou noutros lugares e mesmo em pequenas localidades onde houve acções imaginativas de bloqueio e de agitação. Como diz um amigo: «*O movimento das praças ocupadas e o movimento nas ruas contra a lei foram interdependentes; com as suas singularidades eles alimentaram-se mutualmente. As praças ocupadas constituíram uma base para os movimentos de rua, mas, inversamente, sem estes movimentos o que nelas se passava teria perdido em intensidade.*»



Mais frutuoso para o futuro foi o laço estabelecido com lutas e greves cujos representantes vieram exprimir-se nas praças, onde as assembleias quotidianas insistiam sempre na necessidade de ir ao encontro das lutas, dos refugiados abandonados no isolamento da selva urbana, dos grevistas ignorados das pequenas empresas, dos trabalhadores dos hospitais e dos ferroviários em luta contra a destruição dos seus estatutos. Os contactos foram sempre excelentes, mesmo se era óbvio que a grande maioria dos trabalhadores continuavam limitados por uma atitude reivindicativa e não pareciam decididos a juntar-se a um movimento cujos objectivos e formas de acção lhes pareciam estranhos. Este esforço para sair das praças, para contaminar outros sectores da sociedade, acabou por ser a dinâmica principal de *Nuit debout*. Havia consciência do facto de a ocupação das praças ser importante mas insuficiente, e de que era necessário atacar o sistema nos locais onde ele se reproduz. Foi também com esta visão que, em Paris, *Nuit debout* tentou alargar o movimento aos bairros periféricos, onde vivem as classes trabalhadoras, realizou assembleias interprofissionais, abertas a sindicalistas e não sindicalistas, criou comités de apoio e fundos de greve.

É impossível analisar com precisão como as ideias e o espírito de *Nuit debout* se transmitiram a outros sectores da sociedade. O facto é que a contestação dos valores do sistema se colou perfeitamente ao descontentamento crítico do momento. Assim, *Nuit debout* elevou-se contra a ideologia do realismo na política e na economia. «*Economistas=tristes*» lia-se num cartaz. E ao slogan «*É neste mundo que queremos realmente viver?*» respondia um outro: «*Não temos medo do futuro, é o futuro que tem medo de nós!*»

A grande força de *Nuit debout* foi a de voltar a pôr em evidência a questão social. Em poucos meses, passámos do «*Eu sou Charlie*» e dos aplausos à polícia para as manifestações onde se gritava «*Toda a gente detesta o trabalho e a sua polícia*». O poder político tentou responder com campanhas de propaganda revalorizando a ideia do Estado protector e a imagem da polícia. Só que, entretanto, o número de pessoas feridas e presas durante as manifestações continuava a aumentar[3]. Em meados de Maio, os dois grandes sindicatos, FO e CGT, decidiram lançar um movimento de greves com o apoio de sindicatos combativos como *Solidários Unitários Democráticos* (SUD), cujos militantes estavam presentes desde o início nas praças e nas manifestações. De facto, a lei do trabalho introduz disposições que fragilizam o poder dos grandes sindicatos, em particular a que permite decidir («negociar», diz o governo) a duração do tempo de trabalho empresa por empresa, sem passar pelos acordos e convenções colectivas de sector. O que, obviamente, no período actual de recessão, abre as portas à chantagem dos patrões que prometem a salvaguarda dos empregos em troca de concessões e em função das condições locais mais ou menos desfavoráveis aos trabalhadores. Reduzindo, em consequência, o poder negociador dos grandes sindicatos no plano nacional e a sua implantação.

Esta greve política levantou de imediato questões contraditórias. A CGT respondia indirectamente aos desejos expressos nas assembleias de *Nuit debout* de alargar a mobilização e bloquear a sociedade, de avançar para uma greve geral. Com esta decisão, o sindicato colocou-se à cabeça de uma contestação que lhe escapava desde o início, tentando recuperar a sua imagem junto dos militantes de base que se tinham aproximado da juventude em revolta e do espírito de *Nuit debout*. Mas esta manobra sindical neutralizou em parte os conteúdos radicais que se exprimiam nas praças e na sociedade. Voltávamos ao velho esquema da negociação política, marginalizando os aspectos subversivos de crítica do sistema.

Para a CGT, a aposta era arriscada. Teria a direcção capacidade para enquadrar a fúria da base, levar a cabo a operação? Porque a CGT de hoje não é a mesma do passado. A direcção do sindicato continua a estar nas mãos de funcionários ligados ao partido comunista. Mas o partido está em estado de implosão, não é hoje mais que uma federação de tendências reformistas e de poderes municipais. Não seria mesmo exagerado perguntar-se se é o partido que domina a CGT ou o contrário… O sindicato mudou porque a sua base mudou, a sociologia dos militantes alterou-se. Eles são hoje mais combativos e determinados, decididos a assumir acções directas de confrontação. São militantes com uma nova independência de pensamento e de acção, que dão provas de espírito de iniciativa, que discutem abertamente as ordens vindas de cima. As ideias de *Nuit debout*, a exigência de democracia de base, a rejeição do sistema capitalista, encontram eco nos sectores da base sindical que se misturaram com os jovens radicalizados nos piquetes que se formaram por todo o país, bloqueando as estradas, as empresas, os aeroportos e os centros comerciais. Um número cada vez maior de sindicalistas não hesitava em manifestar-se ao lado dos

jovens que afrontavam a polícia nas ruas[4]. Enfim, outro elemento a ter em conta na modificação da paisagem sindical é o facto de que, nos últimos anos, a CGT se ter visto em alguns sectores importantes (os transportes, a metalurgia ou o ensino) em concorrência com um novo sindicalismo representado pelo sindicato SUD que é sensível a práticas radicais e mesmo a ideias do sindicalismo revolucionário. O que incita o governo socialista a manobrar para aumentar a fragilidade dos velhos sindicatos, oferecendo assim um bónus suplementar ao patronato, o qual, por seu lado, não hesita em tratar os sindicalistas militantes de terroristas.

O empenhamento da base sindical na greve foi acolhido com satisfação para quem viu na *Nuit debout* uma revigorante corrente de ar fresco. Não obstante, era claro que os interesses burocráticos da CGT ficavam bem aquém das aspirações que se exprimiam no movimento das praças. *Nuit debout* foi uma destas novas mobilizações que procura, com insuficiências e contradições evidentes, encontrar uma saída para o pesadelo do capitalismo e a paralisia do sistema de representação. A CGT, por seu lado, é uma instituição do velho mundo que reivindica a melhoria do sistema. A aproximação dos dois foi um casamento de circunstância. No entanto, como sabemos e muitos militantes da CGT também, sem o movimento *Nuit debout* nunca esta greve teria tido a determinação que teve.

Dizia-me um amigo implicado nas mobilizações: «*O que me parece formidável na determinação e na energia do movimento actual é que ninguém imagina que isto possa acabar bem.*» Na verdade, o estado do sistema político, a crise das formas de representação, os imperativos da crise da economia e a violência do mundo, desde os locais de trabalho até aos territórios em guerra, tudo incita a deitar um olhar lúcido sobre o período em que vivemos. Nada de positivo sairá do realismo razoável. A partir de agora, o novo realismo consiste em pensar os impossíveis. Nesta perspectiva, a radicalização de importantes sectores da classe assalariada é um elemento crucial. Até que ponto esta evolução traduz uma nova vontade de luta contra o sistema? Em que medida estas forças serão capazes de ir para além dos cálculos dos chefes sindicais e de construir novas relações de afrontamento com os exploradores, fazer germinar algumas das sementes de *Nuit debout*? A paisagem política esta a mudar em França e esta Primavera agitada deixou para trás os cinzentos quotidianos de fatalidade. Uma mensagem escrita numa parede de Paris dizia: «*Liberdade ilusória, igualdade irrisória, fraternidade aleatória*». Isto está claro. Trata-se agora de ir mais longe.

NOTAS FINAIS SOBRE UMA SITUAÇÃO INACABADA

A partir do momento em que as organizações sindicais se puseram à cabeça do movimento contra a lei do trabalho, este ficou entalado entre duas perspectivas limitadas: a da negociação inevitável e a das manifestações de rua cada vez mais reprimidas. As praças ocupadas continuaram a ser lugares de debate e de reunião após as manifestações, mas perderam importância. Os chefes sindicais mostraram ser sensíveis à radicalização das suas bases, que eles sabem serem mais rebeldes e incontroláveis que no passado. Como ficou provado pelas diversas acções ilegais levadas a cabo: distribuição de electricidade a tarifa reduzida para um milhão de pessoas nas periferias populares de Paris, sabotagens nos transportes, acções directas contra alvos inimigos tais como sedes do partido socialista, associações patronais e sindicatos submetidos à nova lei, residências luxuosas de patrões conhecidos, etc. As burocracias sindicais sabem que é necessário dar tempo ao tempo para calmar esta revolta e que esse tempo deve ser negociado nos bastidores com o governo. Condição da sobrevivência do sindicalismo que a classe dirigente sabe ser uma instituição indispensável à paz social.

Ao mesmo tempo, o poder político manteve a repressão na rua com o objectivo de isolar a massa dos sindicalistas dos elementos mais revoltados. A propaganda e a mentira mediática sobre os manifestantes e sobre as suas acções cresceu também. Apresentaram-se sistematicamente os manifestantes como grupos de «selvagens», destruidores de bens públicos. O auge foi a invenção de um «ataque» de manifestantes a um hospital, quando na verdade se tratou de uma provocação da polícia que atacou a manifestação com gás a partir do hospital em questão provocando em resposta umas pedradas e marteladas que partiram alguns vidros[5].

Em França, as organizações sindicais têm uma velha experiência da táctica de repetição das manifestações, tradicionalmente utilizada para cansar os movimentos. Confirmou-se também uma outra velha regra. Quanto mais manifestações os sindicatos organizavam, mais o movimento de greve perdia força, e o poder político não mentia quando afirmava com arrogância que «*finalmente a sociedade não está bloqueada pelas greves*». No entanto, a insatisfação social que se exprimiu nesta longa revolta terá decerto consequências políticas. Que podem ser resumidas na frase escrita nas paredes: «*A esquerda está morta, nós não!*»

Todo o movimento social que é incapaz de construir uma situação nova está condenado a desaparecer. A persistência da luta, a afirmação de valores de autonomia numa sociedade quadrilhada por uma intensa repressão e submetida aos medos do terrorismo foi, por si só, uma vitória. Mas este longo movimento construiu algo de importante. Ele criou um sentimento de solidariedade e de colectividade, temporário obviamente, entre os sectores mais revoltados da sociedade, onde se misturam trabalhadores, sindicalizados ou não, desempregados e jovens, estudantes e trabalhadores precários, radicalizados numa mesma rejeição da situação actual e numa vontade determinada de enfrentar o sistema capitalista. Num futuro imprevisível esta vontade reaparecerá e tentará de novo tornar-se numa força de subversão da ordem capitalista. Há sempre um momento em que o cansaço e a lassidão acabam por dominar. Não é um sinal de derrota, é a necessidade de retomar fôlego e recompor as forças na perspectiva de voltar ao combate mais tarde, em breve.

/// NOTAS

1 Entre os inúmeros textos publicados em França, aconselha-se a leitura de Ferdinand Cazalis et Emilien Bernard, *CQFD http://cqfd-journal.org/*, nº143, Maio 2016. O blog *Lundi matin* https://lundi.am/, publica textos das tendências mais radicais do movimento das praças.

2 A comissão parlamentar, sobre o atentado do Bataclan, reconheceu que os mercenários do Estado Islâmico eram superconhecidos dos serviços de polícia, que os deixaram movimentar à vontade. Por seu lado, Nice possui a maior força de polícia municipal em França (400 homens) e uma gigantesca rede de vídeo policial (mais de 1200 câmaras)... O que nada impediu.

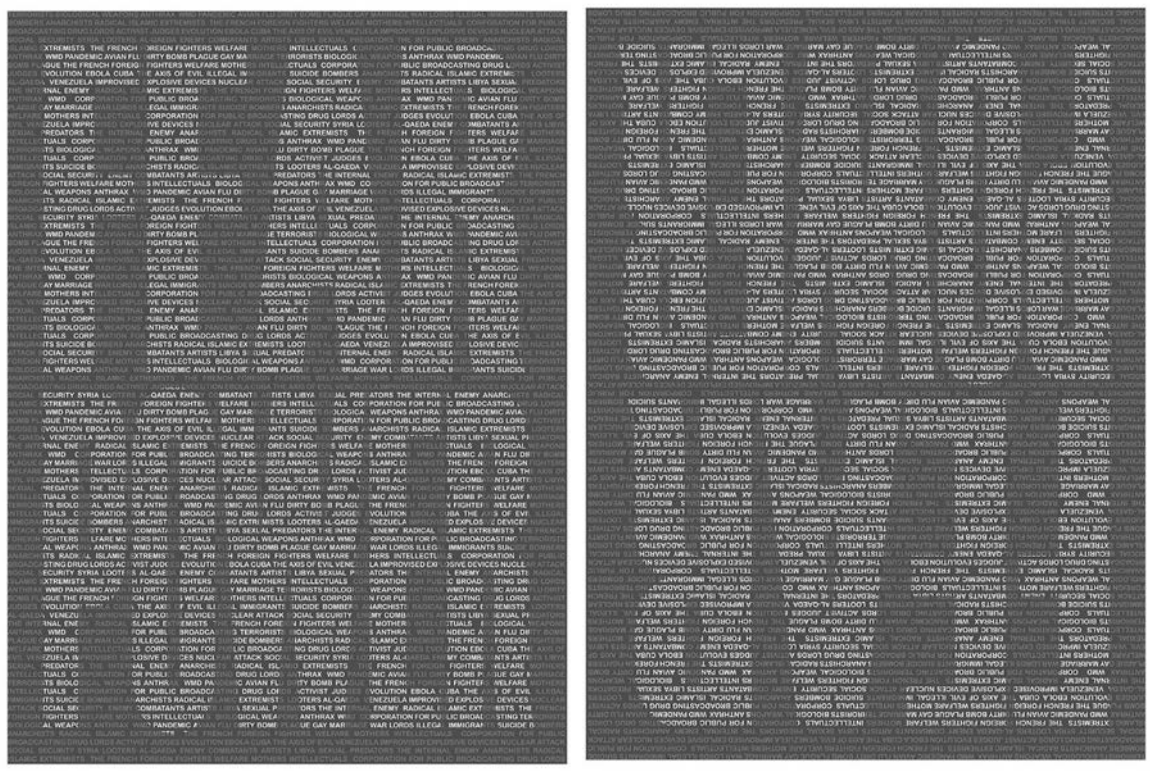
3 Segundo a própria polícia, até meados de Maio mais de 1500 pessoas tinham sido presas e o número duplica até fins de Junho. Entre os feridos graves, um pelo menos ficou entre a vida e a morte durante semanas. Recorde-se que, em França e em situação «normal», mais de 50 pessoas são mortas cada ano pela polícia. E nem um só polícia é inculpado.

4 Um número importante de manifestantes que foram presos durante as manifestações era constituído por militantes sindicais.

5 Mentira que teve imediatamente eco na saloia imprensa lusitana. Leia-se, no Público, de 23 de Junho 2016, o artigo assinado pela senhora Clara Barata. Quando da manifestação do 14 de Junho, ter-se-iam verificado, escreve ela, actos de violência cometidos por «800 agressores» e teria mesmo sido «atacado o Hospital pediátrico Necker». Não se sabe onde a senhora foi buscar os números e a mentira. Mistérios da miséria jornalística, ofício de charlatões. Para um testemunho ocular do caso: http://www.archyves.net/html/Blog/?p=7017

ΚΟΙΝΩΝΊΑ

Hibridando arte e ciência para uma resistência cultural



O coletivo *Critical Art Ensemble* (www.critical-art.net) foi fundado em Talahasse na Florida, em 1987 por um colectivo de artistas, performers, web designers, fotógrafos. Desde a sua criação, pratica aquilo a que chama *Recombinant Theatre*, uma hibridação de performatividade artística, activismo político radical e teoria crítica da sociedade tecnológica. Através da sua intervenção cultural, o CAE ambiciona contribuir para a emergência de um *tactical media movement*, um movimento cultural organizado, antagonista ao "pancapitalismo", que ponha em prática uma reapropriação criativa e subversiva dos meios de comunicação e uma real socialização dos saberes tecnocientíficos.

Com certas afinidades com o *détournement* situacionista e partilhando algumas das inquietações e estratégias dos San Francisco Diggers, de Augusto Boal e o Teatro do Oprimido, do Living Theater ou das performances surgidas no âmago dos movimentos feministas dos anos 70, "o media táctico é anti-monumental, desterritorializante". O teatro tecnoactivista pretende "mostrar como os instrumentos da opressão podem ser usados para a libertação" e para a "resistência cultural" (outros grupos, referidos pelo CAE, que trabalham com media tácticos são os Institute for Applied Autonomy, The Yes Men, Carbon Defense League, Finishing School, Temporary Services, Preemptive Media Collective, My Dad's Strip Club, Space Hijackers, Conglomco.org, irational.org, Bureau of Inverse Technology...).

Depois de se terem dedicado à "resistência digital", com uma forma de guerilha teatral em que a prática artística se misturava com as mais recentes tecnologias informáticas em acções de sabotagem electrónica, que foram acompanhadas pela publicação do livro *Civil Electronic Disobiedience* (com o famoso apelo *Cyber Rights Now!*), o CAE tem passado à "bio-resistência": "Assim como se combate um poder nómada (virtual) com tácticas nómadas, a moderna invasão molecular deve ser combatida no âmbito molecular, o seu campo de batalha. É preciso desenvolver laboratórios rebeldes e pessoal sedicioso para que a resistência possa progredir a um nível credível e eficaz". Com efeito, as suas últimas performances, acompanhadas por laboratórios móveis montados "em qualquer lugar desde que as pessoas lá vão para fazer algo e não apenas para ver algo", enfrentam vários temas concernentes às biotecnologias, contestando as modalidades científicas da pesquisa biológica actual, assim como a ausência de controlo por parte de agências independentes, os excessos na experimentação selvagem, a falta de critérios razoáveis para a avaliação dos riscos ambientais e sociais, os interesses militares e as especulações económicas por parte de multinacionais farmacêuticas e alimentares. Encenações teatrais, palestras informativas de divulgação científica e experiências biotécnicas, como a análise dos alimentos para identificar a presença de OGM, a fertilização em vidro, ou a manipulação de bactérias fazem parte de eventos performativos como o Free Range Grains, Molecular Invasion, GenTerra, Germs of Deception ou Marching Plague. O CAE tem como objectivo desmistificar a retórica utopista, usada como propaganda pelo oligopólio tecnocrático, e criar uma cultura popular capaz de avaliar e influenciar os êxitos da actividade científica: "Não podemos permitir que estes instrumentos de poder se tornem propriedade exclusiva de militares e corporações. […] Se um produto ou um processo é uma ameaça ou uma fortuna, isso deve ser examinado caso a caso. Não existe uma posição geral. […] Dada a natureza predatória do capitalismo quase qualquer coisa pode ser uma ameaça: é o sistema que deve ser mudado e não a ciência".

No livro *The Molecular Invasion* (copyleft 2001), o CAE propõe-se a sete objectivos estratégicos: "1. Desmistificar a produção e os produtos transgénicos; 2. Neutralizar o medo público; 3. Promover o pensamento crítico; 4. Minar e atacar a retórica edénica utopista; 5. Abrir os gabinetes da ciência; 6. Dissolver os confins culturais da especialização; 7. Afirmar o respeito pelo diletantismo". A respeito das biotecnologias, a primeira tarefa é construir um discurso público informado, que evite as posições extremas, igualmente emotivas, entre a confiança cega no progresso tecnológico enquanto fonte automática de bem-estar e o receio derivante da secular ideologia da autenticidade, que vê no monstruoso a consequência da impureza recombinante: "A representação contestatária precisa de abraçar as informações, complexas mas acessíveis, sobre a natureza dos projectos biotecnológicos, antes de assumir a política muitas vezes reaccionária dos movimentos ambientalistas". Se por um lado é preciso reconhecer que nem todos os avanços biotecnológicos são desastrosos, a outra face da acção pedagógica perseguida pelo CAE é denunciar a falsidade do mito edénico da abundância, que serve a opressão: "O mundo podia ser desfomeado antes da chegada das biotecnologias. [...] a fome tem sido pouco mais que uma táctica militar para repor na linha as nações mais rebeldes ou para eliminar os excessos de população".

O que faz falta é tranformar as dúvidas e as reacções emotivas em instâncias críticas, dotadas de "instrumentos simples e práticos para avaliar o risco, baseados na ciência e inseridos no contexto histórico e cultural", "abrindo as portas à participação dos indivíduos na formação das políticas, das leis, dos produtos, etc. relativos às biotecnologias".

O capítulo intitulado "Sabotagem biológica «fuzzy»", começa afirmando que "se a esquerda tem aprendido alguma coisa na resistência contra a tecnocracia capitalista, é que os processos democráticos funcionam só no mínimo, quando se trata de travar a máquina do lucro pancapitalista". Querendo interferir nos mecanismos de produção e distribuição capitalista, "a cultura resistente deve sempre encontrar o modo de responder ao fogo com o fogo" sem "tornar demasiado fácil ao espectáculo capitalista aplicar a quem resiste a etiqueta de sabotador ou pior, de eco-terrorista, termos que a autoridade usa generosamente e que tendem a ter um efeito profundamente negativo na opinião pública". Por um lado, as "tácticas tradicionais", como a desobediência civil electrónica devem entrar numa fase "dura" (bloqueios de sistemas de comunicação internas, bloqueios de bases de dados, desarticulação de routers, etc.), aumentando o nível de distúrbio nos serviços informáticos sobre os quais se apoiam as clínicas comerciais ou instituições tecnocientíficas mercantis. Por outro lado, "o modelo de acção biológica directa" que o CAE e outros "cientistas-patifes" têm desenvolvido, a sabotagem *fuzzy* (indistinta, vaga), consiste em procurar e aproveitar as falhas do sistema, com acções no limiar entre o legal e o ilegal, "brincadeiras" postas em acção mediante organismos viventes ou os seus constituintes e funcionalidades, utilizados como "agentes de desordem": "microrganismos, plantas, insectos, répteis, mamíferos, OGM tácticos e compostos orgânicos podem todos fazer parte da resistência". Por exemplo, sugere o CAE, adquirir ou criar mosquitos mutantes não perigosos é relativamente barato e, uma vez espalhados nas redondezas de um laboratório de pesquisa ou de uma central nuclear, podem desencadear um alarme que leve a uma investigação sobre a sua origem, implicando custos financeiros e atrasos na agenda das estruturas tecnocientíficas. E isto tudo sem grandes riscos para os activistas, os trabalhadores ou os vizinhos.

No dia 11 de Maio de 2004, aquando da morte por ataque cardíaco da sua mulher Hope, Steve Kurtz chamara a polícia que, alarmada pela presença em sua casa de culturas de bactérias, não nocivas, e de aparelhos científicos para testar comida geneticamente modificada, resolveu detê-lo ilegalmente no dia seguinte, durante 22 horas. O FBI e a Task Force anti-terrorismo informaram Steve que estava a ser investigado por "bioterrorismo". Depois desta acusação ter caído, Steve juntamente com Robert Ferrel (primeiro presidente do Departamento de Genética da Universidade Graduate School of Public Health de Pittsburgh e colaborador do CAE), foi acusado de "fraude fiscal", arriscando conforme o estabelecido no USA Patriot Act, uma condenação de 20 anos, tal como a implicada por "bioterrorismo": "O caso ameaçou criar um precedente muito perigoso, desbastando os confins entre direito civil e criminal e criminalizando aqueles que ousaram julgar a política governativa. [...] ameaça interromper a pesquisa independente e dana seriamente a capacidade pública de criticar corporações económicas e instituições militares, os quais exercerão um cada vez mais restrito controlo do conhecimento científico" (para mais info sobre este caso: www.caedefensefund.org).

O Critical Art Ensemble tem como objectivo desmistificar a retórica utopista, usada como propaganda pelo oligopólio tecnocrático, e criar uma cultura popular capaz de avaliar e influenciar os êxitos da actividade científica

A escola da irresponsabilidade

Uma escola em que não se reflete e não se desenvolvem afetos põe os indivíduos em segundo plano.

MC

NELSON NARES
NELSONARES@GMAIL.COM

Este texto surgiu do imperativo de refletir e partilhar ideias sobre a escola que temos. Não há a vaidade de mostrar saber mais do que os outros, apenas não se pode ignorar o que já se sabe. Até porque o que se expõe não é exclusivo e já bastante foi pensado há muito tempo.

Tudo o que se torna tabu é muito mais frequente do que se pensa. Aliás, é a norma, embora, por se querer encobrir tudo, não pareça. Sobre esta escola, podíamos escolher ao acaso um aluno que se tenha tornado professor e obteríamos quase invariavelmente a mesma resposta:

Não tinha gostado da escola e sabia que muitos outros também não. Os professores davam ordens, castigavam por não se «saber» da maneira que eles queriam que se «soubesse» e no caso de alguém discordar era visto como mal-educado e arrogante e era ridicularizado. A dúvida era mal vista. Se o aluno tinha começado a refletir, o professor punha como limite aquilo a que não sabia responder.

Os programas rígidos mutilavam o interesse e a convivência, as relações mantinham-se numa espécie de medo e submissão e uma admiração por aqueles adultos que pareciam saber tudo. Perante pessoas assim e as suas limitações de criança, tinha vergonha de dizer que não se sentia bem e tudo o que ele queria era poder imitá-los. Não conseguia, sentia-se culpado por isso, mas tentava agradar. Querer corresponder a expetativas é cansativo, a única coisa que se consegue é aguentar por algum tempo que a dúvida pareça uma certeza a favor do outro. Frequentemente impunham trabalhos extremamente aborrecidos. Mas tudo aquilo que o aluno não pode acompanhar é inútil. Até que descobriu que podia ser ele a escolher os livros que queria ler. Leu às escondidas. A exclusão forma ignorantes, a não ser que um acaso os obrigue a serem honestos consigo mesmos; aqui o acaso foram os livros. O objetivo da leitura é engrandecer. De todos os livros que leu, nenhum pôde ser aproveitado em nenhuma disciplina; percebeu que havia uma separação enorme entre a vida, a potência de agir, para Espinosa, e a formalidade cega que o fazia esmorecer assim que passava o portão da escola.

Desconfiado, pensou que talvez os adultos tivessem dúvidas que escondiam atrás de todas aquelas certezas; talvez também os mais novos tivessem alguma coisa a partilhar com os mais velhos. Passou a perceber que nem tudo o que o adulto dizia era para ser levado a sério, que se podia ser adulto e, nalguns aspetos, imaturo, que se podia ter muita informação e pouco conhecimento, que se podia ser rígido e pouco rigoroso, mas que se podia também ser humilde, rebelde, corajoso e mesmo assim não ser aceite. O desrespeito nasce da quebra de confiança. Tinha receio. Calou-se.

Mais tarde, já durante o curso em Pedagogia, percebeu que eram raros aqueles que tinham entrado nele por gosto. A verdade é que mesmo os que se sentiam motivados, depois de estagiar, acabavam desiludidos e cansados perante a brutalidade de controlar o comportamento de crianças e jovens e sob a ameaça de uma avaliação. Controlar comportamentos é uma maneira de imbecilizar. Quando finalmente começou a trabalhar concluiu o que já sabia: tudo continuava na mesma, todas as mudanças eram de superfície e já há demasiado tempo.

Mas o que mais o chocou foi perceber que muitos professores se inquietavam de mais com as condições de trabalho, mas na sua perspetiva. Assumiram o fracasso do que vivem criticando. Ainda hoje dizem que desde que um aluno os acompanhe já valeu a pena, quando deveriam dizer que desde que um aluno se sinta deslocado alguma coisa falhou. Foram raros os que encontrou que realmente se preocupavam com a qualidade do produto final: os estudantes. A escola deveria ser para todos e não para alguns. Ficaram algumas palavras que certamente são as de todos os descontentes se se pudessem expressar.

Precisamos de mais ética e de menos moralismo, de dizer o que pensamos pensando também no outro, para se poder melhorar o que é mais justo para todos. Só a falta de ética permite que alguém engane um país inteiro, que se exija o exemplo que não se pode dar, que se julgue saber tudo quando nem sequer se sabe o que o outro sabe, que se pretenda ter razão à força. É importante substituir a teimosia pela perseverança e a revolta pela rebeldia. Os primeiros refilam e reagem pela violência, os segundos refletem. É de esperar que as novas gerações não acreditem em muito no que se acreditou, que questionem mais e percebam que calar o que se sabe é dar poder a quem não quer saber.

Diz-se que os jovens nunca foram tão imaturos, que sabem muito pouco, mas não se tem discutido as razões. Há algumas possíveis.

A escola criou muros a que vem chamando salas de aula. Não é desejável que uma criança passe todo o tempo rodeada de outras só da mesma idade; aprende-se muito mais convivendo com todas do que só com a sua.

ESCOLHAS

Qualquer bebé, forçado pelas suas necessidades, já sabe fazer escolhas. Prefere um conhecido em vez de um desconhecido, este objeto em vez daquele, enfim, uma brincadeira em vez de uma outra. Mas quando chegam à escola, as crianças param de praticar a escolha. Das poucas vezes

HUGO MAIA

que lhes é permitido, fazem opções todas elas de pouca importância. Se a escola permite optar entre duas disciplinas, não pergunta ao aluno se estaria interessado numa outra; se um escritor visita uma escola, ele tem de saber que quase sempre não é por escolha dos alunos. E mais, tem de saber que o seu livro foi lido de empurrão e que assim sempre podem fugir às aulas. São submetidos a um guião de leitura feito por quem não gosta de ler e que só produz aversão aos livros.

A excessiva teoria roubou-lhes a capacidade da prática, anestesiou-lhes a consciência e o discernimento, e dessensibilizou-os. Memorizam para esquecer, acumulam informações, mas não constroem conhecimento, gostos, interesses, que não se medem com tabelas nem por anos. É importante partilhá-los, não catalogá-los e por mais teorias que surjam, que não se traduzam em números. A informação esquece-se mais facilmente por ser mais concreta; o conhecimento é abstrato mas é mais duradouro. O modo de avaliar resulta de uma medição artificial dessa abstração que é a inteligência. Assim, não veem significado no seu trabalho e surge um vazio depressivo causado pelo cansaço e pelo desânimo. A escolha serve para responsabilizar e para conhecer os limites da cidadania sem autoritarismo; a falta dela cria medo de decidir e prepara seres que compensam o fracasso pessoal com aversão a limites.

O mal-estar criado na própria escola foi o de ter sido criada para produzir trabalhadores e não pensadores; ela cria marginalização, isolamento, incompreensão, preguiça e manha; é psicologicamente violenta

No caso da Filosofia, da Literatura e da Ética, disciplinas que deveriam trabalhar a reflexão crítica e o pensamento complexo, tornaram-se também elas tecnicistas, sem relação com a vida. Quando é pedido ao aluno a sua opinião, ele dá a do professor, aquela que vem nos livros. Ora, ninguém que não questione pode ensinar a questionar. Assim sendo, não interessa saber, desde que se saiba repetir. Foram arrastados à passividade, que é hoje o que mais se pratica. Só cada um pode conhecer as suas necessidades, mas não as têm em conta e isto é desalentador para quem pode e quer ver.

CONVIVÊNCIA

Há insuficiências de convívio. A escola criou muros a que vem chamando salas de aula. Não é desejável que uma criança passe todo o tempo rodeada de outras só da mesma idade; aprende-se muito mais convivendo com todas do que só com a sua. A juntar a isto, a relação dos alunos com os professores é hipócrita, porque todos começaram a achar que tudo aquilo que é aprender é verificável nos testes de avaliação e por isso menos importante. Uns querem notas altas, não lhes interessa muito saber; os outros fingem que cumpriram o seu trabalho, se alguma coisa correu mal, a culpa não é deles. Pensam a criança a partir do adulto infantilizado, cheios de hábitos e teorias que apequenam a consciência. Nunca alguém saberá o que o outro quer a não ser por aproximações. É uma estratégia de todo o autoritário imaginar que o outro quer o que ele tenha feito querer; o respeito, como tudo o que se constrói durante a vida, é posto de parte, o que revela o vazio nas relações. A única maneira de estarmos juntos é termos os mesmos princípios para diferentes necessidades, é termos a necessidade dos mesmos princípios. O objetivo de receber recompensas e evitar castigos torna-os interesseiros, pouco éticos e não lhes permite refletir e desenvolver afetos. Uma escola em que não se reflete e não se desenvolvem afetos põe os indivíduos em segundo plano. Isto tem repetido padrões de imaturidade cada vez até mais tarde pelo afastamento e por falta de referências, que umas gerações deviam ir buscar às outras; esta é uma das causas de intolerância, de incompreensão do outro e de um sentimento generalizado de falta de esperança. Sem convívio os outros tornam-se estranhos. Compreende-se mal o mundo se não se compreende bem a si próprio.

RITMO

Um outro problema é o do ritmo: cada aluno tem o seu. Uns precisam de mais tempo, outros de menos. Os que têm de ir mais rápido, sentem-se frustrados porque vão deixando de perceber o que estão a estudar; os que têm de ir mais devagar ficam impacientes, aborrecem-se; todos seguem um ritmo que não é o de ninguém, nem do professor, é o ritmo do programa, que é sempre extenso de modo a não sobrar tempo para refletir. Assim se justifica que um aluno tenha frequentado durante anos aulas de uma língua estrangeira que não fala. Ninguém amadurece o saber à pressa. Conhecer implica tempo, dedicação, experimentação e erro.

COMPETIÇÃO

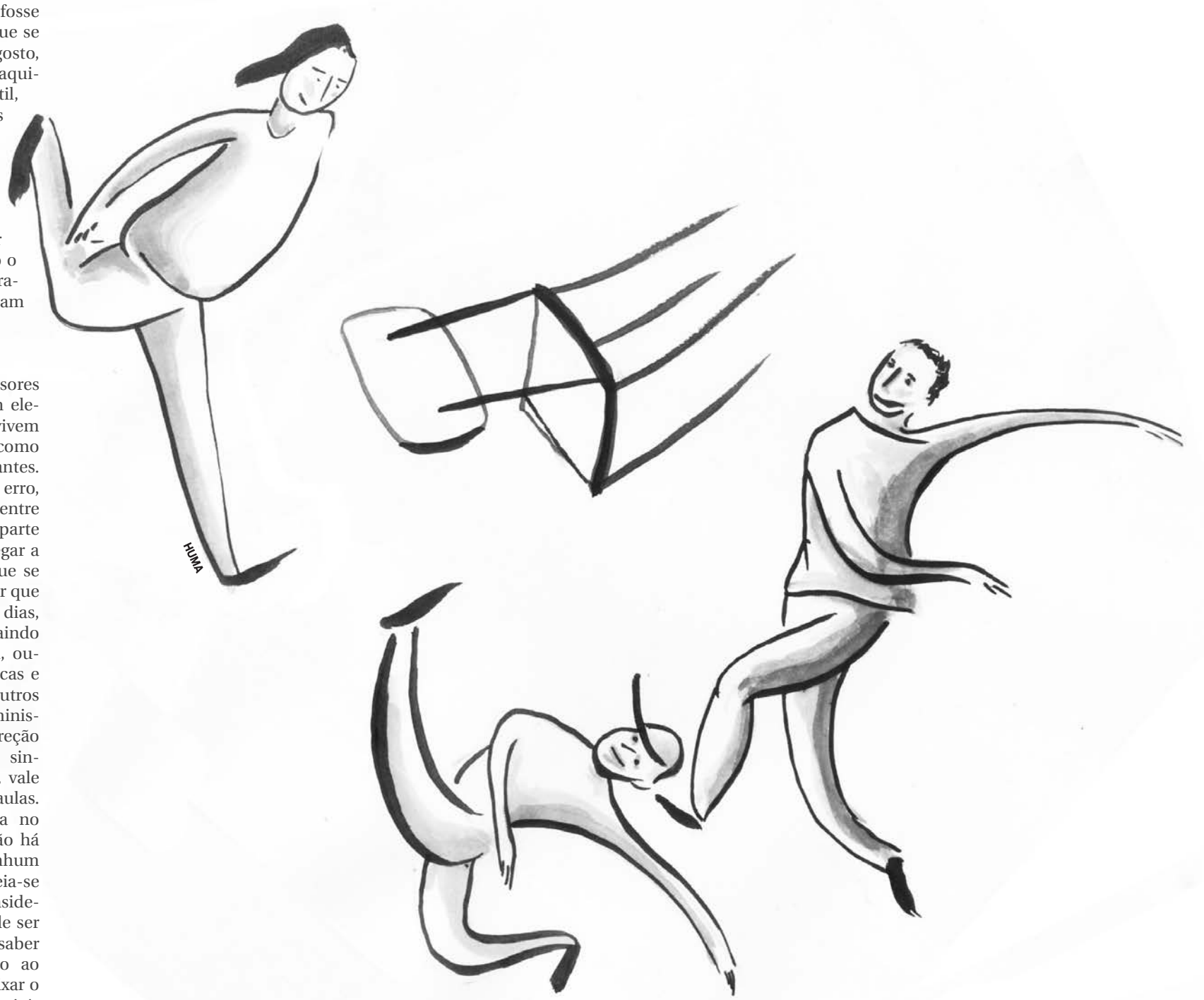
Para os fazer avançar, põem-se os alunos a competirem por notas em vez de colaborarem, de se ajudarem uns aos outros. A competição é uma separação. Vivem competindo porque estão a acumular dados como quem acumula pontos num jogo; se quisessem conhecer saberiam que se aprende muito mais com os outros do que sozinhos. O mal-estar criado na própria escola foi o de ter sido criada para produzir trabalhadores e não pensadores; ela cria marginalização, isolamento, incompreensão, preguiça e manha; é psicologicamente violenta: caiu o castigo físico mas ficou a ameaça verbalizada. A avaliação tornou-se um detetor de erros penalizáveis e um mecanismo de defesa ao lidar com sentimentos de impotência: o mau comportamento leva à expulsão e faz cair a nota final.

Não conheço duas pessoas que sejam exatamente iguais. Esta escola segue o modelo de fábrica. Os professores, tal e qual foram tratados, tratam os alunos como se fossem cópia uns dos outros: todos têm de repetir o mesmo, da mesma maneira e ao mesmo tempo e chegar à mesma conclusão. O pensamento único sempre foi uma ameaça à Integridade e à Liberdade, e sempre causou estragos em Democracia.

Devíamos pensar melhor na reação dos alunos sempre que não há aulas. Seria essencial questionarmos a ideia do sacrifício, que nada tem a ver com empenho, esforço ou dedicação. Continua-se a pensar que têm de fazer o que não querem e à força, como se cada um se desenvolvesse por imposição exterior

e o prazer em aprender fosse um desleixe. Tudo aquilo que se pode fazer melhor, com gosto, com ética, deve substituir aquilo que é aborrecido e inútil, antiquado, caduco. Já todos devíamos saber que o tédio está por trás de problemas como o défice de atenção e a hiperatividade.

Não é de estranhar que quando tenham de tomar decisões elementares, como o que desejam estudar ou o trabalho que querem ter, se sintam desorientados.



SEGUIDISMO

Mas também os professores tiveram de ceder. Perderam elevação, conhecimento e vivem problemas sem significado como se fossem assuntos importantes. Um desentendimento, um erro, uma falta de educação entre alunos pode ocupar boa parte de uma reunião sem se chegar a lado nenhum. É o aluno que se deve elevar e não o professor que se deve rebaixar. Todos os dias, os que questionam, vão saindo do sistema quando podem, outros eternizam baixas médicas e consultas de psiquiatria, outros ainda vão para cargos administrativos de todo o tipo (direção de escolas, coordenações, sindicatos, cargos políticos…), vale tudo para escaparem às aulas. Hoje já não há excelência no ensino tradicional. Nele, não há professores excelentes, nenhum deve ser distinguido. Premeia-se o seguidismo. Para ser considerado competente, ele tem de ser submisso e pouco criativo, saber pouco, preferir a repetição ao questionamento, aceitar baixar o nível de consciência, ser autoritário sem ter autoridade, ser capaz de dizer uma coisa e fazer outra. Hoje já lhe é possível ensinar matérias que não domina, corrigir testes a que não sabe responder, tirar mestrados e doutoramentos sem préstimo; até ser-se ministro da Educação sem perceber do assunto. Quando falta o saber, resta à tirania tomar o lugar. Se a escola é prejudicial aos professores, não há razão para ser benéfica aos alunos. Afinal, não são só os alunos que não gostam desta escola, os professores também não.

RESPONSABILIDADE PARA PARTILHAR E ORIENTAR O SABER

Não basta ignorar as soluções até que tudo se torne mais prejudicial. Foge-se daquilo que em público se defende e não se reflete nas consequências desastrosas que o sistema está a provocar. Não há problemas de aprendizagem, há problemas de «ensinagem», disse-se, e também que os mais velhos já não podem impedir os mais novos de saberem o que de facto sabem. O professor, mais do que controlador, tem agora o papel de orientador do saber. O bom de se aprender é poder partilhar com todas as dúvidas que a curiosidade traz. Devemos formar seres humanos atualizados, conscientes, críticos, éticos, com capacidade de autogestão, universalistas, cuidadores do planeta e com gosto pelo saber, e não máquinas de repetição adoentadas pelo tédio. Continuamos a olhar para as crianças e jovens como se fossem muito pouco e tivessem o valor numérico das avaliações, que têm como base a discriminação.

> Estamos a educar seres humanos que começaram a ver na barbárie diversão quando ainda nem sequer puderam discernir valores.

A hierarquização das relações humanas e o pleno sentido de responsabilidade não se dão bem; é um indício de incapacidade de partilhar, não sabendo muito bem como se organiza o mundo, querer dominar totalmente o outro sob uma formalidade rígida que faz acreditar que a imposição é colaboração, recordando virtudes de que só um moralista se lembra para esconder os próprios erros. O oprimido oprime sempre para baixo, não tem em conta o outro. Infelizmente, em baixo estão sempre os que não podem decidir nada, os que, pela horizontalidade que a Internet impulsiona, começaram a duvidar da palavra «hierarquia». Ser responsável é sobretudo querer sê-lo. Por esta razão, os jovens não assumem responsabilidades que eles não escolheram. Impedir as crianças e os jovens de participarem nas decisões e atividades da sociedade, dizendo-lhes para esperar até se tornarem adultos, afasta-os do interesse pelo bem comum. Ninguém se esforça por aquilo que não ajudou a construir ou que não deseja; até pode ceder, mas faltar-lhe-á vontade. Chegou a altura de valorizar primeiro a vida e não o que lhe serve de apoio. O professor tem de partilhar dúvidas em vez de dar e ter certezas e abandonar a vaidade de quem imagina saber tudo.

É arriscado abandonar os mais novos a terem como pedagogo a Internet; é este um enorme descuido o de deixar alguém com pouca bagagem formar-se sozinho. O sentido de irresponsabilidade é de época. Há um descuido geral pelos mais jovens que, por exemplo, a indústria cinematográfica e de jogos de computador tem aproveitado fazendo mesmo passar para o fantástico o que era do terror; deste modo, fazem crer na normalização da violência disfarçando a falta de conteúdo com filosofismos. Estamos a educar seres humanos que começaram a ver na barbárie diversão quando ainda nem sequer puderam discernir valores. Estão a Absorver uma mistura perigosa: a de se acharem importantes e aceitarem o ódio como um valor moral. É possível educar para tudo. Inverteram-se valores. Hoje, ser objetor de consciência é uma ameaça onde a estupidez aspira a dominar.

As gerações mais velhas têm de partilhar responsabilidades com as mais novas. Esta escola é para velhos, não é democrática. Ela não deve preparar para a vida, tem de ser a vida e servir a comunidade. Sem educação todos somos piores e desde que não esqueçamos os *porquês* e *para quês* nunca estancaremos. Mas os professores, que têm por dever estar atualizados, são agora o principal empecilho à mudança no Ensino. Neles, o medo, que os fez esperar na segurança do que já não funciona, é maior do que a vontade, e bem poderiam ser excelentes, não nos papéis, mas no que são e no que fazem. Será a única maneira de educar também excelentes cidadãos.

Cada vez mais professores acham que deviam fazer alguma coisa para mudar o sistema e foram forçados a fazer o mesmo que detestaram que lhes fizessem a eles. Foi para se dedicarem a crianças e jovens que se formaram, mas, deixados levar por um sistema que pouco ou nada tem de educativo, foram-se tornando nas suas autocríticas, reduzidos a meros executantes que se preocupam mais com a burocracia do que com o que importa. Parece interessar mais empregar um adulto que preparar um aluno.

Educadores e pedagogos, que sem serem livres do erro, como Agostinho da Silva, José Pacheco e Rui Canário (Portugal), Nancie Atwel (Estados Unidos), Paulo Freire e Rubem Alves (Brasil) e muitos outros, ajudaram a compreender a escola, livre de fragmentações e *cartesianismos*, para que se aprenda verdadeiramente, se leve a sério o respeito pela condição de cada um, os valores, a sabedoria e o conhecimento vão a par, porque a educação e a formação não se dissociam. Desejo que seja este um caminho possível para todos, até que se descubra outro ainda melhor. Nada foi feito para sempre.

Júlio Carrapato, Um Anarquista Original

M. RICARDO DE SOUSA

"Sejamos optimistas, deixemos o pessimismo para melhores tempos!"

Júlio Carrapato

Recentemente faleceu em Faro o anarquista e editor Júlio Carrapato (1947-2016). Já há vários anos vinha enfrentando problemas sérios de saúde, o que não o impediu de em 2011 ter escrito mais um dos seus polémicos livros "O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a Intervenção Anarquista" que apresentou na Letra Livre. Nessa ocasião manifestei a minha opinião de que o Júlio era um dos anarquistas mais capazes, quer pelo seu conhecimento e cultura, quer pela qualidade da sua escrita, de expressar um pensamento libertário actualizado e combativo em Portugal.

Nunca cheguei a ser uma pessoa próxima desse anarquista algarvio que conheci no final dos anos 70 em Faro, na livraria que manteve durante um curto espaço de tempo. A partir daí mantivemos uma relação cordial, até porque foi selada com uns opíparos almoços em tabernas que só ele sabia encontrar no Algarve já então contaminado pela peste turística. Um dos resultados dessa cumplicidade estabelecida foi a edição do seu livro «Uma Campanha de Salubridade ou Uma Crítica da Ideologia do Conformismo» que fizemos na editora Centelha de Coimbra. Como tantos outros, fui também um divulgador do jornal *Meridional* e das suas edições «Sotavento». O tempo passou e devido aos acidentes de percurso ficamos afastados, o que nunca nos impediu de manter, apesar de tudo, uma relação de afinidade que passava também pela divulgação dos seus livros na Letra Livre.
Júlio Carrapato era um tipo diferente de anarquista, culto e bem humorado, bom garfo, fumador e bebedor inveterado (à revelia de uma tradição puritana e higienista do anarquismo do começo do século XX que hoje reaparece num certo naturismo). Juntava a isso ser um conversador incansável e um dos poucos libertários portugueses com recursos literários para enfrentar uma polémica que não nos entediasse ou afogasse em fel e vómitos. Armando Veiga, que também o conheceu bem, num interessante trabalho académico filiou esse seu talento nos grandes escritores do século XIX, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, que principalmente nas «Farpas», usavam o humor e a ironia para criticar a sociedade e os costumes portugueses.

Júlio fez parte dessa primeira geração de anarquistas portugueses que surgiram na fase de agonia da ditadura, no exílio, quase sem relações com o movimento histórico da I República. Tal como João Freire, José Maria Carvalho Ferreira, Júlio Henriques, Jorge Valadas, Gabriel Morato, António Mota, Eduardo Pereira, Rui Vaz de Carvalho, além de alguns outros, aproximou-se das ideias libertárias em França, após ter estado envolvido em actividades anti-fascistas em Portugal, no movimento associativo universitário e com ligações à Luar, a que não foi estranho o facto do seu pai ser também um activo opositor à ditadura salazarista. Os caminhos desse grupo geracional foram todos diferentes, tendo alguns passado por grupos marxistas críticos e pelo situacionismo enquanto outros tinham uma alergia visceral ao marxismo, como foi o caso de Júlio Carrapato. Por isso mesmo publicou na sua editora Sotavento o histórico relatório anti-estalinista do XX Congresso do PCUS, além dos «Diálogos Imaginários entre Marx e Bakunine», «Comunismo e Burocracia» e o seu polémico «Resposta de Um Anarquista aos Últimos Moicanos do Marxismo e do Leninismo, assim como aos inúmeros Pintainhos da Democracia» e, mais tarde, «Democracia ou Anarquismo», o debate entre Saverio Merlino e Errico Malatesta. Do anarquismo tinha uma visão sem rótulos. Apesar de se manter próximo do grupo *Acção Directa* e da defesa do anarco-sindicalismo, o seu percurso pessoal, e a sua personalidade, certamente apontariam para uma maior identidade com o individualismo anarquista, pois não deixava de ter uma afinidade especial com a rebeldia solitária que frequentemente evocava nos seus escritos. Não foi por acaso que traduziu, e editou, o «Ladrão» de Georges Darien. Mas esse seu individualismo muito particular nunca impediu a continuidade da relação de afinidade com os seus companheiros estabelecida nos anos quentes do pós-25 de Abril. Será, no entanto, difícil encontrar nele uma real ortodoxia fanática, rondando a cegueira religiosa, que algumas vezes descobrimos, com surpresa, em alguns meios anarquistas. Se soubermos ver para lá do seu discurso cheio de convicção enfática, a sua ironia e personalidade cordial não lhe permitiam o culto religioso de ideias, mesmo quando, algumas vezes, se enredou em polémicas guiando-se, como todos nós, por simpatias e antipatias tantas vezes inexplicáveis. No seu anarquismo sem adjectivos cabiam Stirner e os ladrões, Durruti e a Revolução Espanhola, ou não fosse ele o tradutor do «Povo em Armas» de Abel Paz, até o «Do Anarquismo» pós-moderno de Nicolas Walter. Se mais não editou, e apesar de tudo muito editou ele a partir do seu exílio no Algarve, foi porque a sua preguiça, ou arte de bem viver, e a falta de dinheiro, não lhe permitiram.

No seu anarquismo sem adjectivos cabiam Stirner e os ladrões, Durruti e a Revolução Espanhola, ou não fosse ele o tradutor do «Povo em Armas» de Abel Paz, até o «Do Anarquismo» pós-moderno de Nicolas Walter.

Quando começou a sua aventura no *Meridional*, no pós-25 de Abril, nos anos de 1978-1979, depois de ter deixado o ensino universitário e Évora, fundando o único jornal *regionalista* anarquista feito por um homem só, onde já fazia a crítica do turismo predatório, criou um estilo único de polemista anarquista demolidor, mas sempre com ironia ou sarcasmo. Uma publicação assim, em Portugal, estava condenada a uma morte precoce, foi o que aconteceu, mas deixou marcas. Nesse período, jornais anarquistas, como *A Batalha* e a *Voz Anarquista*, tinham reaparecido graças à vontade de velhos e experientes militantes e reuniam principalmente colaborações, generosas e bem intencionadas, dos militantes sobreviventes da I República, que retomavam, quase sem diferenças, o discurso interrompido pela ditadura quatro décadas antes. No entanto, a ditadura salazarista tinha arrasado com a CGT e o movimento anarquista, o PCP tinha-se consolidado na clandestinidade e a derrota da Revolução Libertária em Espanha tinha fragmentado o mais criativo e poderoso movimento anarquista da Europa. O mundo era já outro. É certo que se publicavam também inúmeras revistas, quase fanzines, juvenis que eram aventuras efémeras com maior ou menor criatividade. Destas publicações surgidas com a derrubada da ditadura destacava-se a revista *A Ideia*, aberta às novas realidades do pós Maio de 68, e que começava a se consolidar como porta-voz de um novo anarquismo (estou a falar desses primeiros anos) mas sem conseguir ultrapassar, na forma e no conteúdo, um discurso ideológico ainda convencional a rondar o pedagógico. Nesse panorama eram a *Acção Directa*, na sua primeira fase, e o *Meridional* que se distinguiam pelo carácter polémico e pela radicalidade dos escritos que publicavam. Nos dois casos penso que se manifestava o estilo de Júlio Carrapato. Foi a partir dos textos publicados no *Meridional* que se editou o seu livro «Uma Campanha de Salubridade», para que não se perdessem quando o jornal desapareceu.

Na ressaca da normalização democrática, a *Sotavento* foi perdendo algum fôlego, dedicando-se o Júlio à edição de monografias locais e temas regionais, na *Algarve em Foco*, que era também uma forma deste internacionalista declarar o seu amor ao Algarve natal além de uma forma de sustentar as suas actividades editoriais mais militantes. Mas em momentos chave

Na descoberta da natureza e memória das resistências, por entre propostas de percursos pedestres.

Ao salto dos montes: **Baldio da Serra de Serpa**

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Até há um século atrás o mais vasto território comunal do país situava-se a Sul na raia de Serpa. O baldio da Serra de Serpa totalizava perto de 40.000 hectares delimitados a Norte pela Aldeia Nova de São Bento, a Sul pelo concelho de Mértola, a nascente pela Ribeira de Chança e Vila Verde de Ficalho e a poente pelo Rio Guadiana. A forma como este baldio desapareceu é um perfeito retrato de como o fim da gestão comunal de um território descrito em 1751 como "*um matagal que havia sido anteriormente uma selva natural",* obedecendo à demanda da agricultura intensiva, resultou na desértica aridez dos solos.

O mel serve de narrativa inicial a esta história. Se as abelhas falassem, zumbiriam tal como hoje o drama dos incêndios de mão humana e a perda dos seus horizontes. A acidentada Serra de Serpa era um extenso matagal de azinheiras, sobreiros e vegetação arbustiva com predomínio da esteva, rosmaninho, alecrim, urze, lentisco, sargaço, medronheiro, etc. Aí durante seis séculos o uso comum da lenha e pastos conviveu com uma peculiar concessão privada do uso do baldio que, remontando à Idade Média, foi regulamentada no final do século XV no chamado *Aranzel das Malhadas*. As 26 malhadas concessionadas somavam perto de 10.000 colmeias, com o cuidado de abarcar em torno de cada malhada uma légua colmeeira para garantia dos pastos florais desse *gado do ar*.

A sobreposição desses direitos e usos comuns no baldio veio a acentuar-se nos séculos XVII e XVIII. A apicultura comportava uma relação com o pastoreio e a agricultura que colidia na prática incendiária das roças para conquista de terras. Esta é acentuada em 1690 com a instituição do Celeiro Comum de Serpa com o qual se dá início à perda das terras comunais. O arrendar do baldio em troca de um sexto do cereal das roças abriu caminho ao manifesto desprezo dos usos e recursos da serra. Desordenados cortes de madeira e queimadas que levam à infrutífera proibição régia das roças em 1726, para que a serra voltasse *a ser terreno baldio, para que se não lavrasse lá e se restabelecesse o seu uso comum*. Repetem os Juízes da serra – que haviam substituído a gestão medieval dos *homens bons* ou *homens antigos* – a importância de evitar-se cortes de mato e arvoredos das serras.

BRUEGEL (C. 1568)

Em maio de 1775 o povo de Aldeia Nova de S. Bento dirige-se a Serpa, em grande clamor para "*se acabar com a prática de alguém ter eitos na Serra de Serpa ou de possuir o usufruto de parte dela, pois deveria ficar totalmente para pastos comuns a utilizar por todos*". Quatro anos depois reclamam, com respeito pelos direitos das malhadas, que tão pouco lhes deveria ser impedido colocar as suas colmeias *ao pé das moitas*.

Somado ao não pagamento dos foros, chega a surgir em 1897 a proposta de uma *Colónia Militar Agrícola e Disciplinar na Serra de Serpa*. A questão no século XIX era a falta de trigo e o aumento demográfico. Dessa pressão resulta o aforamento do baldio em lotes. E rapidamente à Câmara de Serpa surgem disputas entre vizinhos e freguesias e a soberba de proprietários. Em 1904, uma firma de Lisboa pretende abarcar o aforamento da Serra de Serpa, que aprovado inicialmente veio a ser anulado judicialmente face à onda de protestos. Em 1906, inicia-se por fim a desamortização do maior baldio do país.

Uma iniciativa que rapidamente se revelou desastrosa para os povos e lucrativa para as grandes famílias que concentram a propriedade. Contra qualquer lógica sã e natural, cabe a um empreiteiro de obras públicas de Serpa impor uma grelha geométrica que resultará em 5516 lotes de 6 hectares, sendo às malhadas concedidos 18 hectares. Da ilusão mercantilizada e colonizadora resultou a destruição dos pastos comunais e afetada a riqueza secular das abelhas. Sorteadas as terras, seguiu-se a intensificação da cultura cerealífera. Resta na paisagem as ruínas dos montes. Sol de pouca dura em terras pobres. Esgotados os solos, as glebas foram vendidas e abandonadas aos grandes proprietários.

Caía por terra a ilusão da propaganda agrária que desmantelou o baldio, uma terra comum com lugar à concessão de malhadas respeitando a natureza do lugar. A diabolização modernista do *Portugal inculto* inscrito na política nacionalista da agricultura nunca quisera ouvir os ensinamentos do *voo do gado do ar*. Já não restam muitos matos por onde este andaria. Mas fica o convite feito, com início num conjunto de roteiros pedestres do concelho de Serpa, a descarregar no site municipal e de que destacamos o PR3 – Vila Verde de Ficalho (12,6 km), para reler de outro modo a paisagem do outrora baldio da Serra de Serpa.

---

como o das festividades dos chamados descobrimentos ibéricos, lá estava o Júlio Carrapato com «Os Descobrimentos Portugueses e Espanhóis ou a Outra Versão de uma História Mal Contada». Reuniu também as suas numerosas crónicas avulsas em dois livros «Crónicas de Escárnio e Boa Disposição» e «Novas Crónicas Bem Dispostas». Nos últimos anos regressou à escrita, e edição, com: «O 5 de Outubro, o Regicídio, a I República», «Subsídios para a Reposição da Verdade sobre a Guerra Civil de Espanha», «Para uma Crítica Libertária do Direito seguido de A Lei e a Autoridade». Podem dizer alguns que são textos panfletários, e de facto não deixam de o ser assumidamente como a «Resposta Bem Humorada ao Professor Doutor João Freire» ou «Uma História de Figurões e Figurantes», contra Álvaro Cunhal, mas foram escritos por alguém que sabia bem do que falava e não tinha a pretensão de um estilo académico inócuo e insípido. Pelo contrário, através da crítica cáustica buscava derrubar tabus e desmontar os discursos dominantes.

Lamento que com a sua cultura, a que juntava uma formação em ciência política feita em França, além de um inquestionável talento literário, que já se manifestava nos anos 60 quando escrevia poesia, não tivesse enfrentado a necessidade de uma reflexão original sobre o anarquismo da nossa época. De certa forma o Júlio Carrapato ficou até ao fim imbuído de um imaginário heróico dos primórdios do anarquismo, dos grandes teóricos do século XIX, da AIT e da Comuna de Paris, e do seu apogeu anarco-sindicalista na Revolução Espanhola e para o bem, e para o mal, não se distanciava criticamente desse passado para enfrentar os problemas do anarquismo e dos movimentos libertários na nossa época, dos filhos das derrotas revolucionárias do século XX. Era avesso, não sem razão, a todo o revisionismo e reformismo, mas o antídoto só o encontrava nos clássicos do pensamento anarquista. Mas mesmo que assim fosse, e a minha opinião vale o que vale, dele ninguém esperava a sua conversão, a exemplo de outros anarquistas e radicais dos anos 60/70, que ele desprezava, a esta ordem social capitalista reinante. Este rebelde e livre-pensador cordial, viveria, viveu, sempre fora do rebanho. Viveu, e morreu, como homem livre, como anarquista. Dele podíamos dizer o que ele disse de Georges Darien: *"Homem lúcido e requintado, podia apreciar o ondular das inúmeras cabeças pensantes e semoventes da Hidra de Lerna, mas não a sua antítese: o martelar monótono das cem mil patas sem vida autónoma da centopeia societária."*

Editado em 1979, *O Ladrão* de Gorges Darien foi, juntamente com *O Povo em Armas* de Abel Paz, uma das obras imprescindíveis da literatura subversiva que Júlio Carrapato traduziu.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 14
Setembro-Novembro 2016

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redacção: Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:

M.Lima*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, Inês Rodrigues*, Granado da Silva*, Sandra Coelho*, José Carvalho*, Huma*, Finja Delz, X. Espada, J. Martins, M. Ricardo de Sousa, κοινωνία, Jorge Valadas, Miguel Crespo, MAM Portugal, Nelson Nares, Sofia Luís, Manuel Bivar, Miguel Carmo, Leandro Moraes, Zita Moura, Ana Rute Vila, Tercero Romero, Laura Burocco, Andrea Pavoni, Pedro Victor Brandão, Pedro Feijó, MC, Valk, Daniel Vasconcelos Melim, Yann Renoult, Nuno Pereira

Capa: ilustração de **Titom**, licenciado sob uma licença Creative Commons by-nc-nd 2.0 be

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 14
SETEMBRO-NOVEMBRO 2016
3000 EXEMPLARES

JORNAL MAPA .PT

"Estamos a formatar um producto" Assim nasce o Parque Regional do Tua

ANIBAL GONÇALVES

SANDRA COELHO
SANDRAFCOELHO@GMAIL.COM

A 13 de Junho começou a encher a albufeira criada pela construção da barragem do Tua. Declarou-se a morte de 420 hectares do vale e de vários anos de protestos. A qualidade da água ficará para sempre comprometida, solos agrícolas roubados, habitats de espécies ameaçadas destruídos e 22 quilómetros de linha ferroviária desactivados. A locomotiva centenária da Linha do Tua já foi vendida pela CP em França, onde será usada para turismo – a Fundação Museu Nacional Ferroviário queixa-se de não ter tido conhecimento da venda, lamentando que a locomotiva não sirva o mesmo propósito na sua terra natal. Também a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) afirma não ter autorizado o início do enchimento, mas a EDP, não se deixando incomodar pelos queixumes das instituições nacionais, lá despachou o que havia a ser feito, antes que terminasse a *silly season*.

Pelas desvantagens deste empreendimento – por exemplo, pelo abate de quase 20 mil sobreiros e azinheiras – o governo exigiu à EDP a criação de um projecto de mobilidade integrado – turístico e quotidiano. Não sabemos bem como será resolvida a mobilidade quotidiana dos habitantes da região, mas a mobilidade turística está nas mãos da Douro Azul, filha da Mystic Invest, uma holding portuguesa dedicada ao sector turístico que domina o sector dos cruzeiros fluviais e até dá umas cartas no turismo espacial.

Os meandros legais revelaram-se tão tenebrosos como o espaço sideral. Para trás ficaram duas providências cautelares e duas acções judiciais, apresentadas em tribunal pela Plataforma Salvar o Tua, relativas aos prejuízos ambientais da barragem e à expropriação de terrenos para a sua construção. Os processos estão ainda a decorrer. A mesma Plataforma avançou uma Acção Administrativa Especial contra a APA pela aprovação da linha de muito alta tensão. Ainda não há resposta. Foi interposto um recurso hierárquico junto do Ministro do Ambiente e Energia, Jorge Moreira da Silva, mas o prazo legal para a resposta terminou. A UNESCO, depois de muito se especular sobre os poderes desta entidade e dos seus patrimónios da humanidade, demitiu-se de qualquer responsabilidade (soube-se em Junho que para isso contribuiu a pressão de Paulo Portas e Carlos Seixas, hoje laureados consultores da Mota Engil, a empresa construtora da barragem).

Entretanto, a construção semiótica de um novo futuro arranca, onde é preciso erigir os novos símbolos de sucesso. A imagem de ambientalistas indisciplinados deve ser rapidamente substituída pela imagem dos turistas amantes da natureza. A recém-constituída Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT) integra os municípios de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça, Vila Flor e a própria EDP, numa associação sem fins lucrativos dedicada a promover iniciativas de valorização dos recursos endógenos e de aproveitamento das *oportunidades criadas pelo Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua*. Em setembro de 2013 é criado o Parque Natural Regional do Vale do Tua, financiado pela EDP, e que tem já em funcionamento rotas pedestres, para fomentar nos corações dos consumidores o amor e respeito pela natureza. "Estamos a formatar um produto", diz o Director da ADRVT. "Agora vamos organizar isto numa lógica de pacote turístico para nos podermos apresentar no mercado e vender". O aproveitamento Hidroelétrico da Foz Tua vem ainda enquadrado no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), programa lançado em 2007 que, para além de todos os impactos ambientais e sociais, é ainda um desastre na realização da sua principal função, a produção de energia. De acordo com dados do projecto Rios Livres (rioslivresgeota.org), o PNBEPH contribuirá com apenas 1.7% da eletricidade produzida em Portugal com custos muito superiores a outras alternativas. Os grandes aproveitamentos hidroelétricos representam ainda a base de um modelo energético centrado em grandes estruturas propriedade dos gigantes do setor eléctrico cuja factura ambiental e económica ficaremos a pagar durante muitos anos.

Entretanto, a construção semiótica de um novo futuro arranca, onde é preciso erigir os novos símbolos de sucesso. A imagem de ambientalistas indisciplinados deve ser rapidamente substituída pela imagem dos turistas amantes da natureza.

MAPA BORRADO

SYLVI LISTHAUG INAUGUROU O MINISTÉRIO*
SYLVI LISTHAUG NÃO LHE ENCONTROU NENHUM MISTÉRIO
NENHUMA ADVERTÊNCIA DO VELHO REI A DEMOVEU 1MM QUE FOSSE, SABEI
* MINISTÉRIO DA IMIGRAÇÃO E DA INTEGRAÇÃO CRIADO EM 2015 PELO GOVERNO NORUEGUÊS
VOU VER COM OS MEUS OLHOS AS FRONTEIRAS DE SHENGEN
STAT OIL
CADA QUAL TEM O SEU PAPEL, SYLVI
AGASALHO-ME PARA O CALOR
E VOU DE MURO, É MAIS SEGURO
NÃO SE ESQUEÇA DE HONRAR A IDENTIDADE "NOBEL-DA-PAZ" DO NOSSO REINO
SE DEUS QUISER
DESLIZAVA PELO MURO AINDA EM CONSTRUÇÃO ESTENDIDO ATÉ AO MAR APENAS POR PRECAUÇÃO
PLUFF
BOA TARDE!
DEU UM SALTO NO ESCURO E CAÍU AO MAR MAS LOGO UNS SENHORES A VIERAM SALVAR
QUERO FELICITAR O VOSSO TRABALHO COM AS OPERAÇÕES DE SALVAMENTO E A SUAVE DISSUASÃO DE NÁUFRAGOS.
E ESTES AMORES? SABEM QUE VÃO TER UMAS FÉRIAS FANTÁSTICAS NA TURQUIA?? TUDO PAGO PELO NOSSO REINO!!
DE VOLTA A CASA SYLVI LISTHAUG, A ESCUDEIRA PÔS-SE A CONTAR AO VELHO REI AS SUAS AVENTURAS NA FRONTEIRA
QUE BOM, SYLVI.. PODEMOS CONTINUAR A AFIRMAR QUE SOMOS OS CAMPEÕES DA DIVERSIDADE E DA TOLERÂNCIA?
CADA QUAL TEM O SEU PAPEL, ALTEZA...
JOSÉ SMITH VARGAS